

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

EDERVAL EVERSON BATISTA

**ASSENTAMENTO PÓ DE SERRA EM LONDRINA- PR:
FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E CONQUISTAS**

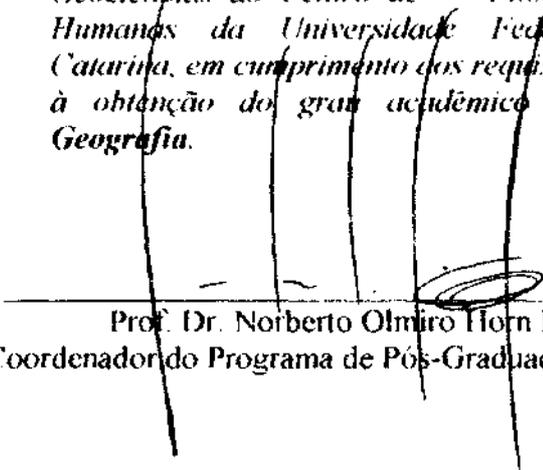
Florianópolis

2003

“Assentamento Pó de Serra em Londrina – PR: formação sócio-espacial e conquistas”

Ederval Everson Batista

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração, Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

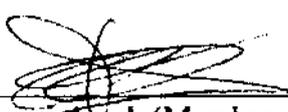


Prof. Dr. Norberto Olmiro Horn Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

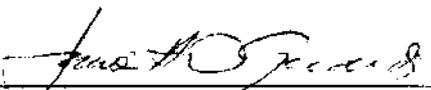
APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 16/04/2003



Dra. Walquiria Krüger Corrêa (Presidente e Orientadora-UFSC)



Dr. Idaleto Malvezzi Aued (Membro-UFSC)



Dra. Lúcia Helena de Oliveira Gerardi (Membro-UNFESP/Rio Claro)

Florianópolis - 2003

MEU PAÍS

Aqui não falta sol
Aqui não falta chuva
A terra faz brotar qualquer semente
Se a mão de Deus
Protege e molha o nosso chão
Por que será que tá faltando pão?

Se a natureza nunca reclamou da gente
Do corte do machado, à foice, o fogo ardente

Se nessa terra tudo que se planta dá
Que é que há, meu país?
O que é que há?

Tem alguém levando lucro
Tem alguém colhendo o fruto
Sem saber o que é plantar
Tá faltando consciência
Tá sobrando paciência
Tá faltando alguém gritar

Feito um trem desgovernado
Quem trabalha tá ferrado
Nas mãos de quem só engana
Feito mal que não tem cura
Estão levando a loucura
O país que a gente ama
Brasil

Feito mal que não tem cura
Estão levando a loucura
O Brasil que a gente ama.

Zezé di Camargo

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto da contribuição de diversas pessoas e instituições que durante nossa jornada enquanto estudante e, depois, pesquisador, contribuíram de alguma forma para sua realização.

Sem pretender hierarquizar as ações de cada um que nos ajudou, deixamos aqui sinceros agradecimentos manifestando nossa gratidão às pessoas que contribuíram para sua realização. Somos profundamente gratos a todos e, especialmente:

A Deus por ter me dado vida, força, sabedoria, razão e discernimento para que pudéssemos superar os vários momentos difíceis que surgiram durante a caminhada.

À João e Irene, meus pais, que durante suas sofridas vidas enquanto trabalhadores rurais, nunca pouparam esforços para que seus três filhos sempre buscassem o estudo acima de tudo, pois apesar do pouco que freqüentaram a escola, perceberam que o conhecimento seria a única riqueza que poderiam nos deixar.

À minha irmã Mariza, meu irmão Edimar, meu cunhado Claudinei e em especial aos meus sobrinhos, Gabriela e Gustavo, desculpas pela ausência em um momento tão importante de suas vidas do qual não pude compartilhar.

À professora e amiga Alice Yatiyo Asari, professora da Universidade Estadual de Londrina, onde fizemos nossa graduação e onde tudo começou, pela sua percepção e bom senso em nos colocar no caminho da iniciação científica.

Ao professor e amigo Clésio, da UFSC, que acompanhou desde o início o nosso trabalho.

A todos os professores da Universidade Federal de Santa Catarina, onde cumprimos os créditos necessários ao mestrado, e que nos ajudaram abrindo novos horizontes.

Ao CNPq, pela bolsa concedida, sem a qual não teríamos condições de realizar esta dissertação.

A todos os novos amigos que entraram no curso de Pós-Graduação da UFSC no mestrado do ano de 2001 e, também os que lá conhecemos, em especial a Germana, Márcia e Henrique.

A todas as pessoas com quem conversamos para a obtenção de dados e informações, fossem elas funcionários de órgãos públicos ou antigos moradores da região que, de uma forma não sistematizada, muito contribuíram para a elucidação de nossas dúvidas e apreensões a respeito da área e do objeto de pesquisa.

Aos amigos Sandro e Cristovão, que nos ajudaram a confeccionar os mapas.

A todas as famílias assentadas, os sujeitos de nosso objeto de pesquisa, que sempre nos receberam com carinho e simpatia, mesmo nos momentos em que não podiam deixar os afazeres e que muito contribuíram com informações e depoimentos, subsidiando este trabalho.

E, em especial, a professora Walquíria Kruger Corrêa, que durante o caminhar, fosse ministrando disciplinas ou no processo de orientação, o fez de maneira segura e paciente, com esforço, compreensão, dedicação e incentivo nos momentos difíceis, nossa eterna gratidão. Ficamos felizes ao terminar esta dissertação, pois mais que uma orientadora, ganhamos uma grande amiga.

A todos o meu muito obrigado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Capítulo 1 - A PEQUENA PRODUÇÃO E A QUESTÃO DA TERRA NO BRASIL E NO PARANÁ: UMA ABORDAGEM TEÓRICA.....	19
1.1- A pequena produção e a luta pela terra: antecedentes.....	19
1.2- Por que modernizar a agricultura? O quadro sócio-econômico e os debates nas décadas de 1950/1960.....	32
1.3- Modernização tecnológica na pequena produção e questão agrária	36
1.4- Organização dos movimentos sociais: luta e conquista da terra no Brasil e no Paraná.....	44
1.5- Os assentamentos rurais: o objeto de pesquisa.....	50
1.6- Procedimentos metodológicos.....	58
Capítulo 2 - O ESPAÇO AGRÁRIO DE LONDRINA: UMA CARACTERIZAÇÃO.....	62
2.1- A formação sócio-espacial.....	62
2.2- A estrutura fundiária.....	76
2.3- O uso da terra: cultivos e criações.....	79
2.4- A desestruturação da parceria e do arrendamento e a expansão do assalariamento.....	84
2.5- Os assentamentos rurais na região de Londrina: um breve histórico....	90
Capítulo 3 - A CONQUISTA DA TERRA E A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO PÓ DE SERRA EM LONDRINA.....	97
3.1- A trajetória dos assentados.....	97
3.2- O acampamento.....	100
3.3- Regularização, abertura e distribuição da terra: o papel do Estado e do MST.....	103
3.4- O quadro natural e sócio-econômico.....	106
3.5- A construção da infra-estrutura.....	111

Capítulo 4- A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO ASSENTAMENTO PÓ DE SERRA.....	119
4.1- A associação de moradores.....	119
4.2- Os sistemas de produção.....	123
4.3- O trabalho familiar.....	129
4.4- O acesso ao crédito e a assistência técnica.....	131
4.5- A comercialização da produção e a cooperativa do MST.....	135
4.6- Perfil sócio-econômico dos assentados.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS	156
ANEXOS.....	161
Anexo 1- Roteiro de entrevista aplicado junto aos presidentes da Associação do assentamento Pó de Serra.....	162
Anexo 2- Roteiro de entrevista aplicado junto aos assentados do assentamento Pó de Serra.....	169
Anexo 3- Localização da Gleba Três Bocas no município de Londrina.....	176
Anexo 4- Segunda Divisão de terras na Gleba Três Bocas (80 mil alqueires).....	177
Anexo 5- Certificado em nome do Sr. Gustavo Avelino Corrêa de aquisição de terras na Gleba Três Bocas.....	178
Anexo 6- Reportagem indicando a intenção dos posseiros em não abandonar a área em litígio com os índios Kainganges.....	179
Anexo 7- Decreto de desapropriação de 154,1540 ha da fazenda Santa Tereza para fins de reforma agrária, assinada pelo presidente Itamar Franco em 1994.....	180
Anexo 8- Mandado de Imissão de Posse, que regularizou a situação do assentamento Pó de Serra.....	181
Anexo 9- Documentos enviados ao INCRA comunicando a desistência do lote.....	182 a 184

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- Assentamentos rurais no Brasil de 1979 a 1999.....	54
TABELA 2	- Renda média nos assentamentos em salários mínimos nas regiões brasileira.....	56
TABELA 3	- Distribuição da área e do número de assentamentos rurais por categoria dimensional (%) no município de Londrina, 1970/1996.....	76
TABELA 4	- Utilização das terras e área (%) ocupada no município de Londrina.....	81
TABELA 5	- Condição do produtor rural no município de Londrina. 1970-1996.....	86
TABELA 6	- Número de tratores em Londrina, 1970/1996.....	88
TABELA 7	- Assentamentos rurais em Londrina e Tamarana.....	91
TABELA 8	- Aptidão do uso do solo na parte desapropriada da fazenda Santa Tereza (Pó de Serra) no ano de 1994.....	107
TABELA 9	- Relação das famílias e o número de pessoas no acampamento Pó de Serra 1994.....	109
TABELA 10	- Assentamento Pó de Serra: número de alunos e respectivas séries em 2002.....	117
TABELA 11	- Forma de ocupação da terra no assentamento Pó de Serra no ano de 2002.....	123
TABELA 12	- Animais existentes no assentamento Pó de Serra.....	128
TABELA 13	- Grau de instrução dos assentados (%).....	140

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	- Mapa de localização de Londrina e do assentamento Pó de Serra, Paraná	63
FIGURA 2	- Grandes regiões ocupadas com o deslocamento de frentes pioneiras e os diferentes caminhos de ocupação do que viria a ser o município de Londrina – PR.....	66
FIGURA 3	- Terras colonizadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), e as terras pertencentes à região da Gleba Três Bocas, Londrina – PR.....	68
GRÁFICO 1	- Área (Ha) colhida das principais culturas agrícolas em Londrina.....	82
FOTO 1	- Foto do acampamento Antônio Tavares Pereira em Tamarana.....	96
FIGURA 4	- Planta de parcelamento do assentamento Pó de Serra, Londrina – PR.....	110
FOTO 2	- Modelo padrão das casas construídas inicialmente no Assentamento.....	113
FOTO 3	- A melhor casa do assentamento.....	114
GRÁFICO 2	- Assentamento Pó de Serra, Principais cultivos (%) na safra 2001/2002.....	124
FOTO 4	- Estufa para a preparação das mudas de olericultura, em um lote do assentamento.....	126
FOTO 5	- O trabalho familiar na sericicultura.....	131
GRÁFICO 3	- Faixa etária (%) da população no assentamento Pó de Serra.....	139
GRÁFICO 4	- Infra-estrutura existente nos lotes do assentamento (%)......	142
FOTO 6	- Chiqueiro para a criação de porcos.....	143
GRÁFICO 5	- Eletrodomésticos adquiridos pelos assentados (%)......	145
GRÁFICO 6	- Bens duráveis adquiridos pelos assentados (%)......	146
GRÁFICO 7	- Renda familiar obtida mensalmente no assentamento Pó de Serra...	148

LISTA DE SIGLAS

AAPS	- Associação do Assentamento Pó de Serra.
ABCD	- Região no estado de São Paulo formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema.
CAI	- Complexo Agro-Industrial.
CEASA	- Centrais de Abastecimento do Paraná
CEB	- Comunidades Eclesiais de Base.
CFH	- Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
CNB	- Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros.
COCAMAR	- Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda.
CONCRAB	- Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil.
COPEL	- Companhia Paranaense de Energia Elétrica.
COPLAN	- Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa.
CPT	- Comissão Pastoral da Terra.
CNTP	- Companhia de Terras Norte do Paraná.
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
FAO	- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.
FPM	- Fundo de Participação dos Municípios.
IAPAR	- Instituto Agrônomo do Paraná.
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCRA	- Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária.
IPTU	- Imposto Territorial Urbano.
MASTER	- Movimento dos Agricultores Sem Terra.
MASTNO	- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Norte do Paraná.
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
MASTRO	- Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná.
PCB	- Partido Comunista Brasileiro.
PNAD	- Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio.
PNRA	- Plano Nacional de Reforma Agrária

- PROCERA** - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária.
- PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
- SAPP** - Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco.
- SCA** - Sistema Cooperativista dos Assentados.
- SNCR** - Sistema Nacional de Crédito Agrícola.
- TDA** - Títulos da Dívida Agrária.
- UDR** - União Democrática Ruralista.
- UEL** - Universidade Estadual de Londrina.
- ULTAB** - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

BATISTA, Ederval Everson. **Assentamento Pó de Serra em Londrina-PR: formação sócio-espacial e conquistas**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

RESUMO

O trabalho teve por objetivo analisar o processo de formação sócio-espacial e as conquistas obtidas pelos assentados, pós assentamento na área, no assentamento Pó de Serra, localizado no distrito de Lerroville, em Londrina – PR. Para fundamentar a pesquisa, buscou-se na análise histórico-geográfica subsídios que ajudassem a caracterizar o processo de formação sócio-econômico do Brasil que resultou na atual estrutura fundiária. Tais elementos contribuíram para inserir a região Norte do Paraná no contexto político nacional. O processo de luta pela terra é antigo, porém as ocupações bem como os assentamentos rurais são fenômenos recentes e fazem parte da questão agrária nacional, tendo como marco a intensificação da modernização tecnológica da agricultura, após 1964. A partir daí, à medida em que o capital urbano-industrial penetrou no campo, aumentou a concentração de terras em efeito à exclusão social. No processo, através da organização social, se constituíram os assentamentos rurais em diferentes regiões do território nacional. Com o apoio do poder público, os assentados estão criando novas paisagens num espaço onde antes predominava a grande propriedade, gerando emprego e renda, dinamizando a economia local e regional. As tendências indicam a necessidade de diversificar a produção buscando novas atividades econômicas agrícolas e não- agrícolas para viabilizar a reprodução social não só nos assentamentos, mas também em outras áreas onde se desenvolve a produção familiar.

BATISTA, Ederval Everson. **“Pó de Serra” settlement in Londrina - PR: social spatial formation and achievements.** Dissertation (Master of Geography), Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ABSTRACT

This work aims to analyze the social and spatial formation and the achievements obtained by the settlers, after their setting in the area, in the “Pó de Serra” settlement, situated in the district of Lerroville, in Londrina, State of Paraná. In order to substantiate the research, supplementary information was gathered through historical and geographical analysis so that the Brazilian social economical formation process that has resulted in the present rural structure might be characterized. Such element have contributed for the insertion of Northern Paraná in the national political context. The process of land dispute is old, but the occupation as well as the rural settlements are a recent phenomenon and part of the national agrarian problem, having as their milestone the post – 1964 intensification of the agriculture technological modernization. From then on, the land concentration levels, a side effect of the social exclusion process, have increased at the same time that the urban and industrial capital has entered the countryside. In such process and though social organization, rural settlements have been founded in different areas of the national territory. Supported by the government, the settlers are creating new landscapes in places where large country estates had prevailed, which generates employment and income, powering the local and regional economy up. The present trend points to the need of production diversity, in search of economical activities – both agriculturally and non-agriculturally based – that make social reproduction feasible not only in the settlements but also in other areas where family production is being developed.

INTRODUÇÃO

A luta pela terra no Brasil não é um fenômeno recente, pois esteve presente desde a ocupação do país. Entretanto, até o presente momento não houve um programa de reforma agrária capaz de alterar a estrutura de posse e uso da terra, já que o modelo histórico de propriedade da terra no Brasil e em outros países tropicais sempre foi o da grande propriedade. Este modelo sempre foi protegido pelas políticas do Estado brasileiro. A pequena propriedade se desenvolveu à margem ou à sombra da grande propriedade, como seu apêndice, para que o capitalismo pudesse se reproduzir no país.

Muito embora existisse terra em abundância, a dificuldade de acesso e a alienação histórica dos pequenos produtores, fizeram com que desencadeassem lutas pela terra num primeiro momento e, mais recentemente, a luta pela reforma agrária¹.

A reforma agrária sempre foi postergada pelos dirigentes do país. Seu lugar sempre foi ocupado com programas ou projetos compensatórios, como os projetos de colonização, primeiramente no final do século XIX e início do século XX, com imigrantes pobres europeus e, nas últimas décadas (pós 1960) os programas destinados a levar os homens sem terra para uma terra sem homens. Assim, como consequência do avanço e consolidação do capitalismo no campo, ocorreu a ocupação da fronteira agrícola, não só pelos agricultores expulsos principalmente do Centro-Sul do país, onde o modelo agrícola tecnológico havia sido implantado, mas também do Nordeste brasileiro, onde as oligarquias agrárias eram detentoras de grandes glebas de terras na região.

¹ Em seu livro, Reforma agrária, o impossível diálogo, José de Souza Martins, (2000) discute a diferença entre a luta pela terra e pela reforma agrária. Segundo o autor, na luta pela terra participam apenas os trabalhadores rurais, já pela reforma agrária, além dos trabalhadores rurais, participam outros setores da sociedade, como igrejas, partidos políticos, educadores etc.

A grande propriedade foi incentivada e oficializada por todas as formas de governo que se sucederam na história política nacional. Os pequenos produtores rurais, expulsos ou quase sempre marginalizados do acesso à terra, a partir da segunda metade do século XX, já organizados, passaram a lutar para mudar a estrutura fundiária, reivindicando uma política de reforma agrária para o campo.

Como no país dividir terra significa também dividir poder, todas as vezes em que foi suscitada tal hipótese, ocorreram mudanças para evitá-la, sendo também colocados em prática subterfúgios que apenas serviram ou servem de paliativo para acalmar os ânimos nos momentos de maior tensão no campo.

Diante da organização dos movimentos sociais, em especial do Movimento dos Sem Terra (MST), nos primeiros anos da década de 1980, começaram a surgir os acampamentos, dada a pressão dos trabalhadores.

Embora seja contraditória, a implantação de assentamentos rurais cresce simultaneamente à concentração fundiária, pois ao mesmo tempo em que uma família consegue ser assentada, outras duas ou três são expropriadas ou expulsas do campo em direção às cidades. Se não bastasse, as supervalorizações das desapropriações, muitas vezes, possibilitam ao latifundiário adquirir uma área maior do que a que foi transformada em assentamento.

Apesar de todas as dificuldades, “os assentamentos implantados vêm demonstrando viabilidade econômica e social” (concrab, 1996), pois está conseguindo manter ocupado no meio rural um expressivo contingente populacional que produz matéria-prima para o setor industrial e grande parte dos alimentos básicos para suprimento do mercado nacional e internacional.

No Brasil, os assentamentos rurais podem ser entendidos como o resultado concreto das lutas dos trabalhadores rurais (filhos de pequenos agricultores,

arrendatários, posseiros, meeiros, atingidos por barragens, empregados rurais, etc.) pela posse da terra.

O estudo proposto tem como problemática os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra, focalizando o assentamento Pó de Serra, localizado no distrito de Lerroville, em Londrina, Paraná. O objetivo principal foi analisar o processo de formação e as conquistas obtidas pelos assentados, pós assentamento na área. Para isso, buscou-se recuperar o processo de conquista da terra, identificou-se a estrutura organizacional dos assentados e, finalmente, foi traçado um perfil sócio-econômico dos mesmos.

O assentamento Pó de Serra é o produto final de um intenso processo de mobilização de trabalhadores rurais sem terra do Norte paranaense que ocuparam, em 1989, uma parte da fazenda Santa Tereza. No entanto, o assentamento definitivo das famílias que permaneceram acampadas na área só foi concluído no ano de 1996.

O interesse pela temática foi despertado durante o curso de Graduação e mais propriamente em 1996 quando da elaboração do TCC para a obtenção do título de bacharel em geografia, ocasião em que foi estudado outro assentamento da região de Londrina. Soma-se também o interesse em compreender melhor a problemática da questão da terra no Brasil, centrada na luta dos atores que tentam, algumas vezes sem sucesso, ingressar na terra e de outros, que após a conquista, continuam lutando para nela permanecer.

Espera-se com a pesquisa, contribuir para aprofundar aspectos teóricos sobre a questão agrária e sobre a realidade dos assentamentos rurais no Brasil. Além disso, ela possibilita recuperar a história de vida dos assentados, as condições de reprodução, as ações do Estado, as dificuldades e o projeto futuro dos assentados. Tal trabalho também se justifica pelas especificidades do assentamento Pó de Serra no que

diz respeito ao processo de organização sócio-espacial. Nesse sentido, o estudo pode revelar características não encontradas nos demais assentamentos rurais do país, servindo de base para outros estudos.

O presente trabalho, além da introdução e das considerações finais, está dividido em quatro (4) capítulos, seguindo uma ordem cronológica dos fatos e respectivas análises, ligando o teórico e o empírico.

O primeiro capítulo aborda aspectos históricos da luta pela terra no Brasil. Mostra, também, a necessidade de modernizar a agricultura, o quadro sócio-econômico do país nas décadas de 1950 e 1960, o processo de modernização tecnológica do setor e seus reflexos na agricultura familiar, a organização de movimentos sociais, focalizando em especial o MST, que passa a lutar não mais pela simples posse da terra, mas por políticas que possibilitem condições para a exploração econômica e reprodução social. Discute, também alguns aspectos referentes a assentamentos rurais como objeto de pesquisa. Por fim, apresentam-se os procedimentos metodológicos usados na realização da pesquisa.

O segundo capítulo apresenta as transformações ocorridas no espaço agrário londrinense, onde se localiza o assentamento objeto de análise. Para isso, buscou-se na colonização da região as especificidades da formação sócio-espacial, destacando as mudanças recentes, referentes à estrutura fundiária e ao uso da terra, analisados com base nas indicações do IBGE, Censos Agropecuários no intervalo de 1970 a 1995/1996. O capítulo mostra, também, os reflexos sócio-espaciais advindos das transformações, recuperando o processo histórico de constituição dos assentamentos na região

O terceiro capítulo analisa como ocorreu a conquista da terra que originou o assentamento Pó de Serra: a trajetória dos acampados; as dificuldades; a luta para conseguir a desapropriação da terra e a construção da infra-estrutura.

O quarto capítulo mostra a organização sócio-espacial do assentamento Pó de Serra, o papel da associação de moradores, o uso da terra, a organização do trabalho familiar nos lotes, as relações externas (financiamentos, assistência técnica e comercialização). E finalmente, apresenta o perfil sócio-econômico das famílias assentadas.

CAPÍTULO 1

A PEQUENA PRODUÇÃO E A QUESTÃO DA TERRA NO BRASIL E NO PARANÁ: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

1.1- A Pequena Produção e a Luta Pela Terra: Antecedentes

Na história político econômica do Brasil, o domínio e a posse da terra fizeram e ainda fazem parte da formação das classes sociais e do poder econômico e político, e isso vem de longa data, pois é herança do sistema colonial implantado pelos portugueses, perpetuando-se no sentido de manter a estrutura fundiária concentrada nas mãos de poucos.

A grande propriedade, desde o início da colonização, foi oficializada pela Coroa para atender às necessidades de exportação para assim arrecadar divisas internacionais com o modelo agroexportador. O processo de distribuição de terras era efetuado pelo Estado, destacando as Capitânicas Hereditárias, e as Sesmarias. Em contrapartida, a pequena propriedade só poderia se desenvolver com base na posse ilegal, os posseiros constituíram uma camada marginalizada na sociedade colonial brasileira, já que a concessão da Sesmaria tinha procedência legal. Segundo Martins (1990, p. 35),

Não era raro o fazendeiro encontrar, no território de que se tornava sesmeiro, posseiros instalados com suas roças e seus ranchos. Dependia do fazendeiro aceitar ou não a permanência desses posseiros como agregados. A posse do fazendeiro conduzia à legitimação através do título da Sesmaria, o mesmo não se dava com a posse do camponês, do mestiço, cujos direitos se efetivavam em nome do fazendeiro.

Tal segmento, de acordo com Silva *et al.* (1980, p. 17) possuía várias alternativas de sobrevivência:

A primeira estaria ligada a formas consideradas ilícitas, como assaltos, saques e práticas semelhante. A colônia sempre foi rica desses tipos nas cidades e no sertão, e sobre eles há muitas informações na historiografia colonial. Outra alternativa seria a indigência e a mendicância. A terceira seria a dos indivíduos que procuravam se associar aos poderosos senhores da colônia, oferecendo-lhes os mais diversos serviços desde o trabalho em suas propriedades até a simples companhia e a proteção como guarda-costas ou coisa semelhante. A quarta seria a ocupação de pequenas faixas de terras para delas extrair o sustento. Em um imenso território inculto, não era tarefa difícil se estabelecer em um pedaço de terra para exploração, nos chamados sítios volantes.

A respeito da marginalização da categoria, o autor acima citado faz o seguinte comentário:

Esses tipos foram a gênese dos pequenos agricultores no Brasil, sempre foram tidos como “vadios”, e “ociosos”, e qualificações semelhantes. Sempre foram considerados como marginais pelas autoridades da colônia e pela ideologia dominante na época. Não resta dúvida de que esses “marginais” nada mais são do que reflexos criados pelo próprio sistema latifundiário implantado no Brasil. (SILVA, *et al.* 1980:17)

Até 1822, ano em que terminou o regime de Sesmarias, a terra não possuía valor comercial. Muito embora o país estivesse em busca de recuperação econômica que vinha se desenvolvendo com a cultura do café, durante três décadas o país ficou sem política que regulasse o acesso à terra. Havia terra em abundância e a mão-de-obra (escrava) se encontrava controlada e submissa aos grandes fazendeiros.

Segundo Martins (1990, p. 37),

O monopólio da terra não se constituía na condição do trabalho escravo; ao contrário, a escravidão é que impunha a necessidade do monopólio rígido e de classe sobre a terra, para que os trabalhadores livres, os camponeses, mestiços, não viessem a organizar uma economia paralela, livre da escravidão e livre, portanto, do tributo representado pelo escravo, pago pelo fazendeiro aos traficantes, já que a concorrência do trabalho livre tornaria economicamente insuportável o trabalho escravo.

Como o sistema escravocrata brasileiro já não satisfazia os desejos ingleses de ampliar o mercado consumidor para seus produtos, a Inglaterra estrategicamente elaborou, no início do século XIX uma lei que proibia o tráfico de escravos no mercado internacional. Essa lei, embora não fosse cumprida integralmente,

pois não foram poucos os escravos a desembarcarem no Brasil após sua elaboração, fez com que ocorresse a gradativa desestruturação daquele sistema mantido por mais de três séculos, pois era no comércio escravista e não na fazenda que a escravidão se recriava.

Antevendo o fim da escravatura, as classes dominantes tomaram providências de “ordem legal” para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura assentada na expansão cafeeira no sudeste do país. As medidas se concretizaram na Lei de Terras de 1850 que proibia a abertura de novas posses e as aquisições de terras devolutas por qualquer outro título que não fosse a compra . Essa lei transformou as terras devolutas em monopólio do Estado, sendo controlado pela classe dominante - grandes fazendeiros -, o que acabou impedindo o acesso à terra aos escravos libertos e aos imigrantes que não tinham recursos financeiros. Desse modo, foi mantida a grande propriedade nas mãos de uma pequena minoria. Como bem relata Silva *et al.* (1980, p. 26)

Tratava-se, pois de impedir que os imigrantes se tornassem proprietários de terras e, em conseqüência, se desviassem do que seria seu papel: força de trabalho para a cultura de café, e que por detrás da Lei de Terras, está a afirmação do poder político dos grandes proprietários. Em síntese, a Lei de Terras expressa a reafirmação da subordinação da economia brasileira ao capital.

Assim, para os despossuídos de recursos, só restou como alternativa a venda da força de trabalho aos proprietários de grandes extensões de terra e do capital. Segundo Silva *et al.* (1980, p. 26)

A Lei de Terras significou, na prática a possibilidade de fechamento para uma via mais democrática de desenvolvimento capitalista, na medida em que impediu ou, pelo menos, dificultou o, acesso à terra a vastos setores da população. Ao mesmo tempo, criava condições para que esse contingente estivesse disponível para as necessidades do capital. É sob a égide da Lei de Terras, pois, que se processarão as transformações capitalistas no Brasil, cujo centro será sempre o privilégio da grande propriedade territorial.

O modo de produção capitalista era incompatível com o sistema escravocrata, pois a formação do mercado só se tornaria possível com a existência de trabalhadores livres e despossuídos dos meios de produção. A libertação dos escravos (1888) foi um passo decisivo nesta direção. Ao comentar sobre o fato, Silva *et al.* (1980, p. 2) assim se manifesta:

A constituição do capitalismo implica no surgimento do trabalhador livre. Livre num duplo sentido: não por ser despojado dos meios de produção, mas também por poder dispor livremente de sua força de trabalho, como única mercadoria que possui, e cuja venda é condição essencial para sua sobrevivência.

Vale lembrar que, mesmo antes da proibição do tráfico de escravos, colonos europeus já trabalhavam nas fazendas de café. A partir da proibição do tráfico e mais propriamente após a abolição da escravatura, intensificou-se a política de imigração europeia no Brasil. Mas a mudança nas relações de trabalho foi gradativa, devido à fraca acumulação realizada no modo de produção escravocrata. Em relação à acumulação de capital realizada no modo de produção escravista, Gorender, (1987, p. 28) diz que:

Foi muito mais fraca do que a acumulação originada no bojo do feudalismo europeu. Entre outros motivos, porque o senhor feudal europeu estava dispensado da inversão inicial de aquisição de mão-de-obra, e isso facilitou a acumulação original de capital no bojo do feudalismo europeu. Sendo que, no Brasil, no caso do escravismo colonial, esta inversão inicial da aquisição de mão-de-obra não era um fator de acumulação, porém um fator de desacumulação.

Com a chegada dos imigrantes constituiu-se o colonato². Tal sistema fazia com que o proprietário de terras não precisasse desembolsar grandes quantias em dinheiro para manter os trabalhadores.

² Nesta relação de trabalho, os imigrantes europeus recebiam, por contrato, uma área do cafezal, em geral com cinco mil pés, para cuidar e colher. Por este contrato toda a família do colono, inclusive as crianças eram consideradas como força de trabalho. Toda a produção devia ser entregue ao latifundiário. Eles recebiam em troca um pagamento em dinheiro, uma casa para morar e uma área de terra, onde podiam fazer roças e criar animais para sua subsistência, podendo também vender os excedentes.(MORISSAWA, 2001, p. 249).

A não acumulação de capital no sistema escravocrata aliada à escassez de mão-de-obra no período de transição para o trabalho livre, poderia acarretar aumento nos salários dos trabalhadores. Neste sentido, a alternativa foi fixar trabalhadores nas fazendas de café, usando o recurso abundante, no caso, a terra, como parte do pagamento. Eles produziram alimentos para subsistência, constituindo dessa forma a mão-de-obra necessária para a grande lavoura.

Como se sabe, no Brasil a terra estava concentrada nas mãos de uma pequena minoria. Em função disso, em diferentes momentos, no tempo e no espaço foram organizados movimentos sociais que se lançaram na luta pela terra. Dentre os mais importantes destacam-se: as lutas messiânicas do final do século XIX e início do século XX de Canudos, no sertão baiano; Contestado, em uma região disputada pelos estados do Paraná e Santa Catarina e o banditismo, representado pelos cangaceiros no Nordeste, no início do século XX. As lutas radicais geralmente eram organizadas por militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir dos anos de 1940, em Trombas e Formoso, no norte de Goiás e as ocorridas no Norte e Sudeste do Paraná. Além disso, merecem destaque também as lutas dos camponeses, conhecidas como Ligas Camponesas, iniciadas em Pernambuco, mas que se espalharam por diversos estados do país, também a partir de 1940. Todos esses movimentos sociais ocorreram por estarem os envolvidos buscando abrir na posse da terra sua reprodução, lutando contra a expropriação e tentando legitimar a “terra de trabalho” pois “é o trabalho que legitima a posse da terra; é nele que reside o direito de propriedade. Esse direito entra em conflito com os pressupostos da propriedade capitalista”.(MARTINS, 1980, p. 61)

Apesar de terem os mesmos objetivos, cada movimento de luta pela terra apresentava especificidades no tempo e no espaço.

Os conflitos entre “camponeses livres, caipiras e caboclos” contra as ações dos coronéis no Nordeste e das grandes empresas colonizadoras no Sul, desencadearam o estopim para as revoltas de Canudos e Contestado pois, com a primeira constituição republicana (1891), as terras devolutas foram transferidas para os Estados e colocadas nas mãos das oligarquias regionais, em especial na região Nordeste do país. Nos termos de Martins (1990, p. 43), “cada Estado desenvolveu sua política de concessão de terras, começando aí as transferências maciças de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e empresas colonizadoras interessadas na especulação imobiliária”.

Não se pode esquecer que estas terras, mantidas à margem da economia, eram ocupadas por posseiros ou, como destaca Serra, (1991, p. 35) “indivíduos conhecidos por vezes como caboclos ou caipiras que tentavam reproduzir-se basicamente através de uma agricultura voltada para o auto-consumo, mantendo laços frouxos com o mercado”.

No sertão da Bahia, no final do século XIX, os coronéis que “sustentavam” eleitoralmente o governo, se beneficiaram, porque as terras de antigos agregados foram incorporadas ao seu patrimônio. Esses ex-agregados, juntamente com ex-escravos, passaram a peregrinar pelo sertão até que se estabeleceram no Arraial de Canudos, onde “todos tinham direito à terra” (MORISSAWA, 2001, p. 86).

Canudos chegou a ter cerca de 10 mil habitantes que se recusavam a trabalhar nas terras dos coronéis e se dirigiam para o povoado. Isso tornou-se uma ameaça para os coronéis do sertão baiano, que passaram a acusar Antônio Conselheiro, um líder messiânico que dizia a seus seguidores para não pagarem impostos e a defenderem a volta da Monarquia. Canudos ou Belo Monte foi atacada por expedições militares de todas as partes do Brasil, caindo no dia 5 de outubro de 1897. Segundo

Villa (1995, p. 208) “os quatro últimos combatentes, um velho, um jovem, um caboclo e um negro foram chacinados”, colocando fim a revolta no sertão baiano, mantendo a submissão do homem pobre do campo envolto de um grande misticismo religioso, aos poderes dos coronéis.

No início do século XX, devido à incapacidade econômica do Estado em implantar a infra-estrutura no interior do país, necessária para seu desenvolvimento, o poder público passou a conceder grandes extensões de terras às empresas estrangeiras para que essas construíssem ferrovias, partindo do estado de São Paulo em direção aos estados mais afastados. Uma dessas concessões foi dada à empresa norte-americana *Brasil Railway Company*, responsável pelo trecho ferroviário que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul, a expulsão dos posseiros também resultou em “guerra”.

A concessão era de 9 quilômetros de cada lado dos trilhos por onde passasse a ferrovia, o que provocou a expulsão dos posseiros do seu roçado. Os posseiros e os milhares de desempregados da estrada de ferro, além de outros moradores da região, uniram-se em torno de um movimento político-religioso, liderado pelo monge José Maria, dando início ao conflito pela terra nas cercanias da estrada de ferro. Os rebelados, acusados de quererem a volta da Monarquia, passaram a ser perseguidos, refugiando-se no centro de uma área disputada pelos estados do Paraná e de Santa Catarina, chamado de região do Contestado.

Os “donos” de grandes extensões de terras nessa região, vendo suas terras valorizadas com a chegada da ferrovia, juntamente com a *Brasil Railway Company*, detentora de grandes glebas de terras ao lado da ferrovia, e o governo principalmente do Paraná, que tinha passado a legislar sobre as terras devolutas, uniram-se para enfrentar os rebelados. Para colocar fim à revolta foram utilizados sete mil soldados do exército brasileiro, mil policiais e trezentos jagunços contratados pelos

donos de terras e pela *Brasil Railway Company*. “De uma população de 20 mil pessoas, apenas 3 mil sobraram no final dos combates, em que até mesmo aviões foram utilizados” (MORISSAWA, 2001, p. 88).

Analisando a forma “truculenta” adotada pelo Estado para reprimir os movimentos sociais de luta pela terra, Martins (1990, p. 62), diz que: “nos movimentos messiânicos, não era a monarquia que os militares combatiam, como disso se deram conta muitos e muito depressa. Era a insurreição, a subversão dos pobres no campo”.

No intervalo de 1930 a 1950, o Brasil passou por uma notável transformação sócio-econômica. A transferência do eixo de acumulação para o setor industrial, cujo desenvolvimento foi viabilizado pela cultura cafeeira, fez crescer os centros urbanos, ampliando a demanda por importações tanto de bens de produção para a indústria como também de alimentos.

Nesse período, a construção de rodovias ligando o Sudeste a outras regiões do país valorizou as terras localizadas próximas de tal infra-estrutura. No entanto, estas áreas eram ocupadas por posseiros. Porém, sem perda de tempo, apareceram supostos proprietários das terras - “grileiros”- provocando a expulsão dos posseiros. O processo desencadeou conflitos, principalmente em Minas Gerais no trecho da rodovia Rio-Bahia e no norte de Goiás a partir de 1948, no trecho da Transbrasiliana, originando o conflito conhecido como Trombas e Formoso³, onde as terras passaram a ser griladas por fazendeiros, juizes e donos de cartórios.

No Paraná, devido à inexistência de uma atividade econômica atrativa para o capital, grande parte da área permaneceu inexplorada até a metade do século XIX. Desta forma, segundo Machado, *apud*. SERRA, (1991, p. 19) a ocupação do território paranaense é resultado do deslocamento de três frentes pioneiras, que são:

³ Maiores esclarecimentos podem ser buscados em: José de Souza Martins. (1990), Ariovaldo Umbelino de Oliveira, (1988) e Mitsue Morissawa, (2001).

A do Paraná Tradicional, a mais antiga, que avançou do litoral para o planalto de Curitiba e depois para a zona dos Campos Gerais, quando começou a sofrer algumas alterações a partir das primeiras décadas do século XVIII; a da região Norte, que começa a se deslocar na segunda metade do século XIX, sob o impulso da onda cafeeira paulista; a da região Sudoeste, a mais recente, que avançou a partir de meados do século XX impulsionada pela corrente migratória originada do Rio Grande do Sul.

Mas em 1882, tão rápido e desordenado era o movimento ocupacional do norte do Estado, que o presidente provincial se preocupou em estabelecer algumas normas reguladoras da ocupação. Segundo Padis (1981, p. 88):

Nesse ano, em sua mensagem ao Legislativo, o presidente provincial enfatizava a necessidade de legislar sobre terras devolutas, autorizando a venda de terras do Estado no vale do rio Paranapanema, que são tão ambiciosas pelos mineiros e paulistas, e que, por estes últimos são consideradas, para a cultura do café, como prolongamento do território paulista

Diante disso, para eliminar a ocupação ilegal, o governo promoveu a venda de extensas glebas de terras a preços irrisórios para companhias particulares, para que colonizassem as regiões Norte e Sudoeste do Paraná. Devido à falta de infraestrutura básica (estradas e meios de comunicação), raras foram as companhias que prosperaram nos projetos de colonização. Isso, segundo SERRA (1991, p. 72),

Fez aumentar a apropriação irregular da terra, quer através de concessões fraudulentas, quer através de grilagens de grandes áreas. No entanto a qualidade das terras atraíram para essas regiões uma grande quantidade de pequenos posseiros; paulistas e mineiros no Norte, e gaúchos e catarinenses no Sudoeste, que passaram a lutar em defesa de seus direitos, dando início aos maiores conflitos da história agrária do Paraná, o caso do “Levante dos Posseiros” no Sudoeste, e da “Guerra de Porecatu” na região Norte.

A “Guerra de Porecatu”, embora em menor proporção se comparado ao Levante dos Posseiros, foi outra consequência social marcante, produto de distorções registradas na fase pioneira do processo de distribuição de terras agrícolas do Paraná. Em decorrência da inoperância de muitos projetos de colonização oficiais associada ao fracasso dos empreendimentos de colonização que receberam as concessões, o governo

do Estado perdeu o controle da ocupação e com isso ganhou força a apropriação irregular da terra. Segundo Morrissawa (2001, p. 90), “havia 1500 posseiros em terras devolutas na região de Porecatu no ano de 1946”.

Serra (1991, p. 137) relata os motivos que levaram os posseiros a se sublevarem:

A situação, que já era complicada, se agravou em 1945, logo após o Sr. Moisés Lupion assumir o governo do Paraná quando, a exemplo do que vinha fazendo no Sudoeste, passou a titular terras no vale do Paranapanema para apadrinhados políticos, e esses ao conseguir o título de propriedade, queriam a terra “limpa”, livre de posseiros e outros “intrusos”.

Para expulsar os posseiros, usou-se as tropas policiais e jagunços contratados pelos grileiros, sendo usado todo tipo de violência para pressionar os posseiros a deixarem a região.

Após algumas reuniões, os posseiros solicitaram apoio ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), articulando-se, primeiramente, para denunciar as “falcatruas” de violência ao governo federal. Como isso não surtiu efeito, partiram para a luta armada, que durou alguns meses, entre os anos de 1950 e 1951.

Com a mudança de governo, em 1951, os posseiros que resistiam foram contemplados com lotes cujo tamanho variava de 15 a 50 alqueires, no município de Campo Mourão. Na região de Porecatu as terras eram apropriadas à cultura do café e, por isso, acabaram ficando em poder dos grandes fazendeiros, como foi o “caso da família Lunardelli que era dona de 17 mil alqueires na região” (SERRA, 1991, p. 141).

O episódio conhecido como Levante dos Posseiros ocorreu em 1950, quando as terras devolutas do Sudoeste do Paraná passaram a ser manobradas pelo governador do estado (Lupion⁴) e pelos latifundiários. Os posseiros estabelecidos na região de fronteira, tanto entre Brasil e Argentina como entre o Paraná e Santa Catarina,

⁴ O Sr. Moisés Lupion cumpriu dois mandatos como governador do Paraná: o primeiro de 1946 a 1950 e o segundo no período de 1956-1960.

eram migrantes do Rio Grande do Sul que haviam desbravado as terras e organizado a ocupação da região.

A Revolta dos Posseiros começou quando, segundo Morissawa (2001, p. 90)

Apareceu na região a empresa Clevelândia, que amparada pelo governador Lupion, realizou uma negociata para apossar-se das terras. Essa empresa passou a ameaçar de expulsão os posseiros e até mesmo os trabalhadores que detinham o título definitivo. Queria obrigar os colonos a assinarem contratos de arrendamentos. Quem se recusava era despejado a base da violência.

A negociata se arrastou até o primeiro semestre de 1957, quando aconteceu o enfrentamento armado envolvendo posseiros, jagunços dos grileiros e tropas militares. A questão ficou pendente até 1961 quando, cumprindo promessas de campanha, o governador do Paraná, Ney Braga, e o presidente Jânio Quadros passaram a discutir logo após a posse uma solução definitiva para as terras do Sudoeste paranaense, a qual só se concretizou em 1962 com a entrega definitiva dos títulos, como relata Serra, (1991, p. 135)

O resultado é que, definidas as demarcações, passaram a existir na região propriedades com mais de cem hectares, localizadas ao lado de propriedades com menos de um hectare. No entanto, tanto quem era proprietário dos mais de cem, quanto quem era proprietário de menos de um, se dizia satisfeito com o que havia recebido.

O Nordeste do país também se tornou palco de conflitos. Nos momentos de crise da cultura da cana-de-açúcar, os senhores de engenho arrendavam suas terras a foreiros. Essa era uma situação muito particular. Os agricultores usavam terras abandonadas por seus donos em troca de um foro, uma espécie de aluguel. Quando, porém, o preço do açúcar subia, os foreiros eram expulsos.

Segundo Martins (1990, p. 65),

Entre 1945 a 1955 foi grande a área outrora ocupada por foreiros que foi conquistada pela cana-de-açúcar e grande o número foreiros que teve de

afastar-se da atividade que se dedicava. Foreiros que não foram expulsos ou despejados acabaram transformando-se em moradores de condição, sujeitos a dar um crescente número de dias de trabalho ao canavial, sob pagamento de salário inferior ao dos trabalhadores de fora da fazenda. Estes próprios foram sendo expulsos das usinas, convertendo-se em mão-de-obra temporária.

Foi nessa situação de exploração dos foreiros que surgiram as Ligas Camponesas⁵. Elas movimentaram o campo brasileiro durante a década de 1950 e início de 1960. Sendo segundo Oliveira (1995, p. 47), “a primeira forma mais ampla de movimento social rural”. Por ser uma sociedade beneficente, elas organizavam as lutas de foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores em geral na Zona da Mata Nordestina, bem como a luta contra a expropriação e a exploração causadas pelo avanço do latifúndio na região. Em poucos anos, Ligas foram formadas em mais de trinta municípios de Pernambuco e em outros estados do Nordeste. Após o golpe militar de 1964 seus líderes foram presos e torturados.

Na década de 1950 ainda surgiram outras organizações, merecendo destaque a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) em 1954, criada pelo PCB. Esta tinha por finalidade coordenar as associações camponesas e criar as condições para uma aliança política entre os operários e os trabalhadores rurais. Por fim, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) que surgiu no final de década de 1950 no Rio Grande do Sul, a partir da resistência de 300 famílias de posseiros. Diferentemente dos foreiros de Pernambuco, que resistiam para não serem expulsos da terra, a luta dos integrantes do MASTER era para entrar na terra.

Para Martins (1990, p. 67),

Se até 1940 tivemos o messianismo e o cangaço como forma dominante de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, a partir de 1950, com uma maior mobilização do PCB, as Ligas Camponesas e os sindicatos

⁵ Este movimento intensificou-se com a fundação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco - SAPP, em 1954, no Engenho Galiléia, município de Vitória de Santo Antão - PE. Sendo uma sociedade beneficente de auxílio mútuo, teve como finalidade a fundação de uma escola; a constituição de um fundo funeral; a aquisição de implementos agrícolas e sementes e a reivindicação de assistência técnica junto aos órgãos governamentais (OLIVEIRA, 1995, p. 47).

passaram a ser as formas mais importantes de organização e luta política dos camponeses, ainda que convivendo com a persistência do messianismo e do banditismo e com outras formas de luta e de resistência.

No Brasil, a década de 1950 é considerada como um divisor de águas no que se refere a luta pela terra, e luta pela reforma agrária, que é recente. Ela incorporou aspectos políticos na luta pela terra. Nesse sentido, as palavras de Fernandes (1998, p. 01), são esclarecedoras quando o mesmo diz:

A luta pela reforma agrária ganhou força com o advento das organizações políticas camponesas, principalmente, com o crescimento das Ligas Camponesas. Todavia, a luta pela terra é uma política que nasceu com o latifúndio. Portanto, é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela reforma agrária. Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores, e na luta pela reforma agrária participam diferentes instituições.

Mas as mobilizações sociais e a luta pela reforma agrária não surgiram por acaso, tais fatos só podem ser entendidos se associados ao contexto econômico do país naquele momento.

É necessário ressaltar que o processo de industrialização, intensificado no Sudeste, a partir de 1950 ganhou dinamismo pelas possibilidades abertas com as substituições das importações. Desde a década de 1930 o setor agrícola e, particularmente o complexo cafeeiro, deixaram de ser o polo dinâmico da economia, perdendo a primazia do poder político, mas mesmo assim continuou transferindo recursos financeiros para viabilizar o desenvolvimento e a expansão do setor industrial.

1.2- Por Que Modernizar a Agricultura? O Quadro Sócio-econômico e os Debates nas Décadas de 1950/1960

Na década de 50, o setor industrial começava a enfrentar limites para se expandir, passando a buscar na agricultura um novo campo de valorização para o capital. O modelo agrícola tradicional apresentava sinais de esgotamento, ou seja, não possibilitava mais a expansão capitalista da indústria. O argumento central era que a arcaica estrutura agrária brasileira, dominada pelas grandes propriedades, não permitia à agricultura cumprir sua função, ou seja, responder à demanda urbano-industrial. Além disso as características tradicionais da agricultura estavam provocando uma quebra no padrão de acumulação industrial. Nessa perspectiva, o modelo tradicional de produzir revelava seus limites, tanto no fornecimento de alimentos e matéria-prima a preços mais baratos como na compra de máquinas e insumos modernos. Conforme já referido naquele momento, havia uma crise social instaurada no meio rural relacionada ao monopólio da terra.

A história mostra que no início da década de 1960 o Brasil ainda era um país predominantemente agrário, com a maioria da população vivendo no meio rural. Para que o setor industrial prosseguisse em seu ritmo de desenvolvimento era necessário modificar as características de produção agropecuária tradicional, assim como observa Corrêa (1996, p. 35) “embora tenha ampliado o consumo de máquinas e outros insumos, o fato não constituía uma regra, pois o setor agrícola como um todo, não dependia da indústria para se desenvolver”.

Portanto, a forma tradicional de produzir que caracterizava o meio rural brasileiro revelava seus limites. Para superar o momento difícil, Corrêa (1996, p. 36) diz que:

A única saída viável para que a agricultura brasileira superasse o tradicionalismo só poderia ser encontrada na modernização das técnicas de produção, cujo processo deveria ser orientado para uma clientela especial: a agricultura de exportação, que possuía condições de expandir o consumo de maquinários e insumos modernos num curto espaço de tempo, possibilitando o crescimento e a expansão do capital urbano - industrial no país.

Naquele momento, surgiram muitos debates sobre a estrutura agrária do país. De um lado encontrava-se a corrente que via a agricultura como um entrave ao desenvolvimento industrial. Seus defensores propunham a elaboração de uma ampla reforma agrária, eliminando o oligopólio da terra, redistribuindo propriedades e garantindo o acesso a todos que desejassem. De outro, encontrava-se a corrente, que defendia a tese da funcionalidade da agricultura sob a alegação de que o setor agropecuário sempre respondeu satisfatoriamente às necessidades da demanda do mercado interno e de produtos para exportação. Seus defensores postulavam a manutenção da estrutura fundiária sugerindo mudanças na produção, ou seja, modernizar a agricultura para torná-la mais competitiva.

Para Prado Júnior (1979, p. 89/90), a reforma agrária teria duas frentes de ataque: primeiro, criar uma proteção legal ao trabalhador rural; segundo, favorecer o acesso à propriedade e utilização da terra.

Trata-se, de um lado, da extensão da legislação social-trabalhista para o campo, isto é, de proporcionar para o trabalhador rural proteção legal adequada que lhe assegure melhores condições de vida, tal como vem sendo praticada de vinte e tantos anos para cá, com relação ao trabalhador urbano da indústria e do comércio. De outro lado, prevê-se a modificação da estrutura da propriedade fundiária rural no sentido de corrigir a extrema concentração que caracterizava essa propriedade, a fim de proporcionar aos trabalhadores rurais maiores oportunidades de acesso à posse e utilização da terra em proveito próprio.

Nesta concepção, a reforma agrária não distribuiria apenas terra, mas visava também melhorar o padrão de vida da população rural. Nos primeiros anos da década de 60, o cenário do campo brasileiro se mostrava propício para a realização de uma ampla reforma agrária no país, diante das precariedades das relações de trabalho

em que se encontravam os parceiros, meeiros e arrendatários, os quais efetivamente já ocupavam e trabalhavam à terra. Ainda nas palavras de Prado Júnior (1979, p. 106/07)

A ação legal no sentido da desconcentração da propriedade rural deverá orientar-se, primeiramente, para os pontos mais fracos da estrutura latifundiária, que são aqueles em que a grande propriedade já se acha de fato dividida, isto é, em que a atividade produtiva (que é o que economicamente interessa), se realiza parcelariamente. É o que se verifica, entre outros, no caso já considerado da parceria. Observamos aí que os parceiros, embora agrupados sob a direção única do proprietário, realizam cada qual separadamente as suas tarefas na parcela ou gleba individual que lhes é concedida em parceria.[...] As parcelas poderão ser transferidas aos trabalhadores arrendatários que respectivamente as ocupam, e passam assim de arrendatários a proprietários. A reforma agrária no que refere à desconcentração da propriedade fundiária rural deve começar por aí, pois suas finalidades são os trabalhadores, isto é, aqueles que direta e pessoalmente trabalham a terra.

Na concepção do autor, a estrutura agrária brasileira, baseada na grande propriedade, era um empecilho ao desenvolvimento econômico do país. A saída seria a distribuição da propriedade da terra na forma de uma ampla reforma agrária, capaz de acelerar o desenvolvimento capitalista no campo. A partir do momento em que ocorresse mudança nas relações de trabalho, os antigos parceiros e arrendatários ao se tornarem donos da terra, iriam aumentar seu capital, desencadeando um processo de compra e venda de produtos industriais. O grande latifúndio não estava sendo suficientemente dinâmico para cumprir sua função: produzir alimentos baratos para reduzir os custos da força de trabalho urbano-industrial

Como relembra Gonçalves Neto (1997, p. 53), a agricultura baseada na grande propriedade se colocava como um entrave ao processo de desenvolvimento econômico porque:

1º- Não oferecendo produção compatível com a demanda, os preços dos produtos agrícolas tenderiam a subir mais que os preços industriais, forçando uma transferência de rendimentos industriais para o setor rural. Por outro lado, a pressão desses preços agrícolas sobre as condições de vida dos trabalhadores urbanos forçava a elevação dos salários, cerceando ainda mais as possibilidades de acumulação na indústria.

2º- A manutenção das formas arcaicas de produção centradas na parceria, meação, etc., afastava a grande população rural do mercado. A ainda incipiente presença do assalariamento no meio rural apequenava as possibilidades de expansão do mercado interno de produtos industriais. Além disso, prendia grande contingente de mão-de-obra no campo, retardando o processo de urbanização.

3º- A manutenção destas mesmas formas de produção atrasadas não tornava viável, ainda, o desenvolvimento de um setor industrial voltado para a produção de máquinas e equipamentos agrícolas, defensivos, adubos etc., enfim, de uma agricultura moderna.

Para os que defendiam a funcionalidade da agricultura, mais importante que alterações na estrutura fundiária seria mudar o nível tecnológico, empregando, por exemplo: mecanização, adubos e sementes selecionadas.

Com o aumento das pressões dos trabalhadores rurais em prol da reforma agrária, foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214 de dois de março de 1963), estendendo aos trabalhadores rurais a legislação social (férias, décimo terceiro salário) que já beneficiava os trabalhadores urbanos.

Prado Júnior, defensor da melhoria das condições de vida da população rural, afirmava que o Estatuto do Trabalhador Rural foi um avanço e logo após a sua promulgação, o autor fez a seguinte declaração:

Apesar das graves falhas que apresenta a lei promulgada, e que logo veremos, seus efeitos serão consideráveis, pois se efetivamente aplicada com o devido rigor, promoverá por certo uma das maiores transformações econômicas e sociais já presenciadas neste país. Será, podemos dizer, uma verdadeira complementação da lei que abolia a escravidão (PRADO JR , 1979, p. 143).

Todavia, na prática, o que se assistiu foi à dispensa de grande número de trabalhadores (parceiros e arrendatários) dos latifúndios. Romeiro (1994, p. 122) expressa claramente os efeitos daquela legislação quando assim se manifesta:

O Estatuto expulsou em massa os trabalhadores rurais residentes no imóvel rural e substituiu suas lavouras de alimentos principalmente por pastagens extensivas, que é a forma tradicional de controle da terra com pouca mão-de-obra. Sua presença dentro da propriedade passou a comprometer a liquidez das aplicações imobiliárias, uma vez que os moradores passaram a contar com uma certa proteção legal no que diz respeito à sua dispensa

(indenizações trabalhistas, pagamentos pelas benfeitorias eventualmente realizadas etc.). Uma parte dos trabalhadores expulsos vão se transformar, como se sabe, em trabalhadores volantes (bóias-frias), os quais serão negadas quaisquer garantias trabalhistas, assistência médica, etc., além de receberem salários miseráveis. Outra parte migraria para as cidades por falta de oportunidades de trabalho no campo, pois a esse processo de expulsão se seguiu um processo acelerado de mecanização e quimificação poupadora de trabalho.

Como está evidenciado, o Estatuto do Trabalhador Rural não contribuiu para a fixação do trabalhador no campo. Ele provocou a expulsão da população rural para o setor urbano industrial, transformando-se numa lei de exclusão social. Naquele momento, em meio as manifestações de insatisfação dos trabalhadores do campo e uma maior aproximação destes aos movimentos articulados pelo PCB, em 1964, os militares tomaram o poder.

1.3- Modernização Tecnológica na Pequena Produção e Questão Agrária

A partir de meados da década de 1960, com o regime militar no poder, adotou-se uma nova política para desenvolver o setor agropecuário. A meta central era promover a penetração do capitalismo no campo brasileiro. Para viabilizar a questão, foi promulgada a segunda Lei de Terra no Brasil - o Estatuto da Terra -, que já estava sendo redigido antes do golpe militar.

O regime militar reprimiu as forças sociais combativas e comprometidas com o projeto de reforma agrária. As atividades de zoneamento, cadastro e tributação passaram a ter primazia sobre aquelas relativas à desapropriação por interesse social. Silva (1987, p. 16) aponta que:

O golpe militar de 1964 repôs as coisas no lugar, eliminando (fisicamente inclusive) da arena política aquelas forças sociais que tentavam construir uma

variante popular para o processo de desenvolvimento brasileiro, particularmente organizações “autônomas” dos operários e dos camponeses.

Como para o Estado capitalista não interessava “fixar o homem no campo” num amplo projeto de reforma agrária, a escolha dos militares foi pela modernização do processo produtivo no campo.

No Brasil, segundo Kageyama (1990, p. 113),

A modernização tecnológica da agricultura foi um processo que ganhou dimensão nacional após o pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados) de elementos químicos (fertilizantes, defensivos, fungicidas, etc.) isto é, mudança de ferramentas e mudança de culturas ou mais variedades. É uma alteração na base técnica da produção que transforma a produção artesanal, a base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada. Enfim, numa nova maneira de produzir.

A modernização tecnológica da agricultura significava entre outros fatores a subordinação da terra ao capital, pois como destaca Silva (1981, p. 62),

As fazendas até então produziam quase tudo o que era necessário à atividade produtiva: os adubos, os animais e até mesmo alguns instrumentos de trabalhos, bem como a própria alimentação dos seus trabalhadores. Agora não: os adubos são produzidos pelas indústrias, parte dos animais de trabalho foram substituídos pelas máquinas produzidas pela indústria e equipamentos agrícolas, e os alimentos dos trabalhadores são comprados nas cidades.

O modelo de modernização da agricultura promoveu o aumento da produção e da produtividade do setor agropecuário ao mesmo tempo em que acentuou o fenômeno do êxodo rural, resultando em problemas sociais no campo e na cidade, decorrentes das novas relações de trabalho que se estabeleceram no campo, questão visível principalmente no Centro-Sul do país.

Normalmente quando se fala em modernização da agricultura pensa-se apenas nas modificações ocorridas nas bases técnicas da produção, na substituição das técnicas agrícolas tradicionais por técnicas modernas; o burro pelo trator, o esterco pelo adubo químico, a enxada pelo arado. E quando se pretende avaliar o processo de modernização, procura-se analisar apenas a evolução dos índices de utilização das máquinas e dos vários insumos agropecuários. Modernização, porém significa muito mais que isso. Ao mesmo tempo em que vai ocorrendo aquele processo técnico na

agricultura, vai-se modificando também a organização da produção. A composição e a utilização do trabalho modifica-se se intensificando o uso do “bóia-fria” ou trabalhador volante; a forma de pagamento da mão-de-obra é cada vez mais assalariada; os pequenos produtores sejam proprietários, parceiros ou posseiros vão sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões a organização da produção em moldes empresariais (GRAZIANO NETO, 1985, p. 26).

A meta do Estado a ser alcançada com a modernização era aumentar a produção agrícola através de duas vias, sejam, uma pela industrialização⁶ da produção agrícola e a outra através da abertura de novas áreas utilizando projetos de colonização. Particularmente no Centro Oeste e Norte do país, onde havia grandes áreas de terra, estas regiões se constituíram em fronteira agrícola⁷.

Assim, na região de fronteira foram implantados muitos projetos de colonização, oficiais e particulares, que serviram como válvula de escape para diminuir as tensões sociais no campo, sobretudo naquelas áreas onde a agricultura havia se modernizado, constituindo-se em foco de conflitos sociais. Este foi o caso do Centro-Sul do país. Contudo, o Nordeste também enfrentava problemas cujos motivos já foram comentados.

O que se viu em um curto período de tempo foi a perversa aliança do capital representado pela burguesia, fosse ela nacional ou internacional com o apoio do Estado. Silva (1981, p. 118) acrescenta que:

A fronteira representa uma orientação dos fluxos migratórios, especialmente das populações rurais. Ela é o lócus da recriação da produção camponesa expulsa das regiões de agricultura mais desenvolvida, ela é o destino dos

⁶ A industrialização do campo é um momento específico do processo de modernização: a “reunificação agricultura-indústria” num patamar mais elevado do que o do simples consumo de bens industriais pela indústria. É um momento da modernização a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola, o que ela só pode fazer após a implantação do DI para a agricultura no país. (KAGEYAMA, 1990, p. 22).

⁷ Denomina-se fronteira agrícola as “novas áreas” onde se expandiu a agricultura moderna. A fronteira não é necessariamente uma região distante, vazia do posto de vista demográfico. Ela é fronteira do ponto de vista do capital, entendido como uma relação social de produção. Não se deve pensar que a fronteira é algo externo ao modelo agrícola brasileiro. Pelo contrário, a fronteira é simultaneamente condicionante e resultado da modernização no campo. (SILVA, 1981, p. 114/115).

pequenos produtores expropriados e dos excedentes populacionais, especialmente do Nordeste e, mais recentemente, do Sul do país.

Na realidade, os programas de colonização foram concebidos como uma estratégia que possui duas faces: uma, ocupar os espaços vazios e, outra, inviabilizar a reforma agrária. Como relembra Fernandes (2000, p. 45), “a colonização foi imposta como forma de controlar a questão agrária sem fazer a reforma agrária. Ou seja, colonizar para não reformar”.

Assim, os homens sem terra, representados pelos pequenos produtores que na maioria dos casos detinham a posse, mas não a propriedade da terra, foram levados para uma terra sem homens, como por exemplo os estados de Rondônia e Acre, para onde se dirigiram grande parte dos agricultores do Norte do Paraná. A medida em que o espaço foi sendo valorizado pelo capital, a região de fronteira também se tornou foco de conflitos.

Antes do desenvolvimento dos projetos de colonização, estavam presentes na área indígenas e posseiros que desbravavam as matas, sobrevivendo da agricultura de subsistência. O posseiro, em particular, chegou antes do proprietário, porém ele não possuía a propriedade da terra. A partir do momento em que o Estado passou a implementar a infra-estrutura na região de fronteira, a terra passou a ser valorizada, e isto provocou a expulsão dos posseiros.

O processo de penetração do capitalismo no campo foi traduzido na aplicação de capitais em distintos mercados, destacando-se o de terras, onde as áreas de fronteira se tornaram atrativas para o capital e a propriedade da terra permitiu não só ganhos especulativos, mas também ganhos de fundação. Desta forma, empresas nacionais e multinacionais tornaram-se proprietárias de grande extensões de terras e, nesta base, se desenvolveram muitos projetos de colonização.

Com raras exceções, quase todos os projetos de colonização fracassaram, pois a realidade encontrada era muito diferente daquela vivida pelos trabalhadores, especialmente para os que eram oriundos do Sul do país. Segundo Sauer (1998, p. 40) “as famílias que conseguiram terra foram abandonadas em ambiente estranho, isolado e sem infra-estrutura. A população era afetada por doenças como a malária e, após muito trabalho para abrir a mata e preparar o solo, não tinham condições de comercializar a produção”. Além dessas dificuldades, muitos colonos e posseiros foram forçados a abandonar a área, deslocando-se novamente para as cidades ou voltando para suas regiões de origem, onde iniciaram novas lutas para entrar na terra. Nesse sentido, também na região de fronteira em meio a muitos conflitos, eles novamente foram vítimas do capital.

Os conflitos que antes agitavam o campo na região Centro Sul passaram também a se fazer presentes nas regiões de fronteira agrícola. Prado Júnior (1979, p. 121) diz que:

Os títulos de propriedades conseguidos por essa ou aquela forma, vão avançando sempre mais rapidamente que a colonização, fazendo com que o povoamento e a ocupação efetiva encontre sempre pela frente as terras tomadas por especuladores que se dizem proprietários. Acha-se aí a origem da tragédia dos posseiros que vem ensangüentando os sertões brasileiros e que nada mais significa que a brutal espoliação desses pioneiros da colonização e povoamento que se instalam em terras virgens e remotas, procurando aí organizar sua vida, para se verem enxotados por pseudotitulares cujo objetivo não é nem ao menos fazerem essas terras produzir, e sim unicamente especular com ela.

De qualquer forma, com a ocupação da fronteira novas terras foram incorporadas ao espaço produtivo e, através da modernização tecnológica do setor agropecuário, o capitalismo se expandiu no território nacional. Com isso, fortaleceu-se o domínio da natureza pelo capital, por meio de obras de drenagem, irrigação, utilização de máquinas e adubos, dentre outros, sendo essa uma opção do Estado.

Portanto, criadas as condições endógenas para expandir a modernização, a agricultura passou a usar em maior quantidade os insumos e equipamentos industriais. Este foi um momento específico da modernização, marcado pela reunificação entre agricultura e indústria. A partir daí, nos termos de Kageyama *et al.* (1990, p. 122) “a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola”. A agricultura acaba se transformando num ramo de produção, semelhante a uma fábrica, que compra determinados insumos e produz matéria prima para outro ramo da produção.

O processo de industrialização da agricultura acelerou as mudanças nas relações de trabalho, contribuindo para o aumento do êxodo rural em direção a periferia urbana, na medida em que as culturas de exportação (café, cana-de-açúcar, laranja e soja), se expandiram espacialmente nas diferentes regiões do país.

Neste sentido, Corrêa (1996, p. 39) salienta que:

Foi sob força de pressão que a agricultura brasileira subordinou-se ao capital industrial, ora fornecendo gêneros agrícolas exportáveis e matérias primas para as agroindústrias para suprir o mercado interno e externo, ora adquirindo máquinas e insumos químicos industriais, ao mesmo tempo em que também ela liberava mão-de-obra para o setor industrial.

As mudanças que ocorreram no setor agrícola, principalmente as que levaram à modernização deste setor, tiveram uma atuação imprescindível do Estado para sua realização, pois as grandes transformações técnicas, econômicas e sociais não resultaram da ação livre das forças do mercado ou de uma burguesia nacional. De acordo com Kageyama *et al.* (1990, p.157) “O Estado esteve presente em todas as fases do processo, ora criando ele próprio condições para as transformações, ora amarrando diversos elementos em torno de um projeto definitivo de modernização da agricultura”.

A peça principal e que funcionou como alavanca para acelerar a modernização da agricultura brasileira foi o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) instituído em 1965. Tal sistema substituiu o velho esquema de subordinação ao capital usurário, prática comum até então.

O SNCR foi o mecanismo encontrado pelo Estado para estimular a modernização agrícola. É certo que tal política beneficiou muito mais a região Centro Sul, onde se desenvolviam as lavouras modernas que empregavam maquinários, com destaque para o trator.

Os financiamentos viabilizaram o consumo crescente de insumos químicos, implementos e maquinários agrícolas, fortalecendo o setor industrial. A integração da agricultura com a indústria a montante e a agroindústria processadora de matérias primas localizada a jusante resultou na constituição do Complexo Agro-industrial - CAI -, que é entendido como o processo de integração agricultura-indústria. Ao integrar-se ao CAI, a agricultura torna-se um setor subordinado, pois de um lado, ela passa a depender da produção de insumos produzidos pela indústria da agricultura e de outro torna-se dependente das indústrias de transformação para vender seus produtos.

A integração do campo ao mercado urbano-industrial e por extensão ao mercado internacional é um processo marcado por contradições. Todavia, o padrão agrícola industrializante que se configurou no Brasil mostrou-se complexo, pois não alcançou a todos os produtos rurais.

Durante quase duas décadas (1965-1983), os recursos do SNCR foram utilizados também para a aquisição de mais terras, tanto no meio rural como também no meio urbano. Comentando sobre o desvio de recursos, Sorj (1980, p. 89) argumenta que:

O crédito rural não somente privilegiou certos tipos de produtos e produtores, como parte importante dele foi desviado para atividades urbanas ou na

compra de terras. Embora se trate de um dado dificilmente quantificável, esse é um fato reconhecido praticamente por todos os técnicos relacionados ao setor, e, a partir de fins de 1977, pelo próprio governo.

A modernização foi mais intensa na região Centro-Sul, afetando mais as culturas de café, soja, trigo, cana-de-açúcar e algodão, exploradas com mão-de-obra assalariada. Os grandes estabelecimentos foram se transformando em modernas empresas capitalistas, excluindo posseiros, arrendatários e parceiros. Elas adotaram pacotes tecnológicos na forma de insumos químicos, maquinários, sementes selecionadas, entre outros e mão-de-obra assalariada (bóias-frias), contratada para realizar determinadas tarefas.

Uma parte dos pequenos produtores foi excluída da modernização; outra parte passou a desenvolver atividades especializadas, integrando-se tecnicamente ao CAI. Mas os dois segmentos passaram a ter custos com a produção, com desvantagens para os pequenos agricultores, em função da reduzida escala de produção. A modernização contribuiu para acentuar a concentração de terras nas grandes propriedades, sendo, por isso, chamada de modernização dolorosa ou conservadora.

A modernização tecnológica da agricultura não foi homogênea nem no tempo, nem no espaço. No processo, a paisagem se modificou, alterando as relações de trabalho, acentuando as disparidades regionais. Ao comentar sobre o caráter conservador da modernização, Silva (1987, p. 37) diz que: “a estrutura fundiária da agricultura brasileira evoluiu num sentido concentrador, portanto excludente, ao longo dos anos 70, quer em termos de propriedade efetiva, quer no sentido de qualquer tipo de acesso à terra”.

O estado do Paraná exemplifica bem as mudanças decorrentes da integração agricultura/indústria. Segundo Ferreira (1982, p. 14), o norte paranaense,

Assistiu a uma rápida expansão da soja tanto na estia dos cafezais erradicados como em outras áreas, passando de 395.484 hectares em 1970 para 2.250.000 já em 1981, atingindo portanto, uma variação de 569%. Isto foi um fator substancial para o expressivo aumento do número de máquinas agrícolas e insumos modernos consumidos no Paraná onde, por exemplo, houve uma variação de 328% no número de tratores, passando de 183 ha/trator em 1970 para 64 ha/trator em 1980.

O processo de modernização da agricultura aumentou a concentração da terra e de renda, ampliou as desigualdades sociais, regionais e a pobreza, sendo a miséria e o êxodo rural marcas registradas naquele período. O estado do Paraná entre os anos de 1970 e 1980, de acordo com Ferreira (1982, p. 15), “perdeu 1.268.565 habitantes do meio rural”.

A modernização da agricultura pode ser considerada uma reforma agrária ao “avesso”, ou seja, foi uma reforma para atender aos interesses do capital e pelo capital. Mas o que se pode perceber é que o capital não tem conseguido realizar a expropriação completa do trabalhador, pois uma parte dos mesmos vem se recusando a proletarização, procurando na posse da terra a continuidade da vida através do trabalho familiar. Neste sentido, se sobressai a luta dos posseiros ou a organização de movimentos sociais com destaque para o Movimento dos Sem Terra, o MST, que busca na ocupação de terras a reprodução da vida na terra de trabalho.

1.4- Organização dos Movimentos Sociais: Luta e Conquista da Terra no Brasil e no Paraná

Como se sabe, o Estatuto da Terra, quando da sua elaboração, apresentava uma resposta do Estado aos anseios da sociedade, desmobilizando e desarticulando os conflitos por terra. O Estatuto era um instrumento legal de promoção de reforma agrária no país.

De início, as associações patronais e os líderes rurais representados pelos grandes fazendeiros fizeram oposição à lei, mas logo perceberam que não passava de mais um engodo para acalmar os ânimos da população do meio rural. Como bem relembra Silva (1987, p. 17), “o Estatuto da Terra não era apenas uma resposta às lutas do campesinato antes do golpe de 1964. O Estatuto era também a proposta conciliatória da burguesia industrial para acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo”.

O acordo de aprovação do Estatuto foi selado entre os latifundiários e o governo militar, pois segundo Oliveira (1988, p. 83) “só recentemente foi revelado que o então Ministro Roberto Campos garantira aos latifundiários que o Estatuto aprovado não seria implementado”

Para que o processo de modernização surtisse o efeito desejado, o regime militar criou mecanismos para favorecer a penetração do capital urbano-industrial no meio rural brasileiro tendo como alvo os latifundiários. Suas terras, segundo Martins (1980, p. 60) são terras de negócios, pois:

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio. Quando o capital se apropria da terra, ele o faz com o intuito de lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura.

De uma forma ou de outra, os capitalistas se tornaram proprietários de grandes extensões de terras. Com a militarização do problema agrário, foram proibidas as manifestações de luta e de reivindicação dos excluídos pelo processo de modernização da agricultura, sendo suprimida qualquer tentativa de movimento.

A história registra que a modernização não resultou em benefício para os pobres do campo, conforme já foi referido. Ela transformou a área rural em foco de conflitos sociais e de violação dos direitos humanos, tanto na região de fronteira

agrícola, onde os projetos de colonização não respeitaram os povos da floresta (índios e posseiros), como também na região Centro-Sul, onde a situação dos trabalhadores rurais se tornou crítica.

Vale lembrar que, se na década de 1970, uma parcela considerável da população rural foi expropriada do campo pelo processo de modernização tecnológica da agricultura, na década seguinte, já não havia mais espaço na cidade para os excluídos do campo. Como destaca Martins (1993, p. 141), “no Brasil a expropriação, a expulsão da terra não conduz à condição de operário, mas à condição de população sobrando, de desempregado ou de assalariado temporário como o bóia-fria”.

Com a intensificação da industrialização na década de 1970, conhecida como “milagre brasileiro”, aumentou a demanda de energia, necessária ao atendimento do rápido crescimento urbano-industrial. Naquele momento, optou-se pela construção de hidrelétricas como, por exemplo, a Usina de Itaipu, que alagou parte das terras no Paraná, fazendo com que um grande número de moradores fossem removidos da área. Este fato criou um problema social, aparentemente secundário, devendo ser solucionado após a conclusão da usina. Mas a construção da usina originou um movimento social (Movimento Justiça e Terra) que se constituiu segundo Ferreira (1982, p. 18), “[...] em um marco para a organização popular no meio rural paranaense”.

No final da década de 1970 e início de 1980, o referido movimento começou a questionar o encaminhamento autoritário dos projetos. Só no território paranaense, região Oeste, as águas do reservatório da hidrelétrica de Itaipu inundaram cerca de 111.332 ha, de terras, abrangendo áreas rurais e urbanas. Habitavam a área 42.444 pessoas, sendo 38.445 no meio rural e 3.999 no meio urbano. Foram desapropriados 6.263 estabelecimentos, com tamanho médio de 15 hectares, sendo prometido indenização justa a todos. Os proprietários permaneceram acampados perto

da hidrelétrica durante algum tempo e, posteriormente, parte deles foi assentada no próprio estado em dois assentamentos⁸. Em Arapoti foram assentadas 400 famílias e em Toledo, 20 famílias, (FERREIRA, 1982, p.18).

Em relação aos posseiros que também se encontravam na área, a maior parte foi transferida para o Acre, onde foram “largados à própria sorte”. Outros permaneceram no Paraná e, com a ajuda da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁹, em 1981 fundaram o MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná), começando a luta pela conquista da terra. Nos anos de 1982 e 1983 surgiram movimentos semelhantes em outras regiões do estado.

É importante lembrar que até 1964 o PCB era considerado o articulador dos movimentos sociais de luta pela terra. A Igreja Católica se envolveu nos trabalhos de base no meio rural temendo a perda de influência sobre a população do campo que vinha sendo cooptada pelos ideais do partido político referido. A dicotomia entre a Igreja e o PCB levou alguns setores da Igreja a apoiar o golpe de 1964, por acreditar que o Estatuto da Terra quebraria as barreiras do latifúndio. Com o regime militar, diante da perseguição política ao PCB, as Igrejas Luterana e Católica passaram a ter a hegemonia para lidar com os problemas oriundos da questão agrária. Como as mudanças que a Igreja esperava não eram as que o Estado implantara, esta passou a desenvolver um trabalho pastoral rural por todo o país, procurando ajudar os expropriados do campo para que estes se organizassem e comesçassem a lutar pela terra.

⁸ O termo assentamento apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico da reforma agrária Venezuelana, e se difundiu para inúmeros outros países (BERGAMASCO, 1996, p. 7).

⁹ Organismo pastoral da igreja Católica, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB). A CPT foi organizada em Goiânia (GO), durante um encontro de bispos e agentes pastorais, a partir de reflexões sobre a crescente onda de conflitos de terra que ocorria nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, principalmente pelos índios e posseiros, mas logo estendeu suas ações para outros estados do Brasil, atuando em todas as dioceses em que há problemas de terra. (STÉDILE ; FERNANDES, 1999, p. 19).

Assim foram criadas as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Os trabalhadores expulsos do campo e que não conseguiam emprego nas indústrias dos centros urbanos, somados àqueles que começaram a retornar dos projetos de colonização mal sucedidos, começaram a resistir no campo, buscando outras formas de luta pela terra, nas próprias regiões onde viviam. Mas, somente após a criação da CPT (1975) e com as greves da região do ABCD, municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema (1978), é que os trabalhadores rurais sentiram-se estimulados a lutar por espaços para plantar. Assim, já em 1979, começaram as ocupações de terras no Rio Grande do Sul e, em plena ditadura militar, aconteceu a ocupação da fazenda Macali, fato que desencadeou o processo de formação do Movimento Sem Terra - MST -. Segundo Bezerra Neto (1999, p. 11) O MST nasceu:

Das lutas concretas pela conquista da terra, que os trabalhadores rurais foram desenvolvendo de forma isolada na região sul, num momento em que aumentava a concentração de terras e ampliava a expulsão dos pobres da área rural, devido à modernização da agricultura e à crise do processo de colonização implantado pelo regime militar.

Porém, apesar de iniciada sua atuação na região Sul do Brasil, o MST teve como modelo as Ligas Camponesas, sendo que ambos se constituíram como movimentos independentes que nasceram no interior das lutas que se travaram pela terra e por terem como objetivo por fim ao monopólio da terra através da reforma agrária.

Para Fernandes (2000, p. 49), o MST “é fruto do processo histórico de resistência do trabalhador rural brasileiro. É, portanto, parte e continuação da história da luta pela terra”. Para o autor, o período compreendido entre 1979 a 1984, foi de gestação do movimento. Seu nascimento ocorreu no Primeiro Encontro Nacional de Sem Terra, realizado entre os dias 21 e 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná.

Criado o movimento, este logo territorializou-se por vários estados do país e passou a organizar acampamentos¹⁰ como forma de pressionar o governo para a criação dos assentamentos e, conseqüentemente, permitir o acesso à terra para aqueles que foram espoliados¹¹.

O acampamento é a espacialização da luta pela terra, se efetivar em assentamento é uma fração do território conquistado. Quando os sem terra tomam a decisão de acampar, eles estão desafiando o modelo político que os excluiu da condição de cidadãos.

Na constituição do MST, foi-se aprendendo que a luta não era apenas por um pedaço de terra. Era uma luta permanente pela dignidade e pela vida, pois, segundo Fernandes (2000, p. 85), “a conquista da terra não é o fim da luta, é sempre um ponto de partida. Os sem terra aprenderam na caminhada que quem só luta pela terra, tem na própria terra o seu fim”.

Em todas as regiões do país, a luta para permanecer na terra, no caso dos posseiros ou para entrar na terra, no caso dos sem terra, a violência foi e tem sido a marca registrada dos conflitos. Oliveira (1988, p. 45) afirma que:

Durante os anos de 1985 a 1986, foram mortos nada mais nada menos que 524 trabalhadores. Este acirramento dos confrontos armados no campo está em conexão direta com o processo desencadeado pela elaboração e início da implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) pelo governo federal.

Após duas décadas de Regime Militar, em 1985 foi aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária, previsto no Estatuto da Terra. A reforma agrária se

¹⁰ São espaços e tempos de transição na luta pela terra, desta maneira, acampar é determinar um lugar e um momento transitório para transformar a realidade. (FERNANDES, 2000, p. 293).

¹¹ Se faz necessário dizer que nem todos os sem terras são do meio rural. Ocorre também uma grande mobilização nos centros urbanos, principalmente por parte do MST, na tentativa de sensibilizar os trabalhadores desempregados para seu engajamento na luta pela terra.

tornou um dos projetos prioritários da “Nova República”, porque as desigualdades sociais haviam se acentuado durante o regime militar.

O PNRA tinha como meta assentar 1.400.000 famílias em 43.090.000 hectares de terras no período compreendido entre 1985 a 1989. Porém, nesse período menos de 10% foi realizado. Além disso, as desapropriações só ocorreram porque os sem terra intensificaram as ocupações de terra, (FERNANDES 1999, p. 09).

Por trás do fracasso do PNRA, esteve a reação imediata dos grandes proprietários de terra que, no mesmo ano (1985), criaram a União Democrática Ruralista (UDR) para defender seus privilégios e interesses. Em 1988, essa organização conseguiu minar a criação de uma lei de reforma agrária no processo constituinte, o qual, naturalmente, tinha diversos representantes.

No entanto, os movimentos sociais passaram a reconfigurar o meio rural brasileiro, extravasando inclusive as fronteiras do país, chegando ao Paraguai. Lá, os brasileiros que emigraram na ilusão de terras baratas, organizaram o movimento dos “Brasiguaios”. Tal organização, com a propaganda do governo brasileiro sobre PNRA, em 1985, passou a lutar para que os integrantes fossem novamente repatriados e assentados em áreas rurais no Brasil. De acordo com Oliveira (1995, p. 49), “estima-se que existam mais de 200 mil trabalhadores brasileiros vivendo no Paraguai”, produzindo uma nova ordem sócio-espacial naquele país.

1.5- Os Assentamentos Rurais: O Objeto de Pesquisa

Nos momentos de tensão social no meio rural, o grande produtor, às vezes, é um capitalista e, em outras, um aliado do capital. De qualquer forma, a classe

dos proprietários de terra sempre criou maneiras para evitar que a reforma agrária se concretizasse. Foi neste processo que foram implantados os projetos de colonização e as políticas de assentamentos rurais pois, a reforma agrária, no sentido estrito do termo, deve alterar o direito de propriedade e, conseqüentemente, a estrutura do poder. Assim, diante de qualquer ameaça, as forças conservadoras representadas pelos grandes proprietários rurais se uniram, impedindo que ocorressem avanços na distribuição da terra em favor das classes menos favorecidas. Nos termos de Stédile e Fernandes (1999, p. 113) “a elite pode aceitar que os pobres peçam favores ou mendicância, mas jamais aceitaria que eles se organizem para exigir seus direitos”

A partir de 1980, para acalmar os ânimos exaltados dos movimentos sociais, principalmente do MST, os governos federal e estadual sob força de pressão, criaram assentamentos de trabalhadores rurais em terras públicas ou privadas.

Mas criar assentamentos de famílias sem terra não tem significado equivalente a reforma agrária, pois isso não afetará a estrutura da propriedade da terra. Concebe-se a reforma agrária como sendo a distribuição da propriedade da terra, ou seja, a democratização da estrutura fundiária. Os assentamentos minimizam a necessidade de uma ampla reforma agrária no campo brasileiro. Neste contexto, os assentamentos rurais, atualmente, podem ser entendidos como resultado concreto das lutas dos trabalhadores rurais pela posse da terra, absorvendo os filhos de pequenos agricultores, arrendatários, posseiros, meeiros, atingidos por barragens e empregados rurais, dentre outros.

Conforme já mencionado, o processo de luta pela terra, na forma de assentamentos, teve início no Rio Grande do Sul em 1979, quando 110 famílias ocuparam a Gleba Macali, no município de Ronda Alta. Essas terras que iriam se transformar em assentamentos eram, segundo Fernandes, (2000, p. 47) “remanescentes

das lutas pela terra da década de 60, quando o MASTER organizara os acampamentos na região, estando a luta pela conquista dessas terras registrada na memória dos camponeses”.

As décadas de 1980 e 1990 registraram a formação de inúmeros assentamentos. A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias (1978 e 1979), já mencionadas, transformou-se numa luta pela democratização da sociedade, que resultou no fim do regime militar no país. O novo governo trouxe um pouco “de paz” para a sociedade que voltou a gozar dos direitos outrora cassados. Como diz Stédile e Fernandes (1999, p. 67), “na época do Sarney, quando o governo não agilizava o assentamento, ninguém nos tirava da área ocupada, o que acabava, na prática, tornando-se um assentamento”.

O último PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), elaborado em 1985, avançou pouco devido à pressão exercida pela UDR (União Democrática Ruralista). Por isso, as ocupações se intensificaram, passando o MST a ter uma conduta mais ofensiva na luta pela terra. É importante notar que o Estado só adotou a política de assentamentos em razão da organização dos trabalhadores rurais sem terra. Se não fossem as ocupações, as marchas, os acampamentos em beira de estrada e em praças públicas, expondo à população urbana os problemas rurais, o número de assentamentos hoje seria bem menor.

No governo do Presidente Collor de Mello, pouco se avançou em relação a reforma agrária. Foi um período em que o MST foi reprimido. Como relembra Morissawa (2001, p. 109), “[...] para a questão agrária a política de Collor foi porrete neles, os sem terra”, isso fez com que o trabalho do MST se voltasse para dentro dos assentamentos já conquistados. Após o *impeachment* do Presidente Collor, assume o

Governo Itamar Franco e, nos dois anos de seu mandato, as ocupações das terras voltaram a acontecer.

A partir de 1995, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, colocou-se em prática um programa de reforma agrária de mercado¹², com o apoio econômico, político e ideológico do Banco Mundial.

Com o objetivo de desmobilizar o MST e acabar com a política de ocupação dos latifúndios, implantou-se o Banco da Terra, instituição na qual as terras são financiadas pelo Banco do Brasil para os agricultores que desejam comprá-la. Para colocar a opinião pública contra os integrantes do MST, foi lançada uma campanha publicitária com frases do tipo “ para que pular a cerca se a porteira esta aberta”. Os trabalhadores rurais interessados em ser atendidos por projetos de assentamentos deveriam efetuar o cadastramento junto a órgãos públicos, sendo este um dos requisitos exigidos para o atendimento de futuros assentamentos.

Como se sabe, a ocupação de terras pelo MST e por outros movimentos¹³ tem se tornado uma forma importante de acesso à terra, o que permitiu a formação de 3958 assentamentos rurais, possibilitando assentar 475.801 famílias, no período compreendido entre 1979 a 1999, como demonstra a tabela 1.

Vale notar que, na trajetória, muitos deixaram de ser assentados, devido as dificuldades assinaladas abaixo por Romeiro (1994, p. 194)

O índice de desistência apresentado pelo relatório FAO (1992) é de 22%, pois esse índice resulta baixo se levarmos em conta as dificuldades presentes nos assentamentos, tais como: terra ruim para a lavoura; diferenças acentuadas com relação à região de origem dos beneficiados; o que os obriga a adaptações que implicam em aprendizagens (cultivar novos produtos, utilizar técnicas antes desconhecida); falta de estradas; comercialização difícil e outros.

¹²Expressão usada para denominar a política proposta pelo Banco Mundial para o governo brasileiro como alternativa à reforma agrária clássica realizada mediante à desapropriação dos latifúndios improdutivos. No caso dessa política, o Banco Mundial tem emprestado dinheiro para o governo adquirir fazendas à vista, independente da condição ou da viabilidade. As famílias assentadas passam a dever o valor das desapropriações diretamente ao banco. (STÉDILE ; FERNADES, 1999, p. 140).

¹³ Maiores informações a sobre outros movimentos rurais, podem ser buscadas em FERNANDES (2000, p. 255 a 259).

TABELA 1 – Assentamentos rurais no Brasil de 1979 a 1999.

Região/UF	N.º Assentamentos	N.º Famílias	Área (hectares)
NORTE	705	185.020	12.253.557
AC	57	10.558	783.077
AM	30	15.383	1.778.029
AP	22	8.001	873.510
PA	308	99.901	5.227.788
RO	73	23.518	1.849.761
RR	27	12.096	916.795
TO	188	15.563	824.597
NORDESTE	1.798	157.935	5.124.465
AL	50	5.245	31.925
BA	264	27.840	927.559
CE	365	21.080	712.681
MA	351	52.808	2.060.674
PB	150	8.718	107.571
PE	175	9.998	125.063
PI	221	15.985	790.895
RN	159	12.294	310.732
SE	63	3.967	57.365
CENTRO-OESTE	514	76.032	4.295.104
DF	03	103	1.870
GO	167	11.098	449.046
MS	84	13.249	369.379
MT	260	51.582	3.474.809
SUDESTE	411	29.189	774.511
ES	53	2.561	24.731
MG	152	9.347	430.288
RJ	61	6.356	79.952
SP	145	10.925	239.540
SUL	530	27.625	548.560
PR	233	15.059	294.465
RS	195	8.284	181.215
SC	102	4.282	72.880
BRASIL	3.958	475.801	22.996.197

FONTE: Fernandes, (2000) (DATALUTA- Banco de Dados da Luta pela Terra -UNESP/MST)

Segundo Medeiros *et al.* (1994, p. 43), “o assentamento não se conclui com o acesso à terra: antes terão que ser proporcionadas condições necessárias e suficientes para que se concretize a determinação constitucional da terra, cumprir sua função social”. Se por um lado, a noção de assentamento envolve a fixação do homem à terra, não se pode desvincular do provimento das condições para torná-la produtiva, pois

se isso não ocorrer, a possibilidade de fracasso é grande, servindo de vidraça a marginalização do segmento.

A inexistência de um programa agrário no Brasil e, também, a refutação dos planos de reforma agrária, fez com que os assentamentos rurais fossem implantados sem levar em consideração as especificidades regionais. Concordando com Silva (1994, p. 197/198) o Brasil deveria ter programas agrários diferenciados:

O primeiro programa deveria atender os posseiros das zonas de fronteira, regularizando a propriedade da terra; o segundo seria os minifundistas do Sul, onde requer investimentos pesados do Estado para absorver a mão-de-obra sobrando no campo; o terceiro segmento seria o dos pequenos produtores da região Nordeste que tem acesso precário à terra e que precisa de uma melhor legislação que proteja o produtor; e finalmente o quarto grupo, primeiro na ordem de importância, é a classe representada pelo lumpesinato, que é encontrada praticamente em todo o país e que não obtém da terra sua renda básica, pois combina formas de trabalho no campo e na cidade, mas que estão migrando para as periferias das cidades para ser favelado e que para o autor, “parece ser o ponto mais grave, pelas características estruturais da economia brasileira e pela dimensão do problema, pois é difícil arrumar emprego produtivo para todas estas pessoas”.

Para Romeiro *et al.* (1994, p. 183) “os assentamentos geraram um padrão de distribuição de renda *per capita* melhor que o que se obtém no campo, ou seja, que o padrão de vida nos assentamentos é melhor do que nas áreas que os rodeiam”. Muito embora isso não constitua regra, muitas áreas, antes da organização dos assentamentos, encontravam-se em completa inércia, ociosas e improdutivas. Os assentamentos estão criando novas realidades sócio-espaciais e alterando a dinâmica econômica local, regional e nacional.

Ao analisar os assentamentos rurais, Alentejano (1997, p. 26) diz que eles estão apontando

[...] para a possibilidade de criação de novas formas de organização da agricultura familiar, tais como cooperativas de comercialização, organização coletiva do trabalho agrícola, mutirões de construção de infra estrutura e, principalmente pelo significado político que tem a constituição dos assentamentos, pois significam o embrião de um possível e amplo processo de reforma agrária, por apresentarem uma experiência prévia.

Ainda sobre a viabilização econômica dos assentamentos, segundo Gorgen e Stédile (1991, p. 86), “os assentamentos encontram-se numa situação vantajosa, pois a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) constatou que 61,2% das famílias do meio rural estão situadas na faixa de 2 salários mínimos por família mensalmente, enquanto que entre os assentados, a média ficava entre 2,8 a 4,9 salários mínimos por família”.

Outro dado interessante a respeito da renda conseguida em assentamentos foi apresentada pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB), em 1996, conforme mostra a tabela 2. Constata-se a significativa disparidade na média dos salários entre as regiões.

A renda obtida pelos assentados no Sul é mais que o dobro da auferida no Nordeste. Mesmo assim, nesta região onde há problemas não só climáticos, mas também na administração pública dos recursos financeiros e técnicos, os assentados conseguiram obter uma renda acima de dois salários mínimos por mês. Tal situação pode diferir dos muitos outros trabalhadores rurais nordestinos.

TABELA 2 – Renda média nos assentamentos em salários mínimos nas regiões brasileiras.

REGIÃO	MÉDIA EM SALÁRIOS MÍNIMOS POR FAMÍLIA
Norte	4,18
Centro-Oeste	3,85
Nordeste	2,33
Sudeste	4,13
Sul	5,62

FONTE: CONCRAB, 1996

A luta para se tornar assentado é árdua. Desde o acampamento até a concretização dos assentamentos muitas barreiras devem ser vencidas. É neste período

que ocorre a socialização, sendo um aprendizado marcado pelo processo histórico de construção de experiências.

Não existe um modelo padrão de assentamento rural. Silva (1994, p. 189/190) aponta os diferentes tipos de assentamentos que podem ser constituídos:

_ assentamentos associativos ou exploração comunitária: são explorados conjuntamente pelos próprios ocupantes;

_ assentamentos suburbanos ou agrovilas: destinam-se a trabalhadores volantes (bóias-frias) que já se urbanizaram. As Agrovilas devem ser formadas por parcelas de culturas de subsistência que possam ser cultivadas como trabalho familiar;

_ assentamentos extrativistas ou reservas extrativistas: destinam-se as regiões onde a mata nativa ainda pode fornecer condições de subsistência aos chamados “povos da floresta” seringueiros, castanheiros e ribeirinhos;

_ assentamentos individuais ou explorações parceladas: esse tipo de assentamento é indicado para minifundistas em geral. Deve ser destinado a regiões e beneficiários caracterizados pelo individualismo. O cooperativismo pode compensar esta tendência, principalmente na compra de equipamentos e na comercialização da safra.

Muito embora os assentamentos rurais não estejam inseridos num amplo programa de desenvolvimento sócio-econômico, eles vêm proporcionando dignidade e cidadania para os que realmente acreditam que podem tirar da terra a reprodução de um modo de vida que lhe é próprio. Nisto está contido o “saber fazer”, estando evidenciado que a “terra de trabalho” continua viabilizando o desenvolvimento econômico e social familiar.

Deste contexto, participa o assentamento Pó de Serra, localizado do distrito de Lerroville, Londrina - PR, que se constitui como objeto dessa pesquisa.

Entretanto, antes de analisar sua formação, será mostrada uma caracterização do espaço agrário de Londrina, onde o mesmo está inserido.

1.5- Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi desenvolvida em várias etapas. Na primeira, efetuou-se a seleção e análise da bibliografia sobre a temática e o objeto de pesquisa, sendo elaborada uma fundamentação teórica que serviu de base para analisar a realidade empírica.

Na mesma etapa, levantou-se as informações históricas e geográficas para caracterizar a área de pesquisa. As consultas foram realizadas em várias instituições, destacando-se: Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina, Biblioteca Setorial do CFH da Universidade Federal de Santa Catarina, Biblioteca da Universidade Estadual de Londrina, Biblioteca da Universidade Estadual de Maringá, Biblioteca Pública Municipal de Londrina, Biblioteca do Museu Histórico de Londrina, Arquivo Público do Estado do Paraná, Secretaria de Planejamento do Paraná e também a Internet.

Na Gleba Três Bocas, fora da área colonizada pela CTNP, se encontram as maiores propriedades do município de Londrina e, conseqüentemente os assentamentos. Na busca de informações para fundamentar o histórico de sua ocupação e colonização, recorreu-se a Biblioteca do Museu Histórico de Londrina, a Biblioteca do Museu do Município de Tibagi, a Biblioteca Pública do Município de Tibagi. Recorreu-se também, ao Cartório de Registro de Imóveis do Município de Tibagi, onde foram efetuadas as primeiras escrituras de terras pertencentes hoje ao município de Londrina.

Também buscou-se informações em documentos do já extinto Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná e em fontes secundárias como nos primeiros jornais e revistas editados em Londrina, guardados no Museu da cidade.

Com o mesmo objetivo, inquiriu-se algumas pessoas mais antigas da região - filhos dos safristas - que foram os primeiros habitantes a desbravarem a área onde se localiza a Gleba Três Bocas. Os questionamentos foram informais e gravados em fitas de áudio.

Num segundo momento, foram coletados dados no IBGE Censos Agropecuário do Paraná (1970, 1980, 1985 e 1995/1996) sobre a distribuição da terra. Adotou-se como critério para classificar os estabelecimentos as seguintes classes: até 20 ha, pequeno; de 20 a 100 ha, médio e com mais de 100 ha, grande. Na mesma fonte obteve-se informações sobre o uso da terra, principais cultivos, condição do produtor e número de tratores. Ainda no IBGE, coletou-se informações sobre a população rural e urbana do município nos dados preliminares do Censo 2000.

Por fim, buscou-se elementos para responder os questionamentos sobre o objeto de pesquisa - o assentamento Pó de Serra - sendo dividido em duas etapas.

Na Primeira, foram coletadas informações sobre o processo de desapropriação da terra, área da fazenda desapropriada que originou o assentamento Pó de Serra. Obteve-se, no escritório da INCRA em Curitiba, informações sobre os levantamentos preliminares para a implantação do assentamento e acesso a documentos sobre o processo de desapropriação. A EMATER de Londrina e de Tamarana também forneceu informações, pois seus técnicos foram os primeiros a prestarem assistência técnica no assentamento.

Na segunda etapa foi realizada uma pesquisa de campo no assentamento Pó de Serra, sendo usada a técnica de entrevista. Primeiramente, foram entrevistados dois informantes-chaves, o atual presidente da Associação de Moradores do assentamento e o ex-presidente.

É oportuno notar que o primeiro presidente já não é mais assentado, mas ele foi um informante fundamental para a elucidação de questões relativas aos primeiros anos do assentamento. Esta entrevista se realizou em sua propriedade, distante aproximadamente dez quilômetros do assentamento.

Com o atual presidente, além da entrevista formal, foram realizadas em diversos momentos conversas informais, sanando dúvidas que surgiam na redação do texto.

As questões versaram sobre: acampamento, assentamento, associação de moradores e dependências externas, os órgãos ou instituições que prestaram auxílio no acampamento, regularização da terra, construção da infra-estrutura, criação da Associação de Moradores, conquistas para o assentamento, assistência técnica e as técnicas usadas na lavoura (anexo 1).

Em seguida, foram entrevistados os quatorze assentados, (anexo 2). As entrevistas também seguiram um roteiro semi estruturado com questões abertas e fechadas. As questões pesquisadas foram sobre: a trajetória de vida dos assentados, a terra conquistada, os sistemas de produção, a organização do trabalho, a comercialização da produção e o perfil sócioeconômico das famílias assentadas.

As entrevistas foram realizadas nos meses de maio, junho e julho de 2002, sendo gravadas em fitas de áudio, com a permissão dos assentados, sendo posteriormente transcritas.

Como as atividades desenvolvidas pelos assentados são diferenciadas, além da entrevista formal foram realizadas outras visitas para fazer observações e registros fotográficos de algumas tarefas executadas em determinados momentos do calendário agrícola.

A maior dificuldade enfrentada foi entrevistar o proprietário de um lote do assentamento que mora e trabalha no município de Tamarana. A entrevista foi realizada em sua casa, de maneira muito rápida, por falta de tempo que o mesmo alegava não dispor.

CAPÍTULO 2

O ESPAÇO AGRÁRIO DE LONDRINA: UMA CARACTERIZAÇÃO.

2.1- A Formação Sócio-espacial

O município de Londrina está localizado na porção norte do estado do Paraná. Seu território encontra-se situado entre os paralelos 23° 10'17" e 23° 51'10" S e os meridianos 50° 52'11" e 51° 14'35" (figura 1), ocupando uma área de 1.715 km², o que representa aproximadamente 1% da área total do Estado. As altitudes do município decrescem de oeste para leste. A variação altimétrica aproximada do relevo vai de 750m na Serra de Apucarana a oeste-sudoeste, até os 380m nas proximidades do leito do rio Tibagi, a nordeste¹⁴

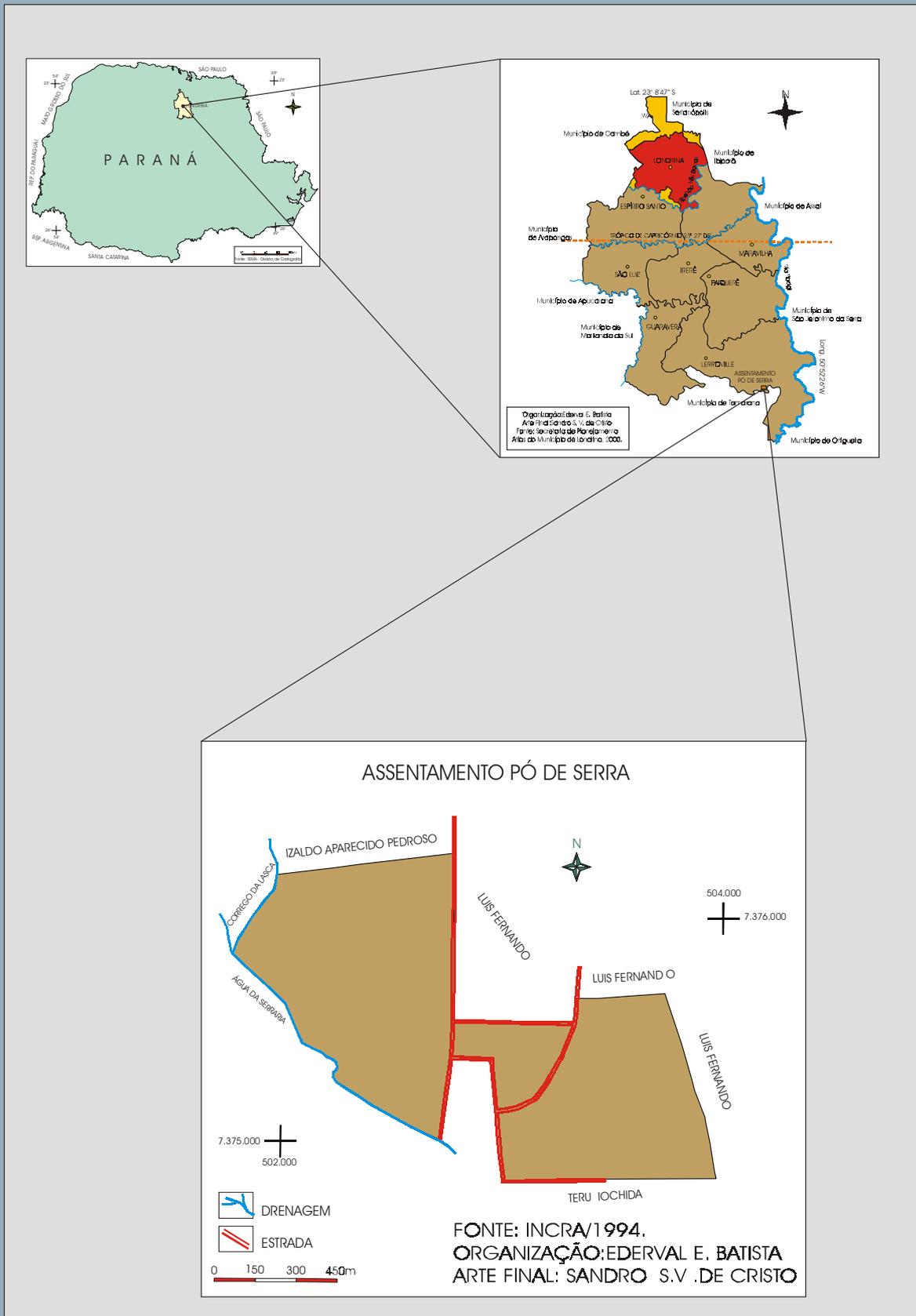
O solo da região é de origem basáltica, formado na era Mesozóica e, por integrar a bacia do Paraná, a área sofreu os efeitos das atividades vulcânicas. A topografia de Londrina é plana, sendo facilmente mecanizável. As características naturais, com destaque para o solo "terra roxa", favoreceram o desenvolvimento das atividades agropecuárias (cultivos) e pecuária, destacando-se inicialmente o café como produto econômico predominante.

O clima de Londrina¹⁵ é do tipo Cfa, ou seja, Subtropical Úmido, com chuvas em todas as estações, podendo ocorrer secas e geadas no período de inverno. A temperatura média do mês mais quente, é superior a 22° C, e a do mês mais frio, inferior a 18°C.

¹⁴ Os dados foram coletados no Atlas do Município de Londrina, 2000.

¹⁵ Informações obtidas no Atlas do município de Londrina: Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, 2000.

Figura 1. Mapa de Localização de Londrina e do Assentamento Pó de Serra, Paraná.



A precipitação pluviométrica média anual é superior a 1800 mm, sendo dezembro e janeiro os meses mais chuvosos, e julho e agosto, os meses mais secos. Em geral, as condições climáticas são também favoráveis aos cultivos temporários e permanentes e a criação de animais.

Essas características naturais (solo e clima) favoreceram a ocupação de Londrina e região, sobressaindo-se o café como produto principal da agricultura, gerando riqueza para a população em um curto período de tempo. Esse fato fez com que Londrina ficasse conhecida nos anos de 1950 como “capital mundial do café”.

A região norte paranaense onde está inserido o município de Londrina era ocupada há muito tempo pelos índios, sendo em maior número os Kaingangues. A conquista das terras Kaingangues, segundo Tomazi (1997, p. 87), “iniciou-se no século XVIII, com a expedição de Afonso Botello em 1768 e terminou em torno de 1930 quando os últimos representantes deste povo foram “pacificados” e alojados em postos “(reservas indígenas)”.

Até quase a primeira metade do século XIX, o norte do Paraná não possuía nenhuma atividade econômica importante, não sendo atrativa para o capital. A região era visitada freqüentemente pelos bandeirantes paulistas que iam em busca de índios para servir como mão-de-obra escrava na sede da província, São Paulo. No entanto, em 10 de agosto de 1855 foi instalada a Colônia Militar de Jataí, na margem direita do rio Tibagi, em terras apossadas pelo Barão de Antonina¹⁶, que tinha como objetivo a busca de novos campos para a criação de gado do Barão.

Após 1889, com a proclamação da República e com a constituição de 1891, o direito de legislar sobre as terras devolutas passa a ser dos Estados. Visando aumentar a produção agrícola e a arrecadação de impostos, o governo do Paraná põe em

¹⁶ Segundo Wachowicz, *apud* TOMAZI, (1997, p. 137), o Barão de Antonina foi o primeiro papa terras do Paraná, e precursor dos grileiros.

operação a venda de terras devolutas nas regiões ainda pouco exploradas economicamente.

No processo, o território indígena foi totalmente ocupado, restando apenas pequenas áreas para os poucos que resistiram à ocupação. Nesse sentido, Mercer (1978, p. 173/174), ao transcrever o Relatório do Comissário de Terras de Tibagi, apresentado à Secretaria Geral do Estado do Paraná em 1925, retrata a existência de duas áreas destinadas aos indígenas, assim dizendo:

Há, convém notar, dois grandes e magníficos blocos de terras do domínio do Estado, reservados para os índios caingangues¹⁷, com uma área superior a vinte mil hectares cada um, nos lugares denominados Faxinal de Cambará e **Apucarantina**, o primeiro junto ao povoado de Queimados e **o segundo à margem esquerda do Tibagi**. No primeiro desses terrenos, de mais de oito mil alqueires, não residem mais que cinquenta índios, e no segundo, de tamanho mais ou menos igual, talvez, cem cabeças de caingangues. (grifos nossos)

Como as terras “doadas” aos índios não haviam sido demarcadas, elas passaram a ser ocupadas por posseiros, intrusos e até mesmo grileiros. Nesse sentido, Lopes (1982:156) relembra “até nos anos de 1980 perdurou questões de terras no Norte Velho, pois em São Jerônimo da Serra onde fora fundado um aldeamento persistiram os conflitos entre índios e posseiros instalados em terras da reserva”.

A população que ocupou o norte paranaense e em especial a região de Londrina (figura 2), de acordo com Tomazi (1997, p. 174) chegou por diferentes caminhos

O primeiro caminho foi o dos tropeiros, que sempre deixavam grupos nos caminhos, o segundo foi a passagem dos mineiros e paulistas, pelo rio Itararé, mais tarde pelo rio Paranapanema, na altura de Ourinhos, criando-se Cambará e outros núcleos urbanos, Depois na altura de Presidente Prudente, que permitiram a fundação de dois pólos depois designados Sertanópolis e Primeiro de Maio, e também a área da “Fazenda Brasileira”, não esquecendo-se da região nucleada por Campo Mourão.

¹⁷ Percebe-se que a grafia em relação ao nome da tribo indígena é diferente de autor para autor.

Figura 2. Grandes Regiões Ocupadas com o deslocamento de Frentes Pioneiras e os diferentes caminhos de ocupação do que viria a ser o Município de Londrina - PR.



Segundo Tomazi (1997, p. 172), “desde 1908 também já existiam fazendeiros e posseiros na região onde seria mais tarde instalado o município e a cidade de Londrina”. Tanto os fazendeiros como os posseiros chegaram pelo caminho dos tropeiros, no sul, sendo este o primeiro caminho. As terras foram adquiridas por fazendeiros da região de Tibagi, Ponta Grossa e Castro. Mas devido a não ocupação, a área foi atraindo os safristas, que durante muito tempo usufruíram das terras para criar porcos. Nessa área de grandes propriedades, posteriormente surgiram os conflitos por terra e os assentamentos rurais.

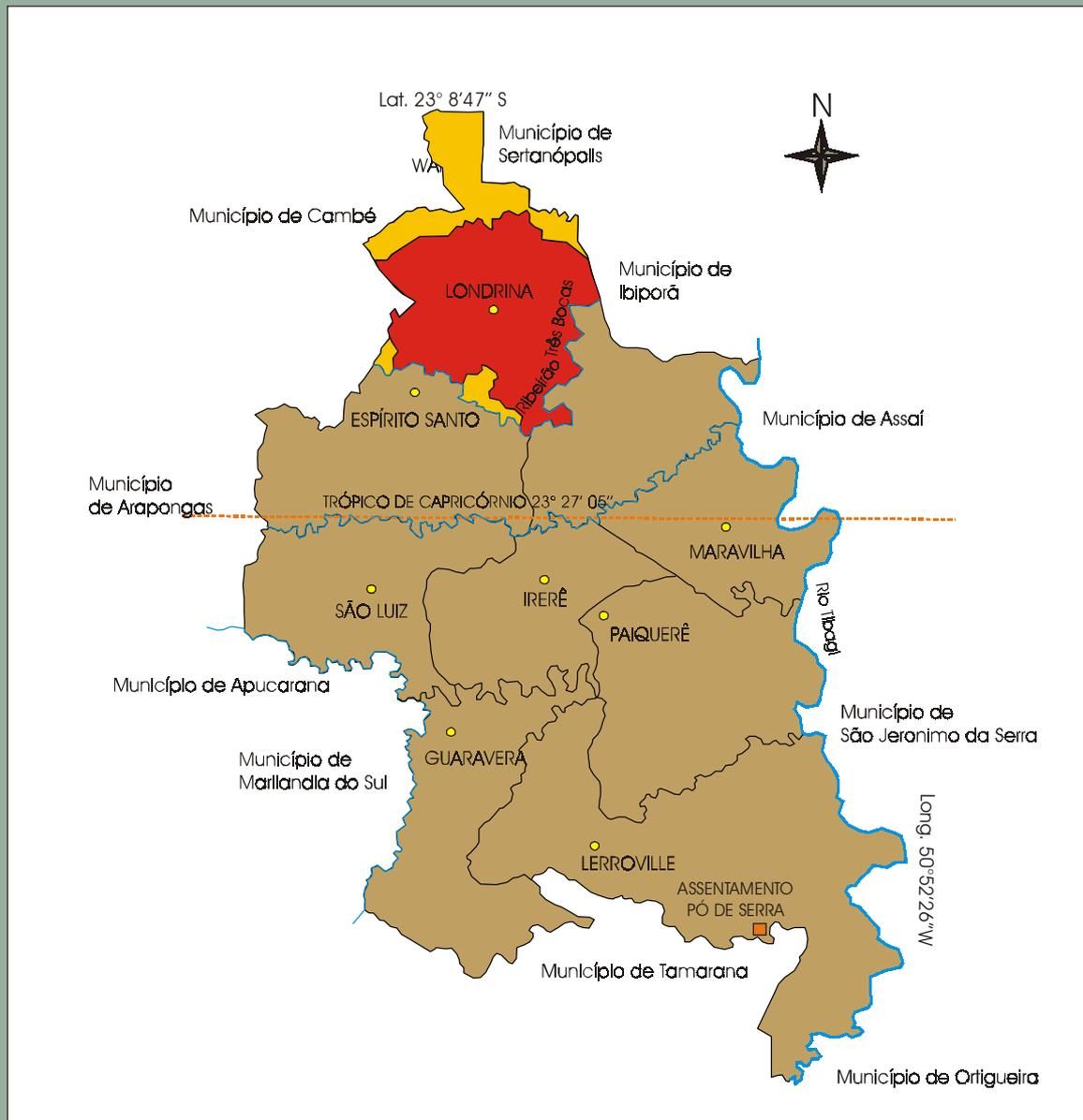
Na porção sul do município de Londrina encontra-se a chamada Gleba Três Bocas (anexo 3). Esta se estendia de leste para oeste desde o Rio Tibagi até quase alcançar o espigão geral onde hoje se situam Apucarana e outras cidades. Do norte para o sul, se estendia desde o Ribeirão Três Bocas, já próximo ao sítio urbano de Londrina, e avançava até o vilarejo São Roque (hoje Tamarana) e chegava até o Rio Apucarantina (figura 3). Esta Gleba abarcava uma extensão de 80 mil alqueires de terras (anexo 4).

Corrêa (1991, p. 2)¹⁸, afirma que quanto à origem e à sucessão da propriedade das terras, a região denominada de Gleba Três Bocas se diferencia completamente das demais áreas do norte paranaense, pois:

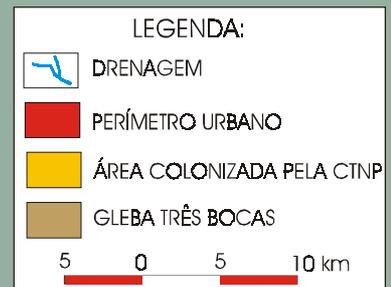
[...] os proprietários nas Três Bocas tiveram, todos eles, seus títulos de domínio sempre havidos por sucessão de antiquíssimos outros títulos de propriedade particular, enquanto que a quase totalidade dos demais proprietários do Norte do Paraná tem sua origem nas grandes colonizações.[...] os antiquíssimos títulos de propriedades e suas respectivas posses, tanto de glebas maiores como de porções menores, foram sucessivamente sendo alienados ou fracionados no decorrer do seu

¹⁸ Este autor é um dos poucos que escreveu sobre a Gleba Três Bocas. O mesmo é filho do Sr. Gustavo Avelino Corrêa, portanto herdeiro das terras da maior fazenda da região.

Figura 3. Terras colonizadas pela Companhia de Terras norte do Paraná (CTNP), e as terras pertencentes a região da Gleba Três Bocas, Londrina - PR.



Organização: Ederval E. Batista
 Arte Final: Sandro S. V. de Cristo
 Fonte: Secretaria de Planejamento
 Atlas do Município de Londrina, 2000.



desbravamento[...] e que a primeira divisão judicial ficara conhecida como “Divisão de 1908” por ter sido homologada ainda nesse ano de 1908; seus condôminos foram cidadãos residentes no antigo sul, nas cidades de Tibagy, Castro, São Jerônimo etc., mas proprietários dessas terras longínquas situadas no centro oeste do Estado.

A primeira divisão judicial deu origem a grandes fazendas, seus “proprietários” residiam no Sul do Estado. Como na época as estradas eram precárias, as terras eram mantidas apenas como reservas de valor. Como destaca Tomazi (1997, p. 171) “Se com a Lei de Terras de 1850, as áreas devolutas tinham sido tornadas mercadorias, estas apenas existiam como tal, virtualmente. Possuíam preço, mas tinham poucos compradores”.

Na época, segundo Corrêa (1991, p. 03), tiveram destaque pelo tamanho da área, três proprietários já falecidos, cujas fazendas ainda existem no município.

Uma pertencia ao Sr. Gustavo Avelino Corrêa, com 7100 alqueires, (anexo 5) adquiridos no ano de 1928. Segundo informações obtidas com os ex-safristas tal fazenda possuía 14.500 alqueires. A diferença, se é que havia, pode ser compreendida nas palavras de Tomazi (1997, p.138) quando o mesmo diz que “Os fazendeiros conseguiam terras mediante concessões ou se apossando, como era de costume”.

No final dos anos de 1950, o fazendeiro começou a vender parte da fazenda, intensificando-se na década de 1960, quando surgiram rumores sobre uma possível desapropriação dos grandes latifúndios para fins de reforma agrária. Mas mesmo assim a fazenda Guairacá ainda é a maior do município de Londrina, com aproximadamente 3500 alqueires.

A outra propriedade pertencia ao Sr. Ivo Leão. Sua fazenda possuía uma área de aproximadamente 3000 alqueires paulista, que foram repartidas em

fazendas menores por sucessão hereditária. No entanto, foi nesta propriedade que se constituíram dois assentamentos rurais de trabalhadores sem terra de Londrina.

Outro fazendeiro foi o Barão de Pritselwitz, que saiu da Alemanha, instalando-se em São Paulo e posteriormente adquiriu terras na Gleba Três Bocas.

Cabe ressaltar que, tal como ocorreu em outras regiões do país, sobretudo em áreas de fronteira agrícola, onde o posseiro chega antes do proprietário e limpa a terra, sendo depois expropriado, na Gleba Três Bocas isso não foi diferente.

Os primeiros posseiros que lá se instalaram eram oriundos do Sul do Estado do Paraná, conhecidos como safristas. Estes eram criadores de porcos, semi-nômades que penetraram nas matas do Norte em busca de terras novas e férteis. Eles abriam clareiras na mata, geralmente perto de nascentes, onde plantavam o milho para alimentar os porcos que eram soltos na roça na época da colheita para comer o milho ainda no pé. No final da safra, quando os animais estavam gordos, eram levados para as cidades mais próximas onde se fazia a comercialização.

Os primeiros safristas da região de Londrina fundaram São Roque, hoje Tamarana. De início, os porcos eram “tocados” a pé para Ponta Grossa e Jaguariaíva. Mais tarde, por volta da década de 1930, os porcos eram levados para Jatay, hoje Jataizinho, da forma como descreve um ex. safrista (P.I.N).

Ói, precisava bastante gente sabe porque pra toca os trezentos capados. [...] Lá em 1933, era tudo sertão aqui. [...] Nós vendia os porcos quando não tinha estrada pra cruza pra Londrina, levava prá Jatay, tudo picadão. O duro era cruzar o rio Tibagi, quando chegava lá, pegava duas ou três canoas, ai se leva uns na canoa, e pega ele pras oreias derruba n'água assim, e lá do outro lado tem outra ronda, isso vai dia rapaiz pra passar duzentos porcos, não é brincadeira não. [...] Gastava dez dias de viagem até Jatay, chegava lá o turco que comprava lograva [...] Quando faltava uma marcha pra chegar, (aproximadamente 6 Km), comprava açúcar e trazia pra eles beber bastante água pra chegar lá pra pesar, porque é

muito custoso. [...] eu passei mais debaixo de barraquinha tocando porco.

Os safristas eram especialistas em derrubar a mata para criar porcos. Relataram que para derrubar um alqueire gastavam 8 (oito) dias de serviço usando apenas o machado e a foice como ferramentas. Essa área plantada em milho dava para criar 10 porcos já adultos. Outro antigo safrista o Sr. D.F, de 83 anos nos informou que alguns possuíam mais de mil porcos, requerendo portanto, mais de cem alqueires de milho para alimentá-los.

Os safristas foram para Corrêa (1991, p. 12),

Os maiores devastadores de matas da região. Faziam isso sucessivamente ano após ano, devastando uma extensão de áreas que não lhes pertenciam, como ocorreu num bom raio de terras em torno da Vila de São Roque. Tal atividade era predatória e não ocorreu somente em Três Bocas, mas em várias regiões do Estado do Paraná.

No entanto, enquanto os safristas tiveram utilidade, os proprietários deixaram que eles habitassem suas terras, fazendo o serviço de “abrir a propriedade”. Como destaca Lopes (1982, p. 137) “de imediato, nenhum grileiro iria se preocupar com a existência de sertanejos ou posseiros nas terras que queriam. Do ponto de vista do grileiro, eram até benéficos, pois as valorizavam com a presença e com o trabalho morto nas derrubadas e plantações”.

A partir do momento em que passaram a representar perigo, pois podiam resistir e lutar pela posse da terra, foram sendo expulsos das fazendas. Em 1941 aquela atividade já se encontrava em franca decadência.

Em 1947, ocorreu a Segunda Divisão Judicial das Terras da Gleba Três Bocas, conhecida como Divisão Judicial de Londrina¹⁹. Nesta divisão

¹⁹ Vale lembrar que tal divisão ocorreu na comarca de Tibagi, onde foi homologada em 30/10/1941. Mas como as terras passaram para a jurisdição de uma nova comarca - cidade de Londrina -, recebeu aí nova homologação em 14/05/1947.

participaram, segundo Corrêa (1991, p.5), “um grande número de condôminos - entre grandes, médios e pequenos eram quase duzentos - ”. Assim sendo, até o ano de 1947, uma área de aproximadamente 80 mil alqueires possuía poucos proprietários.

A penetração de mineiros e paulistas, principalmente destes últimos, foi rápida e a princípio completamente desordenada, a ponto de preocupar o governo paranaense. Em 1892, por exemplo, no auge da marcha do café rumo às terras virgens da região, o governador Francisco Xavier da Silva enviou mensagem ao Congresso Legislativo autorizando a venda de terras do Estado situadas no vale do Paranapanema. As terras eram ambicionadas tanto pelos mineiros como pelos paulistas e para estes últimos em particular, eram consideradas de grande valor para a cultura do café como prolongamento do território de seu Estado.

A preocupação do Governador embutia de um lado o interesse em estabelecer a ocupação planejada na região, via projetos de colonização, de outro, com efeito contrário, visava acabar com a forma de apropriação irregular do território onde grandes extensões estavam sendo apropriadas sem o mínimo controle do poder público.

De maneira geral, na época, adquirir terras no Norte do Paraná não significava comprar, transacionar terras devolutas, mas simplesmente tomar posse e depois requerer, como nos tempos das sesmarias, o direito de propriedade junto ao Estado. Para eles, uma posse deveria eqüivaler a uma “água”. Quem fazia a posse, procurava a cabeceira de um riacho. Instalado na cabeceira é dono da água e do terreno que a acompanha até o fim. Essa posse, ou água, terminava quando esse riacho desaguava num riacho maior.

Entre as décadas de 1910 e 1920, ocorreu intenso fluxo de paulistas, mineiros e nordestinos para o Norte paranaense. Para evitar a ocupação ilegal, o governo do Estado promoveu a divisão em lotes e a venda a preços baixos de extensa

área que compreende aproximadamente os atuais municípios de Faxinal, Marilândia do Sul, Primeiro de Maio, Sertanópolis, Indianópolis, Floresta e os **distritos de São Roque**, atual Tamarana, Pirapó, Zacarias de Góes e Nova Bahia.

Mas como até os anos de 1930, o norte do estado do Paraná ainda se encontrava isolado do restante do estado, não contribuindo com a arrecadação de impostos, isso fez com que fosse implantado o sistema de concessões de terras a grandes companhias particulares para que estas colonizassem estas terras. Estas teriam prazos a cumprir com a demarcação das terras em pequenos lotes. Caso isso não ocorresse, as terras voltavam para o Estado.

Tomazi (1997, p. 146) aponta que isso ocorreu porque,

como o estado não possuía recursos como os de São Paulo, para financiar uma política de imigração estrangeira visando a extensão da produção cafeeira, procurou-se unir colonização e povoamento sem ônus para o poder público. A alternativa que se apresentava era atrair companhias e capitais privados para o processo de (re)ocupação das terras consideradas devolutas.

Este sistema visava, segundo Lopes (1982, p. 87), “a formação de uma ampla camada de produtores agrícolas mercantis, que se distanciaria cada vez mais do campesinato ou quase-campesinato representado pelos caboclos e que, inclusive, chegaria a combatê-los”.

Em relação às concessões, primeiramente, o Estado dava as terras, geralmente para pessoas com uma certa influência política que, como cita Lopes (1982, p. 69) assumiam de uma maneira geral, várias obrigações, assim sendo:

De parte do concessionário, este deveria parcelar a gleba em lotes de 5 a 50 ha, com a finalidade de fixar agricultores nacionais e estrangeiros; vender os lotes nos preços que julgar mais conveniente, pagando ao Estado 5\$000 por hectare “colonizado”; cada colono adquirente, ou simplesmente colono, como era chamado, poderia comprar no máximo dois lotes; construir redes de estradas que possibilitassem o acesso e comunicação aos mercados; às vezes construir inclusive portos. Por parte do Governo Estadual, este cederia terras devolutas na área máxima de 50.000 ha, pelo prazo de 8 anos, ao fim do qual as terras não colonizadas reverteriam a seu domínio; expediria os títulos de

propriedade em nomes dos adquirentes, depois de constatada a cultura efetiva e morada habitual.

Como esse modelo não surtiu o efeito esperado, devido, principalmente, às fraudes praticadas pelos concessionários, o Estado mudou a forma, passando a vender as terras devolutas a um preço muito baixo e exigindo pagamento antecipado.

Desta forma, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), de origem Inglesa, adquiriu uma grande gleba de terra para implantar um projeto de colonização, tendo a pequena propriedade como modelo. Barros, *apud* SANTOS, (1975, p. 59), ao comentar a questão assim se manifesta:

A Companhia de Terras Norte do Paraná adquiriu a maior parte de suas terras - 450.000 alqueires - pela quantia de 8.712 contos de réis, diretamente do governo do Estado do Paraná. Deve-se levar em conta que a falta de vias de acesso na região muito contribuiu para que o preço das terras fosse fixado por lei em níveis aparentemente muito baixos: cerca de 20 mil réis o alqueire paulista de 24.200 metros quadrados.

Londrina se tornou a porta de entrada e, posteriormente, a sede comercial da região. A Companhia instalou-se neste município e se comprometeu em construir a infra-estrutura de apoio aos colonizadores. Como ressalta Santos (1975, p. 78), “a área rural seria cortada de estradas vicinais abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos lotes de 10, 15 ou 20 alqueires com frente para a estrada de acesso e fundos para um ribeirão”.

Ainda segundo Santos (1975, p. 133),

No total, a Companhia colonizou uma área correspondente a 546.078 alqueires de terras ou 1.321.499 hectares, ou ainda cerca de 13.166 quilômetros quadrados. Fundou 63 cidades e patrimônios, vendeu lotes e chácaras para 41.741 compradores, de área variável entre 5 a 30 alqueires, e cerca de 70.000 datas urbanas com média de 500 metros quadrados.

A CTNP facilitava a compra dos lotes no meio rural ou nos núcleos urbanos. Para Jarreta (1982, p. 90),

Os lotes agrícolas foram vendidos com prazo de quatro anos. O pagamento era parcelado, ou seja, 30% de entrada, 10% no final do primeiro do ano, 20% no final do segundo, 20% no final do terceiro e o restante (20%) no final do quarto ano. As chácaras eram pagas no prazo de dois anos, sendo 40% de entrada. Para os lotes urbanos, 50% de entrada e 50% no final de um ano. Em todos os casos eram cobrados juros de 8% ao ano sobre a importância em débito.

A história registra que o projeto de colonização referido teve êxito. Santos (1975, p. 143) aponta algumas razões que serão explicitadas a seguir:

Primeiro, as famílias compravam a terra muito barata e pagavam a prazo; segundo, instalavam-se em região onde já era possível comercializar produtos como (milho, feijão, arroz, porcos, galinhas, frutas, legumes, leite, queijo etc.); terceiro, os colonos praticamente não tinham despesas, produziam quase tudo que necessitavam. A safra de café dava um lucro praticamente líquido, sendo usado para ampliar a propriedade ou comprar outra gleba.

Além dessas razões, apontamos outras que também desempenharam papel fundamental no sucesso do projeto de colonização. A infra estrutura criada, isto é, a ferrovia chegou em Londrina em 1934, facilitando o acesso dos compradores e o deslocamento dos produtos; a forma na qual foram estruturadas as cidades, não muito distantes umas das outras, permitia o deslocamento fácil e rápido entre as mesmas e, por fim, a garantia de propriedade, que dava segurança aos colonizadores.

Desta forma, a região norte de Londrina, inicialmente caracterizou-se pelo predomínio de pequenas propriedades. No sul ocorreu o inverso, predominaram as grandes fazendas, mas tanto numa região como na outra a situação não se manteve e isto será abordado a seguir.

2.2- A Estrutura Fundiária

À semelhança do que ocorreu no restante do Brasil, a estrutura fundiária de Londrina caracteriza-se por apresentar um alto grau de concentração da terra e esta pode ser observada na tabela 3 que mostra a distribuição completa.

TABELA 3- Distribuição da área e do número de estabelecimentos rurais por categoria dimensional (%) no município de Londrina - 1970/1996

Classes de área (Ha)	1970		1980		1985		1995-1996	
	Área (Ha)	N.º						
Até 5 ha	2,02	24,55	2,02	22,17	1,42	27,46	1,05	23,85
05 – 10 ha	5,48	24,44	5,48	14,70	2,81	16,53	2,01	15,03
10 – 20 ha	10,63	26,36	10,63	25,53	7,13	23,46	5,46	22,92
20 – 50 ha	15,17	16,92	15,17	21,95	12,70	18,43	9,45	17,60
50 – 100 ha	7,84	3,66	7,84	6,60	9,36	6,05	9,54	7,82
100 – 200 ha	7,19	1,76	7,19	4,32	11,32	3,71	14,29	5,96
200 – 500ha	13	1,45	13	3,01	18,48	2,89	22,49	4,33
500 – 1000 ha	8,77	0,45	8,77	1,04	15,23	0,99	16,30	1,34
+ de 1000 ha	29,90	0,41	29,90	0,68	21,55	0,48	19,41	1,15
Total geral	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: IBGE- Censo agropecuário de 1970; 1980; 1985 e 1995-1996.

Mas a fragmentação dos estabelecimentos também tem sido uma realidade naquela área. Constata-se que em 1970 Londrina registrou o maior número de estabelecimentos rurais em sua recente história. A explicação para isso pode ser a política macro-econômica do país vigente na década anterior que resultou na fragmentação dos grandes estabelecimentos e possivelmente na região denominada

Gleba Três Bocas, após as “conquistas” ocorridas no ano de 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural e da eminente ameaça da efetivação da reforma agrária no país naquele momento.

No mesmo processo, em função da queda dos preços do café no mercado externo, alguns proprietários de grandes áreas começaram a vender para os seus parceiros e arrendatários pequenos lotes cujo tamanho variava de 10 a 20 ha.

Eles facilitavam o pagamento, pois desta forma estariam se livrando do pagamento de indenizações trabalhistas, “fazendo” eles próprios a reforma agrária, como destaca Santos (1996) em matéria publicada no jornal “Folha de Londrina”. O autor narra a história do maior proprietário de terras em Londrina, proprietário da fazenda Guairacá, o Sr. Fernando Avelino Corrêa que, “no início dos anos de 1960 possibilitou a maior reforma agrária em nosso município”.

Independente dos motivos que levaram à venda da terra naquele momento, um grande número de colonos adquiriu seu lote, aumentando significadamente o número de estabelecimentos rurais no município em análise. A tabela 3, que mostra a distribuição da área e do número de estabelecimentos rurais (%) em Londrina, permite tecer outras considerações.

Verifica-se que de 1970 para 1980 reduziu-se o valor relativo do número e da área dos pequenos estabelecimentos rurais. Os estabelecimentos de tamanho médio experimentaram um ligeiro crescimento no percentual numérico (20.58% para 28.55%), mas a área reduziu (23,01% para 21.67%), indicando fracionamento. Os grandes estabelecimentos aumentaram os valores relativos do número, passando de (4.07% para 9.05%) e da área (58.86% para 68.34%). Estas transformações não podem ser dissociadas da modernização tecnológica da agricultura difundida no país, que foram rapidamente assimiladas pelos médios e grandes

estabelecimentos agrícolas do Centro-Sul, estando aí incluído o norte paranaense e Londrina, principalmente após a forte geada de 1975. A partir daí modificou-se a paisagem, que passou a ser dominada pelas pastagens e pelo binômio soja/trigo, culturas novas na região, introduzidas no processo de modernização tecnológica da agricultura nacional.

Em Londrina, grande parte dos pequenos produtores não possuía condições financeiras para modernizar a produção agrícola, por isso foram obrigados a vender seus lotes. Outros, como parceiros e arrendatários, também foram excluídos e migraram ou para regiões de fronteira agrícolas (Acre ou Rondônia) ou para os centros urbanos. Este fato resultou no aumento da concentração de terras, num processo que SILVA (1881, p. 54) denominou de “fagositose”, análogo ao fenômeno biológico, na qual as grandes bactérias engolem as menores à sua volta, pois isso ocorreu com as propriedades no norte do Paraná e nas demais regiões do país.

No quinquênio seguinte, 1980 a 1985, ocorreu um ligeiro aumento nos percentuais do número (62,40% para 67,45%) dos pequenos estabelecimentos, e da área (9,99% para 11,36%). Os de tamanho médio diminuíram o percentual numérico (28,55% para 24,48%) e, praticamente mantiveram a área ocupada (21,67% para 22,06%). Já os grandes estabelecimentos tiveram uma pequena redução tanto no número (9,05% para 8,07%) quanto na área, (68,34% passou para 66,58%).

O aumento no valor numérico dos pequenos estabelecimentos pode ser explicado pela crise econômica do país, “quebra financeira do Estado”, que no ano de 1983 retirou os subsídios dos produtos agrícolas e por ser, também, um período de forte inflação. Estes dois fatores podem ter desestimulado os médios e grandes produtores. No Brasil, tem sido prática comum, em momentos de crise econômica, os grandes estabelecimentos cederem parte de seu espaço para os pequenos, seja na forma

de venda de pequenos lotes ou na forma de parceria ou arrendamento. No entanto, como bem destaca SILVA *et al.* (1980, p. 29)

[...] esse processo de retalhamento não significou, de forma alguma, uma democratização da propriedade da terra. Muito pelo contrário, serviu para manter a pequena produção como apêndice da grande, constituindo-se numa forma de garantir o fornecimento de trabalhadores a baixo preço, quando fossem necessário.

No último intervalo (1985 a 1996), a tabela 3 mostra que os pequenos estabelecimentos reduziram significativamente o valor do número (67,45% para 61,80%) e da área (11,36% regrediu para 8,52%). Os de tamanho médio mantiveram o número (24,48% para 25,42%), mas reduziram significativamente a área (22,06% para 18,99%). A classe que se beneficiou neste intervalo foi a dos grandes estabelecimentos, que aumentou o valor do número (8,07% para 12,78%), e da área (66,58% para 72,49%).

O crescimento expressivo dos valores relativos do número e da área nos grandes estabelecimentos agropecuários pode ser explicado pela conjuntura econômica, que passa por um período de desenvolvimento, o que leva os grandes proprietários a explorarem a terra, e a perda da capacidade financeira do Estado, o que incide negativamente no meio rural, afetando sobretudo os estabelecimentos de tamanho pequeno.

2.3 O Uso da Terra: Cultivos e Criações

As transformações que ocorreram no meio rural brasileiro a partir da segunda metade do século XX são decorrentes da penetração do modo capitalista de produção na agricultura. As mudanças estão claramente registradas no uso da terra em

todas as regiões do país, incluindo o norte paranaense e, em particular, o município de Londrina.

A tabela 4 que apresenta dados relativos à evolução do uso da terra em Londrina (1970 a 1996) permitiu constatar que, no intervalo em análise, as culturas permanentes reduziram drasticamente a área utilizada. Em 1970, o principal cultivo do município era o café. As lavouras temporárias ocupavam 20,35% das terras agrícolas do município. Após a geada de 1975, a cafeicultura foi sendo erradicada em função dos preços desfavoráveis. Os reflexos dessa mudança podem ser notados nos resultados dos dois últimos recenseamentos. A área ocupada com lavouras permanentes recuou significativamente no intervalo de 1980 (9,88%) para (3,77%) em 1996.

Esta questão pode ser melhor visualizada no gráfico 1, que mostra a evolução dos cultivos temporários e permanentes em Londrina, destacando-se: soja, arroz, milho, trigo, feijão e o café, principal cultivo comercial do município, que no entanto, reduziu significativamente a área ocupada. Outros cultivos destinados a exportação, como a soja, ou que servem como matéria prima para o setor agroindustrial como o trigo, por exemplo, se expandiram, dominando a paisagem. Já as culturas destinadas ao suprimento do mercado interno, no intervalo em análise, tiveram a área reduzida. É o caso do feijão e do arroz de sequeiro. O milho manteve a área praticamente inalterada (em torno de 19.000 ha), com exceção do ano de 1985, quando ocupou 22.297 ha. Apesar de ser considerado cultivo “de pobre”, isso é, geralmente plantado nas pequenas propriedades, vem conseguindo preço melhor. Ele é industrializado, originando vários produtos para alimentação humana, sendo também destinado à alimentação de animais, principalmente dos suínos e das aves, atividades que tiveram notável expansão nas últimas décadas.

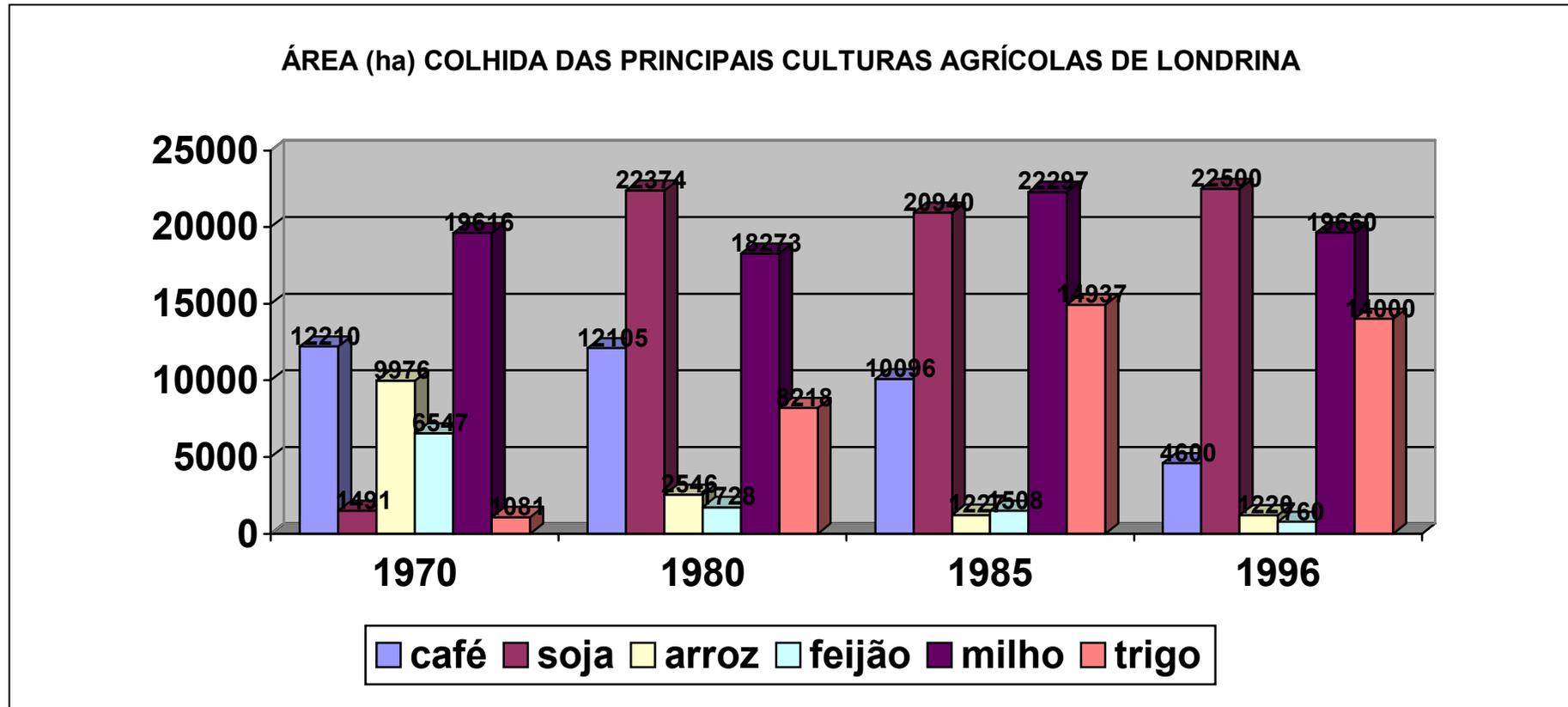
TABELA 4 – Utilização das terras e área (%) ocupada no município de Londrina.

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS	1970		1980		1985		1996	
	área	(%)	área	(%)	área	(%)	área	(%)
Lavouras permanentes	36.590	20.35	19.038	9.88	13.114	6.88	6.714	3.77
Lavouras temporárias	403.560-	22.44	52.133	27.05	62.263	32.69	52.389	29.42
Terras em descanso*	-	-	886	0.46	2.501	1.32	1.644	0.93
Pastagens naturais	9.484	5.27	17.954	9.32	13.066	6.86	6.114	3.43
Pastagens plantadas	60.800	33.80	83.294	43.23	80.000	42.01	79.949	44.89
Matas e florestas nativas	13.978	7.77	13.264	6.88	14.180	7.45	27.225	15.29
Matas e florestas plantadas	2.385	1.32	2.917	1.52	2.411	1.27	1.833	1.03
Terras produtivas não utilizadas	16.287	9.05	3.202	1.66	2.900	1.52	2.213	1.24
Total	179.880	100	192.688	100	190.435	100	178.081	100

FONTE: IBGE- Censos agropecuários (1970, 1980, 1985 e 1996)

* No Censo Agropecuário de 1970, os dados foram tabulados como sendo terras produtivas não utilizadas, sendo que a partir de 1980 houve a separação.

GRÁFICO 1



FONTE: IBGE – Censos Agropecuários (1970, 1980, 1985) e DERAL/SEAB para o ano de 1996.

A área plantada com o trigo também aumentou consideravelmente de 1970 para 1996. Contribuiu para isso o subsídio dado pelo governo, mas a produção interna ainda é insuficiente, sendo complementada com a importação. A soja e o trigo são cultivados na mesma área através do sistema de rotação de culturas; a área do trigo aumentou significativamente, ou seja, de 1081 ha em 1970 para 14.000 ha em 1996.

Entretanto, é a soja que vem ocupando a maior porção de área no município. Esta situação é comum em outras regiões do país como no Centro-Oeste onde o cultivo também é predominante. Em Londrina, a soja ocupou o lugar do café nas médias propriedades.

Vale ressaltar que no norte paranaense e, particularmente em Londrina, a qualidade do solo somada a outros fatores como o clima que favorece à produção da soja fizeram com que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) instalasse naquele município um laboratório que vem desenvolvendo pesquisas para melhorar a qualidade genética da soja.

Conforme demonstra a tabela 4, em Londrina, além das lavouras, as pastagens também ocupam espaço. Observa-se que as pastagens naturais reduziram a área sobretudo no intervalo de 1980 (9,32%) para (3,43%). Em contrapartida, no mesmo intervalo, as pastagens plantadas aumentaram consideravelmente (33,80%) para (44,39%) respectivamente. Os dados indicam que quase a metade da área agrícola do município, no último censo, estava ocupada com pastagens plantadas.

O aumento da área de pastagens em Londrina, sobretudo as plantadas, não aconteceu por acaso, mas como parte do crescimento expressivo da pecuária de corte a partir de 1970, fenômeno comum no Centro/Sul do país.

O IBGE, no Censo Agrícola de 1970, registrou 87.167 cabeças de gado bovino, no município de Londrina. Em 1996, havia 138.415 cabeças. É importante

notar que o gado também avançou sobre áreas onde outrora se produzia café, originando grandes fazendas criatórias de gado para corte, já as médias propriedades são exploradas com culturas de exportação, sobressaindo-se a soja.

O que aconteceu em Londrina não foi diferente do restante do país, pois a expansão territorial da pecuária extensiva assegurou a propriedade da terra. Terra que, muitas vezes, é encarada mais como reserva de valor do que como recurso produtivo. Ainda segundo Szmrecsanyi (1998, p. 79),

Para o proprietário de terras exclusivamente interessado na valorização financeira de seus ativos, a pecuária acaba constituindo um bom negócio, na medida em que lhe permite garantir a posse de grandes superfícies a baixo custo. Uma boiada rala e pouco produtiva, em termos de bezerros, de carne e de leite, sai-lhe mais barata do que um bando de capangas contratados para proteger a propriedade de terras inaproveitadas ou ociosas contra a intrusão dos que desejam cultivá-la.

Desta forma, após a desestruturação da lavoura cafeeira, o município de Londrina passou a ter na pecuária de corte e nas monoculturas comerciais exploradas com tecnologia moderna (insumos químicos e maquinários) uma nova base na economia agrícola. Tal processo provocou a expulsão de muitos trabalhadores rurais, modificando as relações de trabalho, cuja questão será analisada a seguir

2.4- A Desestruturação da Parceria e do Arrendamento e a Expansão do Assalariamento.

Não há como dissociar as mudanças ocorridas nas relações de trabalho na agricultura brasileira da penetração do modo de produção capitalista no campo, cujo processo adquiriu intensidade a partir de 1970. Naquele momento, a agricultura brasileira, aí incluindo Londrina, passou a consumir de forma crescente maquinários e

insumos químicos produzidos pela indústria. Isso fez com que as formas não capitalistas de produção – parceria, arrendamento e meação - até então predominante no meio rural do país, fossem substituídas por mão de obra assalariada. Martins (1980, p. 54), acredita que “o capital só pode crescer, só pode se reproduzir, à custa do trabalho, porque só o trabalho é capaz de criar riqueza. Por isso, lei básica do capital é a de subjugar o trabalho. Não há capitalismo sem subjugação do trabalho”.

A política de modernização da agricultura se refletiu na condição do produtor rural, bem como em outras áreas do país. Em Londrina em 1970, havia 5580 estabelecimentos rurais, predominando a condição do produtor proprietário. As demais categorias - parceiros, arrendatários e ocupantes - eram responsáveis por 41,76% dos estabelecimentos rurais, mas abarcavam apenas 14,02% da área agrícola total (tabela 5).

Em 1980, ocorreu uma sensível diminuição no número de estabelecimentos rurais (3654), incidindo principalmente na categoria “parceiros”, que teve notável redução nos percentuais numéricos como também em área em relação ao todo. Os proprietários, nessa década, apesar de também serem expulsos, conseguiram os maiores índices na condição dos produtores, aumentaram sua participação no número (79,10%) e na área (93,21%) em relação ao total.

Neste contexto, milhares de trabalhadores foram “expulsos” da terra, fosse ela própria, arrendada ou ocupada. As lavouras temporárias como a soja e o trigo se expandiram utilizando elevado padrão de mecanização e insumos químicos, usando mão-de-obra temporária em determinadas fases do ciclo produtivo. A criação de gado também emprega pouca mão-de-obra.

TABELA 5 – Condição do produtor rural no município de Londrina 1970/1996.

Condição	1970				1980				1985				1996			
	estabe	(%)	área	(%)	estabe	(%)	área	(%)	estabe	(%)	área	(%)	estabe	(%)	área	(%)
Proprietários	3.250	58.24	162.120	85.98	2.890	79.10	179609	93.21	2.702	65.09	163.720	85.97	2.215	71.02	152.346	83.21
Parceiros	1.550	27.78	17.157	9.10	254	6.95	3.512	1.82	629	15.15	8865	4.65	267	8.56	5612	3.06
Arrendatários	436	7.82	6.086	3.28	258	7.06	6.539	3.39	403	9.72	10180	5.35	306	9.81	9273	5.07
Ocupantes	344	61.65	3.190	1.69	252	6.89	3.026	1.58	417	10.04	7670	4.03	331	10.61	15862	8.66
Total	5.580	100	188.553	100	3.654	100	192686	100	4.151	100	190.435	100	3.119	100	183.093	100

FONTE: IBGE- Censos Agropecuários (1970, 1980, 1985 e 1996-1996)

Um indicativo da mecanização é o trator. Na tabela 6, verifica-se que em 1970, o município de Londrina contava com 659 tratores. Cada máquina correspondia a uma área média de 286 ha. Na década seguinte, impulsionado pelo crédito agrícola subsidiado, o número aumentou consideravelmente e atingiu 1621 unidades, havendo um trator para cada 118 ha. Mesmo com a retirada dos subsídios, embora em ritmo lento, o número de tratores continuou aumentando e, em 1996, havia 1937 unidades, um trator para cada 94 ha.

Em relação à potência, em 1970, predominavam tratores com menos de 50 C.V, pois eles representavam 79,51% do total. Mas gradativamente os de maior potência (acima de 50 C.V) se tornaram predominantes, representando 79,76% do total.

O número de tratores já é suficiente para atestar que a mão-de-obra do homem foi substituída pelas máquinas. Nesse sentido, a modernização da agricultura brasileira cumpriu em parte seus objetivos, pois foi capaz de aumentar tanto a produção como a produtividade dos cultivos. Em contrapartida, piorou a condição de vida da população rural, transformando expressivo contingente em trabalhadores volantes ou bóias-frias.

Ao comentar a questão da modernização agrícola, Graziano Neto (1985, p. 77), faz o seguinte comentário:

“Se é verdade que há 50 anos atrás os trabalhadores rurais padeciam de males facilmente curáveis, hoje morrem de desastres de caminhão ou intoxicados por veneno. Se antes suas casas tinham chão de terra batida, hoje são de restos de caixotes de madeira ou de folhas de zinco, nas favelas urbanas”

TABELA 6 – Número de tratores em Londrina 1970/1996

TRATORES	1970		1980		1985		1995-1996	
	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)
Menos de 10 C.V.	180	27.31	116	7.16	124	6.42	68	3.51
De 10 a menos de 50 C.V.	344	52.20	402	24.80	507	26.27	324	16.73
De 50 a menos de 100 C.V.	130	19.73	925	57.06	1.168	60.52	1.341	69.23
De 100 C.V. e mais	5	0.76	178	10.98	131	6.79	204	10.53
Total	659	100	1.621	100	1.930	100	1.937	100

FONTE: IBGE- Censos Agropecuários (1970, 1980, 1985 e 1995-1996)

Em meio às mudanças ocorridas no setor agropecuário, o espaço urbano de Londrina também se transformou. De acordo com o IBGE (2000), o município possui 447.065 habitantes. Destes 96,94% residem no espaço urbano e apenas 3,06% no espaço rural. Este processo de migração campo - cidade, ganhou impulso pós 1970 com a modernização agrícola.

Mas o mercado urbano-industrial de Londrina, como em outros do país, não absorveu toda a mão-de-obra liberada pelo campo e isso acarretou muitos problemas. Um exemplo é, a favelização na periferia da cidade. Outra parte dos excluídos continua residindo nas sedes dos oito distritos rurais de Londrina, onde continuam trabalhando na terra como bóias-frias, quando encontram serviço.

Broietti, (1999, p. 134) que estudou os bóias-frias de Florestópolis, na região de Londrina, faz o seguinte comentário: “com o passar do tempo, os bóias-frias deixam de ter como um dos seus objetivos a volta ao campo. Dessa forma, eles assimilam, por um lado, a condição de morador urbano, e, por outro, a de trabalhador rural, isto é, assalariado rural temporário”. Mas existem especificidades regionais ou municipais e, elas têm que ser consideradas.

Graziano Neto (1985, p. 77) descreve com muita propriedade a figura do bóias-frias, quando faz os seguinte comentário:

Sobrevivente da alta mortalidade infantil, pouco desenvolvido física e intelectualmente, marginalizado na periferia das cidades, vivendo em condições precárias de habitação, sem saneamento básico, levantando-se às 4-5 horas da manhã, alimentando-se mal, usando o álcool como fonte de energia, transportado em caminhões mal adaptados, sem contrato de trabalho regular, sem assistência médica - o bóia-fria é antes de tudo um forte.

Portanto, trabalhando como bóia-fria ou não, posseiros, arrendatários ou pequenos proprietários, foram expropriados dos meios de produção e, em conjunto, somaram força na luta pela conquista de um pedaço de terra no Brasil e,

particularmente, na região de Londrina, onde se constituíram assentamentos rurais de trabalhadores rurais sem terra.

2.5- Os Assentamentos Rurais na Região de Londrina: Um Breve Histórico

No processo de luta pela terra, constituíram-se onze assentamentos rurais no território que até 1996 pertenceu à Londrina, ou seja, incluindo o território do município de Tamarana onde se encontram nove assentamentos.

O processo de formação dos assentamentos rurais naquela região, contou com o auxílio de várias instituições em determinados períodos. Tais dados foram obtidos junto aos escritórios regionais da EMATER- PR e do INCRA, em Curitiba, (tabela 7)

O primeiro assentamento criado em Londrina foi o Colônia Penal, em 1984, quando um grupo de 17 famílias que faziam parte de um movimento conhecido como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTNO) ocuparam uma área de 140.36 ha pertencente ao Governo do Estado, onde havia sido iniciada a construção de uma Colônia Penal Agrícola. Com a mudança do governo estadual, o projeto foi esquecido e as famílias acampadas foram assentadas na área pelo próprio governo estadual. Como a área é muito acidentada e a terra pouco produtiva, (solo pobre) vários acampados abandonaram o local, restando hoje apenas 7 famílias no assentamento. Elas não receberam apoio do INCRA, sendo o assentamento menos estruturado do Município.

TABELA 7 – Assentamentos rurais em Londrina e Tamarana

Assentamento	Ocupação	Ano de criação	N.º de famílias	Área total (ha)
Colônia Penal	1984	1985	07	140.36
Água da Prata	*	1986	93	1.651.60
Pari-Paró	*	1987	23	326.70
Serraria	1989	1991	20	379.94
Pó de Serra	1989	1996	14	154.1440*
Mandaçaia	1995	1996	30	485.9216
União Camponesa	1996	1997	27	589.67
Tesouro	1996	1996	24	479.7408
Mundo Novo	1996	1997	27	849.45
Cacique	1998	1999	12	324.28
Cruz de Malta	1998	2000	14	411.40
Total			291	5.792.2064

FONTE: INCRA, MST e COPLAN

* Não houve ocupação pelo fato de terem sidos criados para o assentamento de famílias que já estavam na terra.

* O uso de quatro casas decimais é um recurso utilizado pelo INCRA, que no casos acima corresponde a: 154 hectares, quinze ares e quarenta centiares.

Durante os anos de 1986 e 1987, ocorreu a criação de mais dois assentamentos, tendo o governo do estado papel importante na sua criação, desapropriando uma área de 1.651,60 ha da fazenda Apucarantina, para assentar 117 famílias de posseiros do município de São Jerônimo da Serra, estando os mesmos dentro de terras indígenas, como já destacamos no primeiro capítulo. O processo de reintegração de posse em favor dos índios tramitava na justiça e, em 1982, a decisão foi favorável à reintegração de posse aos indígenas, como destaca a notícia de um dos principais jornais do país:

O juiz federal Haroldo Vidal Corrêa determinou a reintegração de posse aos índios Kaingangues do posto indígena Barão de Antonina, invadido por fazendeiros e colonos. A área que esteve em litígio durante muitos anos faz parte da reserva de 4914 hectares demarcado e titulado pelo governo do Paraná em 1955, para as comunidades indígenas da região. Ela foi doada aos

índios em 1859, pelo Barão de Antonina e encontra-se registrada no Cadastro de Bens da União do Estado do Paraná. (O Estado de São Paulo, 24/07/1982)

Com a reintegração de posse, alguns posseiros, temendo conflito armado com os índios, abandonaram a área, mas outros decidiram resistir (anexo 6). Para evitar confronto, em 1985, o governo do Paraná marcou uma reunião na cidade de Cornélio Procópio com a comissão dos que não queriam deixar o local, solicitando a desocupação e assegurando-lhes que ninguém ficaria sem o seu “pedaço de terra”.

Através do decreto n.º 91391 de 02/07/1985, foi desapropriada a fazenda Apucarantina, uma área de 1.651,60 hectares de terra. Tal fazenda se localizava a cerca de 30 Km do então distrito de Tamarana.

Após realização dos estudos sobre a viabilidade do quadro natural e sócio-econômico, a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) concluiu que a terra era suficiente para abrigar 93 famílias. Estas foram assentadas e o assentamento passou a se chamar Água da Prata. Como o número de famílias era 117, o governo mais uma vez assegurou para as 24 famílias excedentes que elas também não ficariam sem o seu “pedaço de terra”. As famílias permaneceram acampadas nos lotes dos parentes e amigos à espera de uma solução. Como o tempo passou sem a solução prometida, as famílias referidas resolveram ocupar a área deixada como reserva florestal do assentamento Água da Prata, para que os órgãos competentes resolvessem a questão o mais rápido possível.

Em 1986, foram desapropriados 326.70 hectares de terra da fazenda Santa Teresa, na gleba conhecida como Pari-Paró, situada no distrito de Lerroville, município de Londrina. Desta forma, em 27 de julho daquele ano, através do decreto N.º 93.007, criou-se o terceiro assentamento em Londrina, de nome Pari-Paró, com 23 lotes.

Neste assentamento, instalaram-se 16 famílias que ainda estavam acampadas no assentamento Água da Prata. Os demais lotes (07) ficaram vagos e foram ocupados em fevereiro de 1987 por famílias procedentes dos distritos de Lerroville e Tamarana, onde trabalhavam como meeiros, arrendatários e bóias-frias.

Após terem sido assentadas as famílias em litígio com os indígenas no município de Londrina, algumas famílias expropriadas da terra na região do distrito de Lerroville, na qual alguns membros trabalharam como bóias-frias, com o apoio dos padres da CPT, começaram a realizar reuniões e decidiram lutar por terra através da ocupação.

Desta maneira, em setembro de 1988, um grupo de 67 famílias ocupou a reserva florestal da fazenda Santa Teresa, mas foram retiradas no dia seguinte e levadas para uma área pública municipal. Embora estivessem sendo vigiadas pela polícia militar, no dia 2 de novembro algumas famílias ocuparam a prefeitura municipal de Londrina para pressionar o poder público, sem nada conseguir.

Em maio de 1989, parte do grupo (55 famílias) ocupou uma parcela da fazenda Moacir Viana, localizada no então distrito de Tamarana. O proprietário estava em dívida com o Governo Federal, pois o mesmo havia tomado dinheiro emprestado para reflorestamento.

Após dois anos de acampamento, em 1991, foi desapropriada uma área de 379.94 ha. Alguns acampados desistiram e após o levantamento dos órgãos competentes, diagnosticou-se que das 37 famílias, somente 20 seriam assentadas, sendo realizado um sorteio para distribuir os lotes, originando-se aí o assentamento Serraria. As famílias que não conseguiram ser assentadas permaneceram à espera de solução, que só veio a acontecer no final de 1995.

Neste ano, o MST organizou um acampamento com 750 famílias em Tamarana, com pessoas recrutadas em diferentes lugares no estado do Paraná. A partir desse acampamento surgiram outros assentamentos, influenciados por razões políticas e econômicas que engendraram mudanças na conquista da terra.

A partir daí, a pressão do MST somada ao interesse do prefeito municipal do então recém emancipado distrito de Tamarana, em aumentar a população para receber mais verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), começou a estimular a venda das fazendas para a constituição dos assentamentos. A supervalorização dos terrenos fez com que alguns fazendeiros até estimulassem a ocupação de suas terras para facilitar a desapropriação. Assim surgiram seis novos assentamentos em um “curto” período de tempo.

O assentamento Mandaçaia, criado em 1996, abarcava uma área de 485.9216 ha, recebeu 30 famílias, estando aí incluídas as que haviam ficado sem terra quando da constituição do assentamento Serraria. Ainda em 1996, foram desapropriados 479.7408 ha da fazenda Tesouro, onde foi criado o assentamento de mesmo nome, com 24 lotes.

Em 1997, constituiu-se o assentamento Mundo Novo, com uma área de 849.45 ha, onde foram assentadas 27 famílias. Outro assentamento criado nesse mesmo ano foi o União Camponesa, com uma área de 589.67 ha, onde foram assentadas 27 famílias. Em relação a esse assentamento, Proscêncio (1999, p. 92) explica como o mesmo se originou:

Esta fazenda estava para ser ocupada por engano do MST, entretanto o proprietário da fazenda alegou que deveria estar ocorrendo confusão pois esta era uma fazenda produtiva. Na verdade, o MST confundiu a fazenda que deveria ocupar, porque há no município de Tamarana, outras duas fazenda com o nome Decolores. O MST reconhecendo o erro recuou. Passado três dias, José Franco percebeu que seria difícil vender suas terras por um valor que lhe fosse favorável. Procurou a justiça e teve a orientação que se quisesse conseguir um bom preço por suas terras, o ideal seria vendê-las ao INCRA. O fazendeiro dirigiu-se a secretaria do MST, contactou o INCRA e negociou a

venda da fazenda. Para acelerar o processo, propôs ao MST que ocupasse a área a ser vendida, pois como comentamos anteriormente o INCRA compra as terras a preços super valorizados permitindo que se transfira o seu capital para um outro setor da economia.

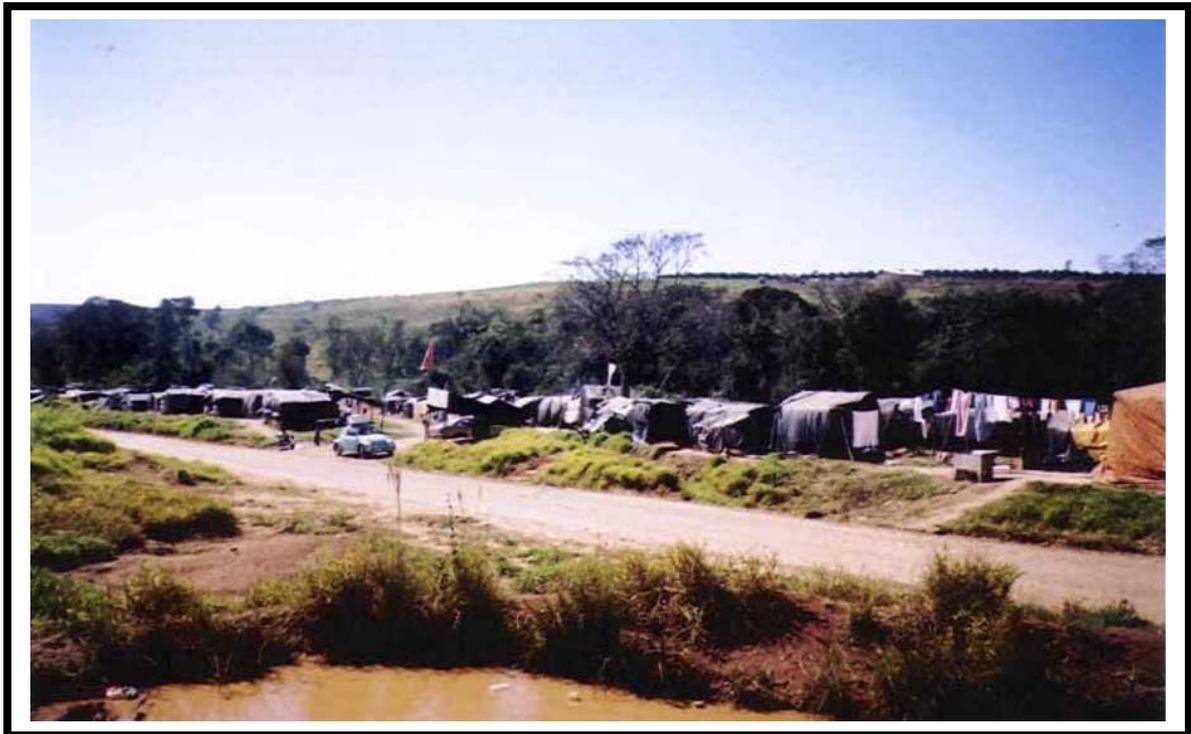
Em 1999 ocorreu a desapropriação de 324.28 ha de terra da fazenda Cacique, onde foram assentadas 12 famílias. Esta área era explorada com Pinus e, após sucessivos cortes, já não era economicamente mais viável para o proprietário manter-se na atividade. Como o preço da terra pago pelo INCRA era superior ao valor de mercado, o proprietário pode também ter incentivado a ocupação para fins de desapropriação

O último assentamento criado em Tamarana foi o Cruz de Malta, no ano de 2000. A fazenda Rio Claro possuía 411.40 ha, mas a maior parte do terreno era bastante acidentada. Como o proprietário tinha conhecimento do bom preço que o INCRA pagava pelas terras, solicitou que seus empregados arrumassem pessoas para ocupar a fazenda. Assim, em pouco tempo, a área estava desapropriada para a constituição do assentamento, instalando-se lá 14 famílias.

O que ocorreu na região de Londrina vai ao encontro ao que FERNADES (1999, p. 135) chamou de “espacialização da luta e territorialização da conquista da terra”. A espacialização leva a territorialização. A territorialização se fez pela conquista dos onze assentamentos. No entanto, a espacialização ainda continua, pois em 2002 havia no município de Tamarana, próximo ao assentamento Serraria, um acampamento com 350 famílias lutando para serem assentadas (foto 1).

Ressalta-se que no mês de novembro do mesmo ano, o acampamento foi transferido para o município de Ortigueira, próximo ao assentamento Libertação Camponesa. A justificativa para o fato é que neste município as terras são mais baratas e a possibilidade de serem assentados são maiores, segundo declaração dos representantes da COPRAN, de Tamarana.

Foto 1- Foto do acampamento Antônio Tavares Pereira em Tamarana.



Apesar de terem sido criados seis assentamentos após a emancipação de Tamarana (1996), a luta pela terra continua e as famílias do acampamento estão à espera de uma solução para também entrarem na terra.

Para apreender como se processa a organização sócio-espacial em um projeto de assentamento rural, será focalizado a seguir o assentamento Pó de Serra.

CAPÍTULO 3

A CONQUISTA DA TERRA E A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO PÓ DE SERRA EM LONDRINA

3.1- A Trajetória dos Assentados

A história das famílias do assentamento Pó de Serra está associada ao processo de resistência e luta pela terra empreendida pelos indígenas e, posteriormente, pelos posseiros contra a expropriação capitalista.

No ano de 1982, depois de muitos anos de disputas judiciais, é reconhecido o direito dos indígenas sobre as terras situadas à margem direita do rio Tibagi, em São Jerônimo da Serra, sendo as mesmas anexadas à área da reserva Barão de Antonina. As famílias que desde a década de 1950 estavam instaladas na área como posseiros, se negaram a sair. Algumas tentaram permanecer na terra recorrendo da decisão judicial, mas como em última instância foi reconhecido o direito aos indígenas, temendo pela segurança, pois a tensão aumentava, o governo do Paraná, no ano de 1985, transferiu as famílias que tinham a posse da terra, desapropriando uma área para remover os posseiros, resultando no assentamento Água da Prata.

No entanto, a área onde estavam os posseiros era ocupada também por um grande número de famílias que trabalhavam como parceiros e arrendatários para os posseiros na cultura do algodão. Assim que souberam que os posseiros haviam perdido o direito de permanecer na terra e temendo o conflito armado com os índios que a cada dia parecia mais eminente, os parceiros e arrendatários deixaram a área entre 1982 e 1984 e buscaram novas terras para continuarem a trabalhar na cultura do algodão.

Como o que separa os municípios de Londrina e São Jerônimo da Serra é o rio Tibagi, muitas famílias de parceiros e arrendatários atravessaram o rio e buscaram trabalho nas terras ao sul do município de Londrina, como bóias-frias na cultura do algodão e do pouco que ainda restava da cultura cafeeira.

Como os posseiros conseguiram terra para continuar trabalhando, pois foram assentadas pelo governo do Estado e os laços de amizade, bem como parentesco, eram grandes entre as famílias dos antigos posseiros, agora assentados, e os seus outrora parceiros e arrendatários, nas visitas que estes faziam a seus parentes e amigos no assentamento Água da Prata, eles foram percebendo que também poderiam lutar para receberem terra, tendo como exemplo e incentivo seus próprios parentes e amigos.

Desta maneira, quatro destas famílias, estimuladas pelos seus parentes assentados, ocuparam, no ano de 1988, a reserva florestal do assentamento Água da Prata com a finalidade de pressionar o INCRA. Ao saber da ocupação, os funcionários do INCRA estiveram no local e comunicaram que estavam negociando uma área para o assentamento de outras famílias que haviam ocupado a prefeitura de Londrina, o que acabou dando origem ao assentamento Serraria.

Como não poderiam ficar na reserva do assentamento, as famílias ocuparam em 1989 uma parte da fazenda Moacir Viana, localizada no ainda distrito de Tamarana, que estava para ser desapropriada para fins de reforma agrária. Nesta área, ficaram acampados por seis meses, até que o INCRA oficializou a desapropriação.

A partir daí tinham preferência para serem assentadas as famílias que haviam ocupado a prefeitura de Londrina e que estavam acampadas na fazenda Santa Tereza. Mas a terra era insuficiente para as 37 famílias e estas não aceitaram que as sete famílias que já estavam acampadas na área fizessem parte do processo de repartição da

terra. Segundo os assentados do Pó de Serra, o INCRA não tomou partido, deixando que elas resolvessem a situação.

Nesse período de turbulência e animosidade, as sete famílias que teriam que deixar a área ficaram sabendo da existência de uma parcela de terra pertencente à fazenda Santa Teresa que não foi negociada por não apresentar documentação, ficando isolada quando da venda de lotes na década de 1960. As sete famílias instalaram-se aí. As famílias eram constituídas pelo pai, (o Sr. C.F) e mais seis filhos, todos já casados e também com filhos. Ao chegarem ao local do acampamento notaram que a área estava abandonada, pois nem gado havia nas terras.

Quando da elaboração do quadro natural e sócio-econômico da área, o engenheiro agrônomo e o técnico agropecuário da EMATER relatam que “a área ocupada da Fazenda Santa Teresa com 63,7 alqueires, se encontrava grilada pelo proprietário, não estando escriturada e regularizada pelo mesmo”. Corroborando esta hipótese, um antigo morador da região afirma que naquela área, mesmo quando da formação de cafezais por colonos, não foi permitido a nenhum colono morar naquelas terras pelo receio de que alguém, sabendo que a mesma não possuía documentação, resolvesse não mais sair.

Por não saberem ao certo o tamanho da área que deu origem ao assentamento Pó de Serra, o pequeno grupo de pessoas (sete famílias), temendo ser retirado com facilidade do local, resolveu convidar outras sete famílias que moravam nas proximidades da área ocupada. Uma parte trabalhava como assalariado temporário (bóias-frias), a outra trabalhava no sistema de arrendatários e parceiros. Assim, com maior número de pessoas teriam mais condições de resistência para permanecerem na terra ocupada.

3.2- O Acampamento

Durante os primeiros seis meses os acampados ficaram agrupados em barracos construídos com lonas, pois esperavam a qualquer momento sua retirada da área. Passado o tempo, como não houve a desocupação, cada família procurou fixar-se no local que viria a se tornar o seu lote. Nessa fase, já sabiam que a área total do imóvel era de 63,7 alqueires ou 154ha e 1540 m² e decidiram, então, que a terra iria ser dividida em partes iguais após a desapropriação. As próprias famílias demarcaram os lotes fazendo “picadas” para separar os lotes e começaram a trabalhar a terra. Entretanto, todos concordaram que, após a desapropriação, o que iria valer era a demarcação do INCRA.

Como a área era explorada com pastagens e se encontrava abandonada, na maior parte do terreno havia um “capoeirão” grosso e em alguns pontos havia mata fechada. A vegetação original era constituída de Araucária, havendo nas proximidades uma serraria que foi responsável pela derrubada da grande mata de pinhais que havia na região. O pó de serra era a sobra da transformação dos pinheiros em madeira para a construção civil, daí o nome do assentamento organizado próximo ao local onde outrora funcionou a serraria.

Durante os primeiros seis meses de acampamento as famílias receberam uma cesta básica do INCRA, que no entanto não era suficiente para o mês. Os acampados tiveram que adotar estratégias para permanecer no acampamento. Segundo o presidente da Associação do Assentamento (F.G.S): *“durante os primeiros anos de acampamento, como nós não tinha condição de tocar a terra, nós tinha que trabalhar fora, ficava mais tempo fora do acampamento do que dentro, nós só trabalhava na terra nossa quando chovia e nos domingos”*.

Os acampados trabalhavam como bóias-frias na colheita do café (maio a agosto), pois o pouco que resta da cultura cafeeira em Londrina situa-se próximo ao assentamento em análise. No entanto, acabada a safra, aumentavam as dificuldades, já que as famílias não recebiam mais as cestas básicas do INCRA. Muitos acampados conseguiam recursos retirando varas de bambu do mato, vendendo-as para vizinhos que trabalhavam com horta, elas serviam de estaleiro para tomate, vagem e outros cultivos que precisam de apoio para sua produção.

As primeiras roças plantadas no acampamento foram de arroz, milho e feijão para a subsistência, nas pequenas áreas que conseguiam abrir, contando para isso somente com equipamentos manuais como enxada, foice, machado, cavadeira e matracas, entre outros.

Durante o período que permaneceram acampados não houve pressões para que deixassem a área, porque há tempos o proprietário tentava vender o lote e não estava conseguindo. No entanto, a grande preocupação do proprietário era com a possibilidade de continuar as ocupações em suas terras. Tal como já relatado anteriormente, a Santa Teresa é uma das maiores fazendas do município, com aproximadamente 3000 alqueires. A demora na negociação do terreno pode estar relacionada à falta de documentação da área, conforme já referido.

As evidências indicam que o proprietário nem mesmo entrou com o pedido de reintegração de posse. A polícia esteve no local apenas uma única vez, logo que ocorreu a ocupação. Os policiais (três), talvez devido à inexperiência em relação ao trato com tal questão, cometeram uma série de equívocos, como por exemplo ir ao acampamento no horário noturno, o que a lei não permite, entrar nos barracos para fazer revistas e outros erros primários. Ao serem alertados por um dos acampados dos erros que estavam cometendo e que tal ato seria comunicado imediatamente para o advogado,

que na verdade nem mesmo existia, os policiais retiraram-se imediatamente do acampamento.

Doenças, fome, frio e os boatos que iria ocorrer a desocupação, levaram algumas famílias a desistirem, passando o “direito” para outras famílias. Os que insistiram em permanecer no local lembram que sempre que surgia a notícia que iria ocorrer a desocupação eles ficavam esperando em seus barracos, paravam de derrubar a mata, de fazer o plantio e ficavam à espera da desocupação que nunca ocorreu.

No primeiro ano de ocupação, uma Sra., a dona da área, tentou “agir com esperteza”, no entanto, o acampado foi muito mais esperto que ela, fato este que talvez tenha contribuído para a permanência das famílias no local sem muita pressão para que deixassem a área. Um assentado, o Sr (G.A.O), nos relatou o ocorrido:

“Um dia minha mulher foi na Tamarana e eu de tarde fui buscar ela no ponto lá em cima, aí eu olhei pra traz e vinha um Jiep devagarzinho. [...] parou onde é que eu tava. Havia um homem e uma mulher, aí ela me perguntou? Escuta o senhor é daqui do sem terra? Falei sou do sem terra, aí ela falou assim: é eu vim pra comprar a fazenda aqui, mais já tão tudo feita as picadas não é. Daí eu falei: é já tão feita as picadas e nós temos um ano que tamos aí. Aí ela falou assim: escuta porque que vocês não fazem um acorco com a dona do terreno e toca de porcentagem, eu já morei que era a dona. [...] Aí falei: haa nós sai de bóia-fria pra tocar porcentagem, porcentagem o que tem que sobrar pra nós, vamos dar para o dono da terra, nós vamos continuar sem fazer nada do mesmo jeito. Aí eu menti pra ela que aqui nós tinha criação, tinha terra mecanizada mais não tinha nada, eu tava só cortando os pontos dela. Então ela falou: como é que vocês puderam entrar aqui? É porque nós sabemos que foi vendido e não puderam entregar o terreno porque não tinha escritura, ela olhou para o cara e deu um arzinho de rizo e o cara balançou a cabeça. Aí ela falou eu vou voltar daqui, então tem terra mecanizada aí? Eu falei tem. Mas ninguém tinha um palmo de terra mecanizada, mecanizar como rapaz. Eu falei tem frango, todo mundo tem frango aí pra dar pros outros, tem arroz, tem feijão tá um faturão que a senhora precisa de ver aí, tava na estrada né. [...] aí ela falou eu vou voltar daqui que não vai ter jeito de comprar aqui, e nunca mais voltou a mulher”.

Assim, os acampados foram se fortalecendo e acreditando que conseguiriam ficar na terra. Vencidas as primeiras dificuldades do processo de ocupação, o acampamento recebeu a visita de funcionários do INCRA, na qual lhes disseram para aguardarem que iriam negociar a desapropriação da área para a constituição do projeto de assentamento.

3.3- Regularização, Abertura e Distribuição da Terra: O Papel do Estado e do MST

As famílias permaneceram na terra à espera de uma solução dos órgãos responsáveis pela desapropriação, pois sabiam que o local preenchia as condições necessárias para a desapropriação, pois a área encontrava-se abandonada.

Esse abandono se dava devido ao fato dessa área ter ficado isolada das terras da fazenda Santa Tereza - distante aproximadamente uns 10 Km da sede - quando na década de 1960 foram vendidos alguns lotes. A área também não possui nenhuma infra-estrutura, como casas, mangueira ou outra construção, fato este que segundo os assentados era favorável. O que atrapalha o processo de desapropriação de áreas requisitadas para fins de reforma agrária via assentamentos rurais é a indenização das bem-feitorias, já que a terra é paga com os Títulos da Dívida Agrária (TDAs). Já as bem-feitorias são avaliadas e pagas em dinheiro pelo governo. Assim, se o dono das terras não concorda com a desapropriação, recorre à justiça, alegando que a oferta das indenizações da infra-estrutura não corresponde ao valor de mercado. Isso geralmente retarda o processo de assentamento das famílias.

A área da fazenda Santa Tereza requerida para servir como um projeto de assentamento não apresentava esta condição, fato que animava os acampados. No entanto, o processo foi moroso. E a justificativa provável era o pequeno número de famílias pois sempre que questionavam o INCRA sobre o processo de desapropriação, eram informados que os técnicos estavam trabalhando em projetos que possuíam um maior número de famílias, ou seja, naqueles que possuíam um poder maior de mobilização. Para os assentados, sua inexperiência com o trato de tal questão fez com que passassem um longo tempo acampados à espera da solução definitiva.

A fazenda foi ocupada em 5 de novembro de 1989 e, somente em 20 de janeiro de 1994, o então presidente Itamar Franco assinou o decreto de desapropriação da área para fins de Reforma Agrária do imóvel rural denominado Fazenda Santa Tereza- Quinhão 13 ou Pó de Serra/Três Bocas, compreendido pelos lotes n.º s 01, 02, 03, 04, 44, 58, 59 e 60, Gleba 1-B, com área total de 154,1540 ha (anexo 7).

No entanto, como já mencionado, a desapropriação da área é apenas um passo para a regularização do projeto de assentamento, pois o que caracteriza a regularização do assentamento é o Mandado de Imissão de Posse e esse somente ocorreu em 1996. A partir do momento em que a área é desapropriada, começam os levantamentos e estudos naturais e sócio-econômicos para saber as potencialidades da área em questão. Somente após concluídos os levantamentos é que se determina a quantidade de famílias que poderão ser assentadas.

Mas, a partir do momento em que ocorreu a desapropriação, os acampados começaram a procurar melhorias para o acampamento junto à Prefeitura Municipal de Londrina, que desde 1993, prestava assistência as famílias acampadas.

Neves (1997, p. 95) ressalta que as atribuições que cabem ao INCRA ou a outras instituições a ele subordinado após ocorrer a Imissão de Posse da área são as seguintes:

A demarcação do perímetro, o levantamento de cercas, a abertura de caminhos internos, o provisionamento de água e saneamento, a habilitação de recursos (qualificação física e química da terra para viabilizar o processo produtivo - derrubadas, destoca, correção de acides e fertilidade), a avaliação das potencialidades de vazão e capacidade de armazenamento d'água, planejamento de obras de infra-estrutura (estradas com trafegabilidade, armazéns, edificações para provisionamento de bens de produção e consumo).

No caso do projeto de assentamento Pó de Serra, muitas dessas tarefas não foram cumpridas pelo INCRA porque, a partir do momento em que ocorreu a desapropriação da área, os acampados recorreram à prefeitura municipal para que a mesma construísse a infra-estrutura, o que de fato em parte se concretizou, embora fosse obrigação do INCRA.

A principal contribuição da prefeitura foi a abertura da terra para o plantio. Como já estavam há cinco anos na área e cada qual já trabalhava no lote que provavelmente seria seu, eles haviam limpado anteriormente uma pequena parte do terreno onde desenvolviam atividades de subsistência. O processo, no entanto, era lento, pois só contavam com equipamentos manuais para o trabalho. A prefeitura, após ocorrer a desapropriação, disponibilizou uma máquina para fazer a derrubada e a destoca nos “lotes”, as curvas de nível necessárias nas áreas mais acidentadas, os acessos das estradas principais até os barracos e um trator para que fosse preparada a terra para o plantio.

Além disso, ainda forneceu o material para que a água fosse encanada em todas as casas. Também disponibilizou uma assistente social para auxiliar em questões burocráticas. Com isso, os acampados deram os primeiros passos para a

formação da associação, o que resultou em conquistas importantes para o assentamento. Estas questões serão tratadas posteriormente.

Desta forma, antes mesmo da regularização da área, os acampados passaram a contar com uma infra-estrutura mínima graças ao apoio do poder municipal. Após 1996, com o Mandado de Imissão de Posse (anexo 8) é que o INCRA passou a atuar de maneira mais efetiva na área para que o assentamento fosse concretizado.

As famílias instaladas na área que originou o assentamento Pó de Serra não tinham relacionamento com o Movimento dos Sem Terra (MST) ou qualquer outra instituição, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), embora tenham solicitado ajuda para fazer pressão junto ao governo.

É importante notar que no início, houve divergências com o MST que, segundo os assentados, não via com “bons olhos” a ocupação de pequenas áreas com um número reduzido de famílias, como era o caso da fazenda Santa Tereza. O movimento é favorável a mobilizações e ocupações com um grande número de famílias para que a luta tenha continuidade e que ela não acabe com a conquista da terra.

Tendo em vista que as famílias acampadas possuíam um objetivo em comum assim como o MST, ou seja, a conquista da terra, o movimento ajudou os acampados, organizando reuniões no acampamento para mostrar caminhos de pressão junto ao INCRA.

3.4 - O Quadro Natural e Sócio-econômico

Como as famílias já haviam sido instaladas no lugar onde se constituiria o assentamento, quando a EMATER realizou os estudos técnicos do quadro

natural e sócio-econômico para verificar a viabilidade do terreno e o tamanho de cada lote, o espaço já estava pré-organizado pelos assentados e o diagnóstico mostrou que a maior parte da área podia ser utilizada com cultivos anuais. O resultado pode ser observado na tabela 8.

Contudo, na época, os acampados trabalhavam a terra sem nenhuma orientação técnica, apenas com o auto conhecimento. O estudo natural definiu ainda que o relevo apresentava-se suavemente ondulado. Isto permitia boas condições para o desenvolvimento de explorações utilizando motomecanização, apesar da necessidade de práticas de conservação pela alta susceptibilidade à erosão do solo.

TABELA 8 – Aptidão do uso do solo na parte desapropriada da fazenda Santa Tereza (Pó de Serra) no ano de 1994.

Ocupação	Área (ha)	Porcentagem (%)
Culturas Anuais	114,31	74,16
Pastagem	7,80	5,06
Floresta Nativa	5,20	3,37
Capoeira Fina	4,90	3,18
Várzea	19,30	12,52
Áreas Inaproveitáveis*	2,64	1,71
Total	154,15	100

FONTE: EMATER, outubro/1994.

* Malha hidrográfica e malha viária.

Em relação à aptidão agrícola, destacam-se três tipos de solos:

Latossolo Roxo Distrófico: são solos muito profundos, superior a 3 metros com elevada porosidade. O caráter distrófico deste solo indica uma fertilidade natural regular. A área ocupada por esta unidade de solo é de 109,35 ha, representando 70,9% do total da gleba.

Terra Roxa Distrófica: são também solos profundos e, como no tipo anterior, o caráter distrófico indica uma condição de fertilidade natural regular. A área ocupada por esta unidade de solo é de 23,4 ha, representando 15,5% do total do imóvel.

Solo Hidromórfico Gleyzado: são os solos que encontram-se nas áreas baixas, caracterizando-se pela média e alta fertilidade com pequena utilização para fins agrícolas devido ao risco de inundações, impedindo o uso de máquinas e implementos agrícolas. A área ocupada por esta unidade é de 13 ha, representando 8,4% do total do imóvel.

Outro objetivo do diagnóstico sócio-econômico era levantar quanto de terra cada família necessitava para se reproduzir. O número de pessoas pode ser observado na tabela 9. Com este levantamento os técnicos chegaram as seguintes conclusões:

_ 20% das pessoas se encontravam na fase da infância, até 7 anos de idade;

_ 21,5% se encontravam na fase da infância e início da adolescência, dos 7 aos 14 anos;

_ 10% se encontravam na fase de jovens, 14 aos 18 anos;

_ 45,7% se encontravam na fase adulta, dos 18 aos 60 anos;

_ 2,8% eram constituídas de idosos, pessoas na faixa etária acima dos 60 anos.

Esses dados possibilitaram a verificação da força de trabalho que cada família dispunha e, também, a quantidade de terra necessária para sua reprodução. Assim, as famílias com três pessoas iriam receber menos terra que aquela com sete membros, sendo este o critério usado pelo INCRA para fazer a partilha da terra nos projetos de assentamentos do Brasil.

TABELA 9 – Relação das famílias e o número de pessoas no acampamento Pó de Serra – 1994.

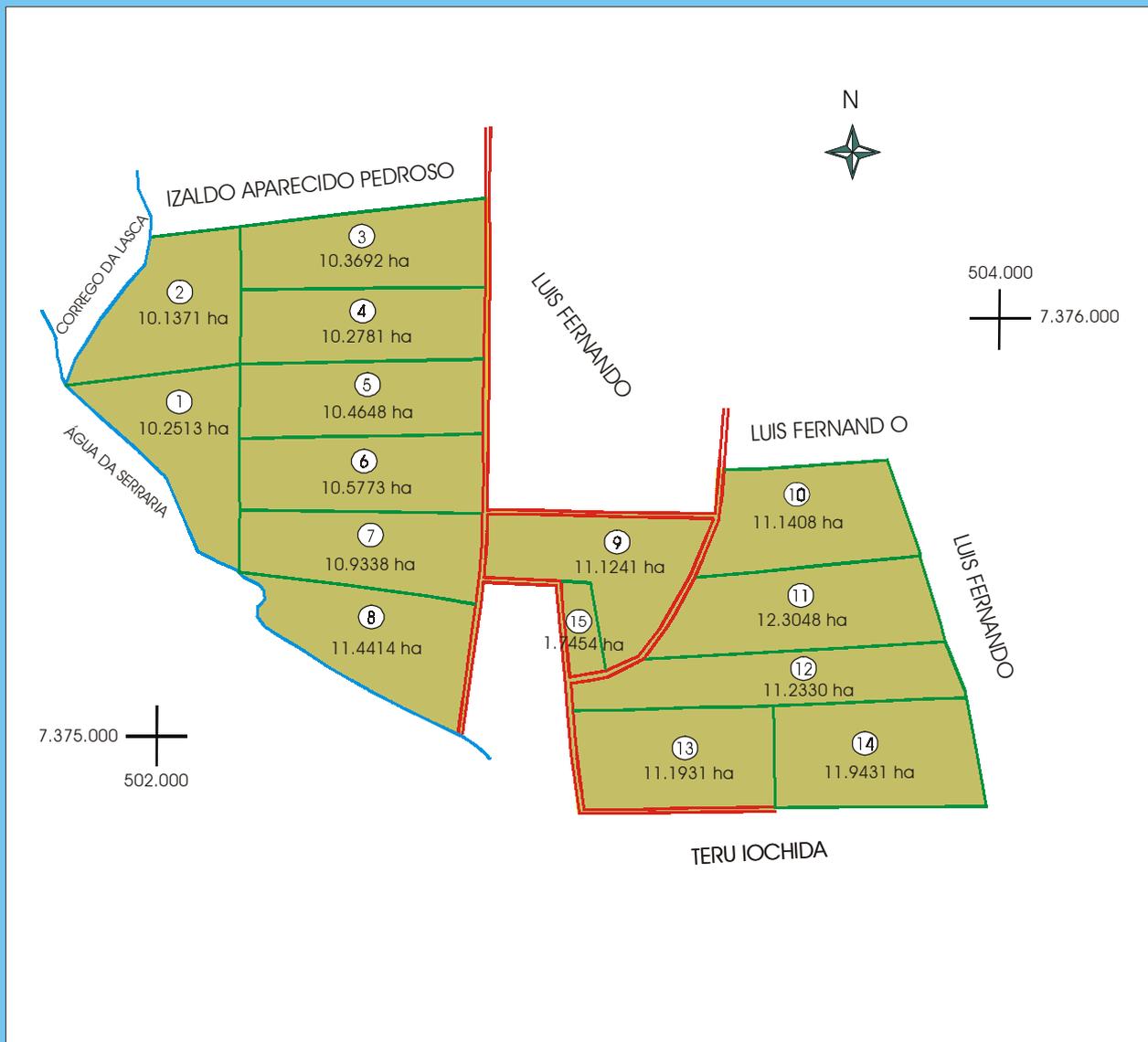
Lotes	Famílias	N.º de pessoas por família
01	Raimundo Santana	07
02	Francisco Gomes Santana	03
03	Eudes de Oliveira	07
04	Isaias de Oliveira	05
05	Alvacir Barbosa dos Santos	08
06	Regina Almeida de Oliveira	04
07	Gilmar Paes	01
08	Maria Ivanessa Leite	03
09	Daniel de Oliveira	09
10	Natanael de Oliveira	04
11	Devonete de Oliveira	04
12	Manoel Francisco de Lima	07
13	Jove de Oliveira Dias	03
14	Dilso de Oliveira	05
Total		70

FONTE: EMATER, Quadro sócio-econômico, dezembro de 1994.

Entretanto, como desde a ocupação das terras da Fazenda Santa Tereza houve o consenso de que no momento em que ocorresse a desapropriação os lotes seriam divididos em partes iguais entre todos, os técnicos respeitaram a vontade dos parceleiros. Porém, fizeram um documento para que todos assinassem concordando com tal atitude. Assim sendo, a área de cada lote corresponderia a 10,89 ha, sendo 2,10 ha (20%) destinados à proteção permanente e o restante para a exploração comercial.

Percebe-se que apenas em um lote foi mudada a divisão, pois o mesmo era bem maior que os demais, no restante houve apenas o deslocamento das divisas. Como pode ser observado na figura 4, alguns lotes ficaram com uma área um pouco maior. Observa-se, ainda, que, reservou-se dois ha para o centro comunitário,

Figura 4. Planta de parcelamento do Assentamento Pó de Serra, Londrina - PR.



FONTE: INCRA/PR/1994.
 ORGANIZAÇÃO: EDERVAL E. BATISTA
 ARTE FINAL: SANDRO S.V.DE CRISTO

LEGENDA:

-  DRENAGEM
-  ESTRADA
-  LIMITE DE LOTE

ÁREA TOTAL: 155.8945 ha

0 150 300 450m

onde foi construído um pequeno barracão de 24m², onde são realizadas as reuniões e, no pátio, são deixados os equipamentos agrícolas da associação.

3.5 - A Construção da Infra-estrutura

Na grande maioria dos acampamentos de trabalhadores rurais sem terras do Brasil, a infra-estrutura é precária devido as incertezas a respeito da permanência no local, pois muitas ocupações ocorrem para pressionar o Estado à desapropriação de terras.

No assentamento Pó de Serra, a situação foi diferente, porque os acampados tinham quase certeza de que seriam assentados no próprio local. Isso os levou a reivindicar melhorias na forma de infra-estrutura desde os primeiros anos de ocupação, conforme já referido.

Em projetos de assentamentos rurais, os elementos que fazem parte da infra-estrutura básica para o desenvolvimento do mesmo são: a moradia; o sistema viário; a escola; a energia elétrica; a água e o saneamento, questões visíveis no assentamento Pó de Serra.

Em relação à moradia, constatou-se que após a ocupação da área, foram construídos barracos de lona preta. De acordo com os assentados, em dias quentes era difícil permanecer debaixo do barraco devido ao calor. Em contrapartida, quando chovia molhava quase tudo, destruindo os poucos móveis que cada um possuía. Depois que cada família escolheu seu local, deram início a construção dos primeiros barracos. A madeira retirada da mata servia para fazer as paredes, sendo a cobertura de sapé, matéria prima abundante na área do acampamento.

Em 1996, com a regularização da área pelo INCRA, os assentados começaram a receber os recursos de implantação, custeio e moradia. Cada família recebeu R\$ 2.000,00 para a construção das casas.

No mesmo processo, receberam apoio da UEL (Universidade Estadual de Londrina), particularmente dos estagiários do curso de Arquitetura e Urbanismo, que desenvolveram um projeto de extensão, auxiliando na construção de casas mais baratas, dispensando o uso de ferro e concreto. Com um projeto modelo, cada assentado ficou responsável pela construção de sua casa. A planta elaborada pelos alunos da UEL apresentava uma casa de 56m² dividida em três quartos, sala, cozinha e um banheiro. Os estagiários fizeram o acompanhamento técnico das construções. Desta forma, cada assentado contratou o pedreiro de sua confiança e, com a ajuda da própria família, levantaram as paredes externas de alvenaria e cobriram as casas, cujo padrão era melhor que o anterior.

As moradias se apresentam em bom estado de conservação, (fotos 2 e 3) contrastando com as moradias vizinhas ao assentamento, onde predominam casas de madeira deterioradas.

É importante salientar que inicialmente foram construídas quatorze casas. Mas com o casamento de filhos dos assentados e que preferem continuar vivendo no assentamento, o número foi ampliado para vinte. No entanto, as últimas construções são de qualidade inferior, diferenciando-se também não só na estrutura como também na estética.

Foto 2- Modelo padrão das casas construídas inicialmente no assentamento.



O assentamento apresenta casa de material com um bom acabamento. No entanto, nas proximidades com raras exceções, as casas são velhas e mal conservadas.

No que diz respeito à água, a área na qual foi instalado o sítio do acampamento e depois assentamento é bem servida por nascentes de água, facilitando a vida das famílias em relação a instalação dessa infra-estrutura fundamental para o sucesso ou fracasso de projetos de assentamentos rurais.

No início da ocupação, os barracos foram instalados próximos a uma nascente d'água. Com a fixação nos lotes, os barracos foram construídos perto de uma mina para obter água, exceto um.

A água chegou aos lares do acampamento em 1993 graças ao apoio da prefeitura. Contribuiu para isso a visita semanal da assistente social que logo nas primeiras visitas percebeu que o fator água estava sendo crucial na disseminação de doenças (diarréia, verminoses e desidratação) entre os acampados. A prefeitura fez

análise da água e forneceu material para a construção da cisterna e mangueira para canalizar a água para todas as residências.

Foto 3- A melhor casa do assentamento



Esta casa já apresenta-se bastante melhorada se comparada com o padrão inicial.

O bom relacionamento entre os acampados e os proprietários vizinhos pode ser demonstrado com a questão da água, pois das cinco nascentes que fornecem água para os assentados três encontram-se fora do assentamento, em regiões mais altas, o que acaba ajudando no transporte d'água sem ajuda de bombas.

Todavia, passados já quase dez anos da instalação da água nas casas, a mesma está se tornando motivo de preocupação entre os assentados. Quando da instalação, a média de lotes atendidas por cada nascente era de três. Para isso foi colocada uma mangueira que naquele momento era suficiente para que o fluxo d'água atendesse a todas as casas. Hoje porém, apesar de serem quatorze lotes, o número de

famílias que moram no assentamento é de vinte, aumentando o volume d'água consumido, sem que tivesse aumentado proporcionalmente a capacidade de transporte da mesma, ou seja, não foram trocadas as mangueiras por outras capazes de atender à totalidade das famílias.

Diante desse problema, as casas que ficam no final do sistema de ligação estão sofrendo com a falta d'água. Alguns assentados se sentem prejudicados pela construção de mais de uma casa por lote, pois o assentado que faz isso não arca com o melhoramento do sistema de água.

No que diz respeito ao saneamento, as informações indicam que no início, como na maioria dos acampamentos, eram precárias as condições de higiene. As famílias construía de forma rudimentar algumas latrinas. Já os dejetos da pia, do tanque e do banheiro escorriam a céu aberto por uma vala aberta no lote. Hoje, as condições já são melhores, porque foram construídas em todas as residências, fossas sépticas para o escoamento dos dejetos. Diante disso, segundo os assentados, após a canalização da água e do melhoramento do sistema de saneamento, as doenças reduziram muito, como também a visita ao médico.

Em relação às vias de acesso, o local no qual foi instalado o assentamento Pó de Serra pode ser considerado privilegiado no que diz respeito a tal infra-estrutura. A estrada principal que passa na cabeceira do assentamento foi aberta na década de 1940, quando da instalação de uma usina hidrelétrica para gerar energia para Londrina, sendo aproveitada uma queda d'água de mais de cem metros, localizada entre o rio Tibagi e seu afluente: o rio Apucarantina.

Além dessa, outra estrada secundária, que no passado dava acesso à serraria que havia na área, já atravessava a área do assentamento, facilitando o acesso

aos lotes quando os mesmos foram demarcados. Assinala-se que nenhum lote distanciasse mais de quatrocentos metros de uma ou de outra estrada.

A ligação entre as estradas principais e os lotes foi aberta após 1993 com o auxílio da prefeitura municipal de Londrina que cedeu uma máquina para fazer tal serviço. Na ocasião, os barracos já estavam prontos no local escolhido. A ligação com os acessos principais foi realizada de forma que, em alguns casos, ela servisse para dois ou três lotes, sem nenhum ônus para os acampados.

Mesmo assim, no ano de 2002, as maiores dificuldades enfrentadas ao vender a produção, para 85,71% das famílias era a péssima condição das estradas. Observa-se que este problema é enfrentado não só pelos assentados, mas por todos os que dependem das estradas da região sul do município de Londrina. A situação é mais precária em dias de chuva. Em determinados locais a força da água das chuvas abriu valetas que impossibilitam a chegada de carros nas casas construídas na parte baixa do lote. Os assentados manifestaram reclamações junto à prefeitura. O poder público alega que as máquinas encontram-se quebradas, mas que assim que forem consertadas os primeiros reparos serão feitos no assentamento.

Em relação à escola, constatou-se que até 2001 havia no município de Londrina as chamadas Escolas Rurais Isoladas, criadas a partir da década de 1950. Estas escolas funcionavam no sistema multi-seriado, ou seja, um único professor lecionava para as quatro primeiras séries do ensino fundamental.

Nas proximidades do assentamento, havia duas dessas escolas, uma distava menos de 2 Km e a outra a cerca de 3,5 Km. Dessa forma, desde a ocupação, as crianças do assentamento puderam freqüentar a escola regularmente, desde que se dispusessem a andar a pé.

As escolas são de madeira, modelo padrão em todas as que existem no meio rural londrinense. Elas foram construídas na época em que havia madeira em abundância na região, destacando-se principalmente a peroba rosa. O terreno das escolas geralmente era doado em termo de comodato pelos proprietários das fazendas, ou dos sítios, para que a prefeitura construísse a escola objetivando atender os alunos que existiam no meio rural de Londrina, quando o café imperava como principal fonte de renda da economia do norte paranaense.

No passado, estas escolas chegaram a funcionar em três turnos, devido ao grande número de alunos. A partir do ano de 2002, o reduzido número de alunos fez com que a prefeitura optasse pela nucleação das escolas rurais isoladas na sede do distrito de Lerroville, objetivando oferecer um estudo de melhor qualidade. As crianças e os jovens do assentamento Pó de Serra estudam em diferentes séries, conforme os dados da tabela 10.

TABELA 10 – Assentamento Pó de Serra: número de alunos e respectivas séries em 2002.

Ensino Fundamental								Ensino Médio			Total
1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	1º	2º	3º	
5	-	2	3	1	7	-	3	1	-	1	23

FONTE: Pesquisa “*in loco*”, maio a julho de 2002.

A educação escolar nunca foi problema para os filhos dos assentados, pois a escola sempre esteve próxima. Quando isso deixou de acontecer, para viabilizar a continuidade do estudo, a prefeitura disponibilizou transporte escolar gratuito até o distrito de Lerroville.

Ainda em relação a infra-estrutura, particularmente no que diz respeito a energia elétrica, esta foi sem dúvida a mais custosa. Apesar da rede elétrica passar

dentro do acampamento, eles não podiam desfrutar da energia elétrica no cotidiano familiar. Diante da morosidade da desapropriação, o uso da lamparina e do lampião a óleo e a gás fizeram parte do cotidiano das famílias

Após várias reuniões, no ano de 1996 foi liberada a instalação da energia elétrica no assentamento. O INCRA fez a solicitação à Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL). As mulheres do assentamento “comemoraram”, pois as tarefas relacionadas ao dia a dia na casa sem a energia elétrica tornava a vida muito difícil. A Sra. (M.L.S) nos relatou sua alegria com a instalação da energia elétrica;

Eu nem acreditei que depois de tanto tempo a gente iria poder novamente poder ter certos equipamentos como televisão, geladeira, ferro elétrico, que a muito tempo eu não mais usava. A vida passou a ficar mais fácil, antes era muito difícil. Não tinha como fazer certas coisas que a gente gosta (comida), pois se não comesse no mesmo dia estragava tudo, pois não tinha geladeira para guardar, agora não, passou a sobrar mais tempo para ajudar na roça.

As próprias famílias assumiram as despesas, pois de acordo com os assentados, se ficassem esperando recursos do governo, talvez estariam até hoje sem a energia. Segundo informações fornecidas pelo presidente da Associação do Assentamento (F.G.S), o custo da instalação externa da energia ficou em R\$ 1.188,00, que foi dividido em 36 parcelas de R\$ 33,00. O pagamento foi efetuado juntamente com a fatura mensal. Durante os meses da colheita, as prestações eram pagas em dia, mas na entressafra, normalmente as prestações deixaram de ser pagas. Houve casos de assentados que ficaram seis meses em atraso. Porém, não ocorreu corte no fornecimento e após a colheita as prestações atrasadas eram pagas.

CAPÍTULO 4

A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO ASSENTAMENTO PÓ DE SERRA

4.1 - A Associação de Moradores

Desde o início da ocupação, os assentados decidiram que a terra seria dividida em partes iguais entre todas as famílias, independente dos critérios técnicos utilizados pelo INCRA. Essa idéia se fortaleceu a partir de 1993, quando receberam a visita de uma assistente social que passou a prestar serviços no acampamento, sendo trabalhado nas reuniões a importância da união do grupo para a realização de seus objetivos, ou seja, a consolidação do assentamento na área.

Para ajudar os acampados a terem maior representatividade entre os órgãos competentes, a assistente social estimulou a criação de uma associação de moradores. Mas como ainda estavam acampados e sem muita certeza se permaneceriam ou não na área, foram postergando a idéia até que no dia dezessete de novembro de 1995, foi convocada uma reunião para desencadear o processo. Assim, elegeram-se os representantes que iriam constituir a diretoria, foi elaborado o Estatuto e após a sua aprovação se confirmou a criação da Associação do Assentamento Pó de Serra (AAPS).

A AAPS, segundo o Estatuto, tem por objetivo geral desenvolver ações que colaborem para o atendimento simultâneo da população rural nas áreas que interferem diretamente no seu desenvolvimento: educação, saúde, nutrição, saneamento e aspectos legais. Os objetivos específicos são:

- I- promover o desenvolvimento comunitário da realização de obras e melhoramentos com recursos próprios e obtidos por doação ou empréstimo.

- II- Proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes do lugar através da cooperação de seus moradores.
- III- Proporcionar aos associados e seus dependentes atividades econômicas, culturais e desportivas.
- IV- Promover atividades assistenciais, diretamente ou através de instituições filantrópicas.

Ainda segundo o Estatuto, cada assentado teria que contribuir com 2% de cada safra para o fortalecimento da associação e também uma contribuição mensal na faixa de 3% do salário mínimo. Estas contribuições raramente são pagas pelos assentados, o que é uma pena pois, segundo o presidente²⁰, o Sr F.G.S, se todos as fizessem, a Associação estaria melhor estruturada.

Um dos problemas enfrentados pela AAPS diz respeito à “venda” dos lotes. Apesar de ser uma prática condenada pelo INCRA e também pelo MST, a rotatividade de “proprietários” é alta, há caso em que o lote já esta sendo explorado pelo terceiro parceleiro.

Das quatorze famílias que iniciaram a ocupação, permanecem apenas cinco, as demais já saíram. Em relação à família do Sr C.F formada por ele e mais seis filhos que teve papel fundamental na ocupação da área apenas uma permanece no assentamento.

Para não caracterizar a “venda” do lote, o assentado que pretende sair do assentamento age da seguinte forma: encontrando alguém que tenha interesse em adquirir sua posse, solicita uma reunião extraordinária para a AAPS e comunica que está desistindo do lote, indicando a pessoa que irá dar prosseguimento às atividades. O presidente da associação comunica o fato aos demais assentados que podem aceitar ou

²⁰ Estas informações foram obtidas na pesquisa de campo, (maio, junho e julho de 2002). No entanto, no mês de agosto de 2002, houve a eleição de uma nova diretoria.

não o novo parceleiro. Entretanto, até o presente momento não houve recusa por parte dos assentados. O passo seguinte é fazer o comunicado ao INCRA (anexos 9, 9a, 9b).

Desta forma é marcada nova reunião para que a família pretendente se apresente e tome conhecimento das dívidas, geralmente de créditos fornecidos como custeio, e das atribuições, principalmente no que diz respeito à manutenção dos equipamentos agrícolas.

A manutenção dos equipamentos normalmente gera os maiores problemas para a associação. Segundo relato de alguns assentados, ao “comprarem” o lote, os novos parceleiros dizem que estão de acordo com todas as normas, no entanto, este fato logo é questionado, principalmente quando algum equipamento é danificado. É nesse momento que alguns dos novos parceleiros fazem, nos termos do presidente, “corpo mole” para arrumar os equipamentos, prejudicando os demais.

No início, quando os equipamentos foram adquiridos, não havia norma para a utilização, apenas o bom senso dos assentados. Como os problemas começaram a surgir, no ano de 1999 o presidente da AAPS, Sr N. A convocou uma reunião, sendo estabelecidos critérios para uso e manutenção dos mesmos. As principais normas estabelecidas e registradas no livro Ata folha 009 dizem que:

1º - a partir daquela data, o trator não mais poderia sair do assentamento, a não ser por motivos de extrema necessidade, como para buscar algum equipamento emprestado que a associação não dispusesse;

2º - seria recolhido por parte do assentado que precisasse do trator, uma quantia de R\$ 3,00 por hora para constituir uma espécie de caixinha para eventuais reparos nos equipamentos;

3º - caso o trator não estivesse sendo utilizado por nenhum assentado e, surgissem serviços de terceiros, a diretoria resolveria se era viável fazer ou não o trabalho;

4º - ficaria por conta do assentado a manutenção dos equipamentos utilizados, como lavar e engraxar logo após o término do trabalho.

Os equipamentos são guardados no Centro Comunitário do assentamento, onde foi construído um pequeno barracão de 24m², usado para as reuniões. Somente para o trator foi construído uma cobertura, os demais equipamentos ficam expostos ao tempo.

A troca de parceiros aliada às dificuldades econômicas dos assentados resultou na falta de recolhimento de dinheiro para a manutenção dos equipamentos, estando estes sucateados.

Hoje, segundo um assentado:

O pessoal só quer saber de colocar óleo e trabalhar, não se importando em ver o nível de óleo do motor, em engraxar os equipamentos. Ai quando estraga ninguém quer assumir a parte que toca a cada um para a realização do conserto, eles não tem consciência que os equipamentos foram comprados coletivamente, e precisam também ser arrumados desta forma.

A associação encontra-se em descrédito, principalmente para os que se instalaram recentemente no assentamento, entretanto, ela continua defendendo os direitos dos associados.

4.2 - Os Sistemas de Produção

O assentamento Pó de Serra, no ano agrícola de 2001-2002, mostra que a terra é usada (tabela 11) predominante pela agricultura, em todos os lotes.

TABELA 11 – Forma de ocupação da terra no assentamento Pó de Serra no ano de 2002

Lotes	Agricultura (Ha)	Pecuária (Ha)	Floresta (Ha)	Área Úmida (Ha)
1	7,26	–	–	3,63
2	8,47	–	1,21	1,21
3	8,47	1,21	–	1,21
4	9,68	–	0,60	0,60
5	10,89	–	–	–
6	9,68	–	–	1,21
7	9,68	–	–	1,21
8	4,84	2,42	1,21	2,42
9	8,47	1,21	–	1,21
10	9,68	–	1,21	–
11	7,26	1,81	1,81	–
12	9,68	–	1,21	–
13	10,89	–	–	–
14	8,47	1,21	1,21	–
Área total	123,42	7,86	8,46	12,70

FONTE: Pesquisa “*in loco*”, maio a julho de 2002.

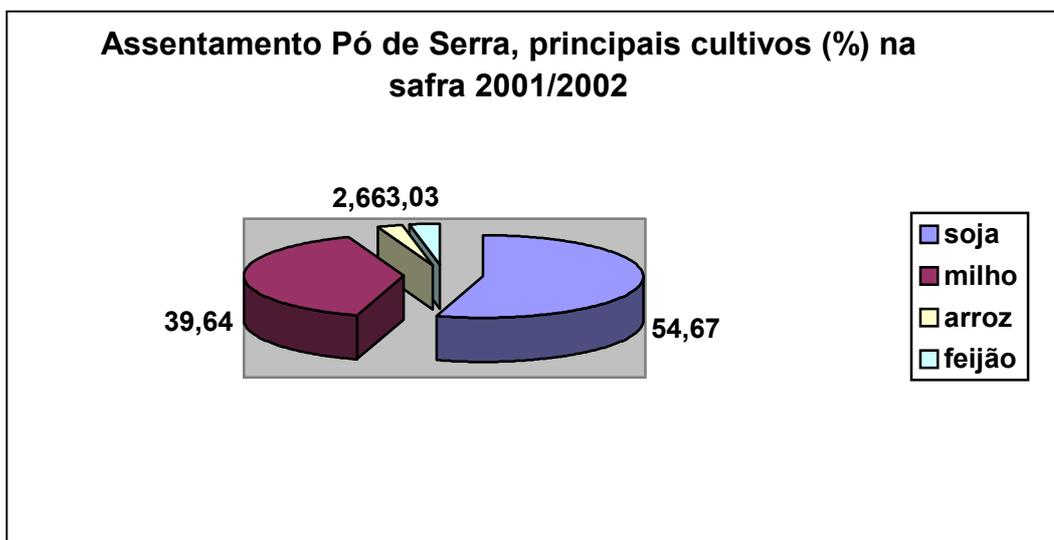
Em projetos de assentamentos, segundo o quadro sócio-econômico, a área deixada como reserva florestal tem de ser de 20% da área total do imóvel. No assentamento Pó de Serra isto não ocorre, pois se somarmos a área de floresta (8,46 ha), com a área úmida (12,70 ha), obter-se-á apenas 21,16 ha, bem abaixo dos 30,88 ha que teria que haver como reserva florestal no assentamento. Este fato está causando problemas para os assentados, pois recentemente um técnico do INCRA esteve no

assentamento e avisou que os assentados teriam que reflorestar uma área de cada lote para que o assentamento atinja o percentual que a Lei exige.

Percebe-se que a maioria das terras do assentamento são utilizadas para a agricultura, pois a mesma ocupa 123,42 ha, ou (80,06%) do total. Há casos como nos lotes cinco e treze (figura 4), que toda a área do lote é plantada. Os principais cultivos comerciais são o milho e a soja. Os cultivos de subsistência (arroz e feijão), ocupam uma área exígua, como pode ser observado no gráfico 2.

Outro dado importante a ser observado é o pequeno percentual de área destinada à pecuária, ou seja, apenas 7,86 ha ou (5,09%) do total. É oportuno ressaltar que estas terras correspondem a pontos onde o relevo é muito acidentado. De modo geral, em quase todos os lotes, o terreno é suavemente ondulado, possibilitando práticas agrícolas mecanizadas, como ocorre na maioria das terras do assentamento.

CRÁFICO 2



FONTE: Pesquisa “*in loco*”, maio a julho de 2002.

No cultivo da soja, que envolve oito (8) assentados, adota-se o método de plantio direto²¹. O controle de pragas e doenças é feito com insumos químicos, herbicidas e inseticidas. A colheita é mecanizada sendo necessário alugar máquinas apropriadas (colheitadeiras) para esta tarefa.

O milho é cultivado por seis (6) assentados que utilizam adubo químico, em média 700 kg por alqueire. A colheita é realizada manualmente, ocupando mão-de-obra temporária de outros assentados.

Além do milho e da soja, alguns lotes cultivam feijão e arroz para a subsistência e quando há excedentes eles são comercializados.

A área ocupada com o cultivo do feijão é variada. Emprega-se adubação química e em alguns casos são utilizadas sementes selecionadas, porém a maioria (83.33%) dos assentados usa apenas sementes guardadas de um ano para o outro. Nesta atividade a colheita é manual.

O arroz, no início da ocupação, era o principal cultivo, sendo explorado nas áreas úmidas. Hoje as áreas plantadas são pequenas, sendo utilizados implementos de tração animal ou plantadeiras manuais (popularmente chamadas de matracas); a colheita também é realizada manualmente.

Constatou-se que três assentados exploram comercialmente a olericultura, sobressaindo-se os seguintes cultivos: repolho, couve-flor, berinjela, jiló, tomate e pimentão. Entretanto, somente para um produtor (lote 7) a horticultura é a principal atividade. Este possui infra-estrutura, como equipamentos de irrigação, estufa para o preparo das mudas, (foto 4) e o que acaba sendo o mais importante, um caminhão para transportar a produção até os locais de comercialização, sendo quase sempre o CEASA e o Mercado Popular em Londrina

²¹ São utilizadas, segundo dados levantados junto a COPRAN, 4,5 sacas de sementes e 500 Kg de adubo químico por alqueire.

É comum encontrar outros cultivos como abóbora, mandioca, batata-doce, quiabo, entre outros, plantados em pequenas áreas (15m² aproximadamente), sem uso de adubo químico. Esporadicamente são usados adubos orgânicos. Trata-se de cultura de subsistência, a colheita é realizada conforme as necessidades da alimentação diária.

Foto 4- Estufa para a preparação das mudas de olericultura, em um lote do assentamento.



Este assentado é o único que se dedica exclusivamente a produção olerícola, por isso a necessidade da estufa para uma melhor produção das mudas que irão para o campo.

No passado, a olericultura absorvia seis assentados, mas devido ao elevado custo dos insumos, parte deles substituiu a atividade pela sericicultura. O assentado R.S (lote 1) resumiu porque deixou de trabalhar com a olericultura, assim dizendo:

A horta tem que ter dinheiro toda semana, pois o custo com os venenos e as sementes é muito caro, dá até dinheiro, mas acontecesse que nós não tem jeito de investir. Investir para poder plantar pouca coisa não compensa o frete para o CEASA

acaba saindo muito caro. Por isso troquei a horta pelo bicho da seda.

A sericicultura é uma atividade nova no assentamento, foi implantada no ano de 2002. Ela é parte dos planos de expansão das atividades da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda. (COCAMAR)²² que procura regiões onde predomina a pequena propriedade e a mão-de-obra familiar para inserir aquela atividade.

A cooperativa financiou R\$ 1.200,00 para a construção dos barracões dando prazo de 3 anos para efetuar o pagamento, sendo descontada uma porcentagem de quilos de casulos a cada entrega. Cinco assentados aderiram ao programa e plantaram um alqueire cada um em amora para alimentar as lagartas do bicho da seda. O processo produtivo - desde a chegada das lagartas até a entrega dos casulos - leva vinte e oito dias e os assentados estão otimistas com a nova atividade, pois estão entregando o quilograma do casulo a preços que variam de R\$ 3,83 a R\$ 5,40, e a média de produção está sendo de 65 kg por caixa a cada 28 dias. No entanto, assim como em outros sistemas de integração de produção, quanto maior a dedicação da família, melhores poderão ser os resultados a serem alcançados.

A atividade inicialmente teve a supervisão de técnicos da COCAMAR, mas agora são os técnicos da EMATER que estão prestando assistência aos assentados.

A tabela 12 mostra o número de animais e a produção de leite no assentamento. A área usada com pastagem é restrita, sendo o gado bovino criado com

²² Cooperativa fundada em março de 1963 por cafeicultores da cidade de Maringá, no Paraná, e que hoje atua em diversos ramos no setor agroindustrial, sendo um dos mais importantes a refinaria de óleos vegetais. Atualmente a Cooperativa possui entrepostos no Paraná, São Paulo e Minas Gerais, numa área de ação constituída por 50 municípios, provando não só a capacidade empresarial do setor cooperativo, mas, também, a viabilidade da agroindústria, com o objetivo de agregar valores, unindo produtores e consumidores.

duas finalidades: corte e leite. O principal objetivo dos assentados que desenvolvem esta atividade é a subsistência e quando há excedentes eles são comercializados com outras famílias do próprio assentamento. Além disso, eles fazem queijo, doce de leite, requeijão e outros derivados também para consumo próprio.

TABELA 12 – Animais existentes no assentamento Pó de Serra.

Lote	Bovinos	Suínos	Galináceos	Eqüinos	Tanques	Leite
1	–	–	20	1	–	–
2	4	2	10	–	–	3 litros/dia
3	–	2	10	1	–	–
4	–	–	–	–	–	–
5	–	–	30	–	3	–
6	–	–	–	–	1	–
7	–	2	–	–	2	–
8	9	12	–	–	–	7 litros/dia
9	2	16	80	1	1	7 litros /dia
10	–	22	130	–	–	–
11	6	2	100	–	1	10 litros/dia
12	–	3	15	–	1	–
13	–	8	50	1	–	–
14	2	50	120	–	–	6 litros/dia
Total	23	119	565	4	9	33 litros

FONTE: Pesquisa “*in loco*”, maio a julho de 2002.

Os animais são criados soltos e são alimentados exclusivamente com pastagens naturais e, em alguns casos, com milho e cana-de-açúcar. A ordenha das vacas de leite é manual sendo realizada somente pela manhã.

Além dos bovinos, os assentados criam também galinhas e porcos, tendo por finalidade suprir a alimentação familiar em ovos, carne e banha. As aves são criadas soltas nos arredores das casas, sendo alimentadas com milho e restos de comida.

Em relação a suinocultura, observou-se que dois assentados exploram a atividade para abastecer o mercado. As pocilgas são rústicas, sem separações de “creches, maternidade, recria e engorda”. Os animais são alimentados com milho, abóbora, mandioca e também restos de comida. Em outros casos, os suínos ficam soltos, alimentando-se de vegetais ou raízes que encontram nos arredores das casas.

Das famílias assentadas quatro possuem cavalos que são usados para tração, herança do tempo em que não dispunham de maquinários agrícolas.

As áreas úmidas representam 12,70 ha ou (8,23%) do total e atualmente, estão sendo utilizadas para a construção de tanques ou represas para a criação de peixes, não sendo ainda uma atividade comercial, mas que possui potencial para este fim, pois em seis lotes os tanques já se encontram prontos, construídos com recursos próprios, faltando capital e informações para começarem a desenvolver tal atividade.

4.3 - O Trabalho Familiar

Como em outros assentamentos do país, no Pó de Serra a mão-de-obra familiar é responsável pelo processo produtivo. Em alguns lotes (sete) a terra é suficiente para absorver toda a mão-de-obra familiar. Nos demais (quatro), as famílias sempre têm algum membro trabalhando como diarista nas propriedades vizinhas ao assentamento. Outras (três) famílias, arrendam mais terra fora do assentamento onde plantam soja e café.

Nota-se que as famílias que precisam buscar fora do assentamento mais terra ou trabalho assalariado para complementar a renda, são aquelas cujos filhos casaram e ficaram morando no lote com os pais.

A maior parte (71,43%) das famílias não contrata pessoal para ajudar nas atividades agrícolas, pois elas produzem soja, cujo cultivo é mecanizado do plantio à colheita.

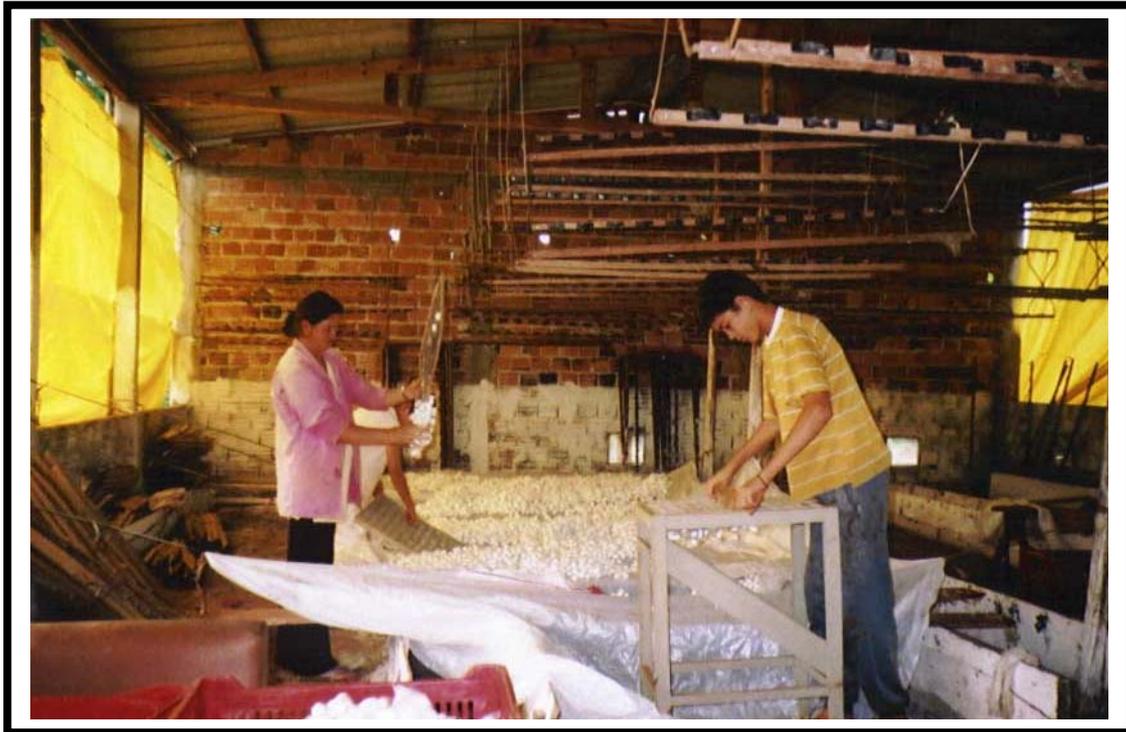
As demais, ou seja, 28,57% contratam mão-de-obra eventualmente para ajudar nas tarefas agrícolas, principalmente na época da colheita. Essas famílias plantam milho e feijão, muito embora o plantio seja mecanizado, a colheita é manual, o que requer muita mão-de-obra.

Das famílias que trabalham com atividades olerícolas, duas contratam diaristas durante o verão, na época da colheita. A outra, que tem a olericultura como principal atividade, conforme já referido, contrata dois trabalhadores permanentes, pois se envolve com a atividade durante o ano todo.

A sericicultura, praticada em cinco (5) lotes, absorve o trabalho de toda a família. O trabalho maior consiste em cortar a amora para alimentar as lagartas, momento em que se faz necessário a ajuda dos homens. Passado esta fase que leva aproximadamente quinze dias, o trabalho é realizado pelas mulheres e crianças, conforme mostra a foto 5.

Percebeu-se que os assentados que estão inseridos na produção do bicho da seda buscaram uma alternativa não só de renda, mas também de trabalho para os filhos. Se isso não ocorrer, ao atingir a maioridade, os filhos irão buscar na cidade um novo emprego deixando os pais no assentamento.

Foto 5- O trabalho familiar na sericicultura.



Uma família, (mãe e filhos) estão preparando os casulos para entrega.

4.4 - O Acesso ao Crédito e a Assistência Técnica

O assentamento Pó de Serra foi beneficiado pelo Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária - PROCERA²³- sendo os recursos (R\$ 103.626,00) liberados em nome da associação. Cada assentado recebeu aproximadamente R\$ 7.500,00.

O prazo para começar a quitar o débito com o Banco do Brasil venceu em 31/07/2001, mas os assentados estavam com dificuldades financeiras e a associação conseguiu mais um ano de carência para iniciar o pagamento da dívida.

²³ Programa criado pelo conselho Monetário nacional em 1985, sendo instituído em 1986, com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícola dos assentamentos da reforma agrária, viabilizando a sua “emancipação”, ou seja, tornando-os independentes da ajuda do governo. Cada assentado poderia receber até R\$7.500,00 na qual teriam sete anos para pagar, com dois anos de carência, sendo 50% subsidiado, e juros de 1,15% ao ano.

Além do PROCERA, o INCRA liberou a fundo perdido, créditos de implantação no valor de R\$ 3.080,00, para cada família, sendo assim distribuído: fomento R\$ 740,00; alimentação R\$ 340,00 e habitação R\$ 2.000,00

No que diz respeito ao financiamento para produção, foi liberado pelo Banco do Brasil a quantia de R\$ 1.000,00 para a safra de 1998/1999. Este financiamento com subsidio de 50%, teria um ano de carência para começar a ser pago.

Como houve atraso na liberação dos recursos para o plantio e diante dos azares naturais, excesso de chuvas no período da colheita, a meta de produção ficou aquém das expectativas, levando a Associação do Assentamento a solicitar prorrogação do pagamento para 30/01/2000.

Ainda no ano de 1998, o Governo Federal promoveu mudanças na política agrícola brasileira, extinguindo o PROCERA. A partir daí os assentamentos deveriam inserir-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996. Com o novo sistema de custeio, para a safra de 1999/2000, os assentados receberam R\$ 2.000,00, destinado à compra de sementes, fertilizantes, agrotóxicos e para cobrir custos das operações mecanizadas.

Em junho de 2001, em reunião no Centro Comunitário, os assentados resolveram solicitar a prorrogação também do custeio que vencia naquele ano para o ano seguinte, arrolando como motivos, a demora na liberação dos recursos e fatores climáticos, como a falta de chuva que afetou a qualidade dos produtos, rebaixando os preços na comercialização.

O pagamento das dívidas referentes aos créditos agrícolas está preocupando alguns assentados, principalmente os cinco que ainda restam desde o início da ocupação. No momento da liberação dos recursos, todos os membros assinaram um

contrato, denominado de Cédula Solidária que, na verdade, nada mais era que um compromisso coletivo, ou seja, todos serão responsáveis pelo montante de recursos. Se um membro do grupo não conseguir pagar sua cota do financiamento, os demais terão que assumir a dívida, caso contrário, todos ficarão inadimplentes e, automaticamente, impossibilitados de receber novos recursos.

Portanto, essa é a preocupação dos assentados, tendo em vista que no assentamento Pó de Serra os recursos foram liberados em nome da Associação, mas os quatorze assentados são responsáveis uns pelos outros e se alguém não conseguir pagar todos serão penalizados.

A sistemática de formação de grupos como da Cédula Solidária, pode ser interpretada como uma faca de dois gumes. De um lado o objetivo do Estado era diminuir os índices de inadimplência no Banco do Brasil. De outro, como já levantado por Bavaresco (1999), esse sistema tende a acelerar o processo de diferenciação social no interior dos assentamentos, tendo em vista que as famílias mais bem-sucedidas tenderão a excluir de seus grupos aquelas em piores condições econômicas. Sendo mais uma vez marginalizadas do processo produtivo, essas famílias certamente serão as primeiras a vender o lote. Esta situação vem ocorrendo no assentamento Pó de Serra, onde 64,28% dos lotes já trocaram de dono.

Assim como outros assentamentos, o Pó de Serra, passou e ainda passa por dificuldades no que diz respeito a assistência técnica. Inserido num conjunto de fatores de políticas macroeconômicas, tanto em nível federal como estadual, os assentados objeto de análise, foram penalizados, ficando quase sempre desamparados de uma assistência técnica efetiva, por parte dos órgãos públicos

É oportuno lembrar que no ano da instalação do assentamento Pó de Serra (1996), o Governador do Paraná, o Sr. Jaime Lerner, estava “preocupado” com a

fixação do homem no meio rural através dos projetos das Vilas Rurais²⁴. Para viabilizar a implantação destas, houve deslocamento dos técnicos da EMATER-PR dos projetos de assentamentos rurais para os projetos das Vilas Rurais. Com isso, dois técnicos que prestavam assistência ao assentamento Pó de Serra foram deslocados, deixando o mesmo desamparado.

Somado a isso, em relação ao governo federal do presidente Fernando Henrique Cardoso, com seu plano de governo baseado em políticas neoliberais, pressionado pelo MST passou a liberar recursos para a formação do Sistema Cooperativista dos Assentados²⁵, sendo introduzido o Projeto Lumiar, através do qual o governo federal bancava a contratação de técnicos para trabalhar em projetos de assentamentos.

Com o passar dos anos, o governo percebeu que os técnicos contratados pelo SCA para prestar assistência técnica nos projetos de assentamentos, além de estarem desenvolvendo um bom trabalho, se tornavam militantes do MST, procurando agir segundo suas orientações no que diz respeito à questão da terra no país. A partir daí, o poder público começou a burocratizar a liberação de recursos para as SCA, pois segundo Fernandes, (2000, p: 245) “com todos os desafios e questões, o sistema foi um setor importante no processo de formação e territorialização do MST”.

De qualquer forma, após a retirada dos técnicos da EMATER, em 1997 os assentados da região de Londrina fundaram a Cooperativa de Comercialização

²⁴ O Programa de vilas rurais é desenvolvido em parceria com os municípios paranaenses com o objetivo segundo os órgãos governamentais, de melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais volantes e seus familiares. O programa propicia ao trabalhador rural o acesso a um lote de 5.000 m², e uma casa de alvenaria com 44.56 m², com infra estrutura de água, energia elétrica e sistema sanitário. As unidades são financiadas em média por 25 anos, tendo 30 meses de carência.

²⁵ O Sistema Cooperativista dos Assentados é um setor do MST que tem na cooperação agrícola a perspectiva do desenvolvimento econômico dos assentados. É uma forma de expandir a organização nos assentamentos, contribuindo para a territorialização da luta pela terra. (FERNANDES, 2000).

e Reforma Agrária União Camponesa (COPRAN) sendo contemplados com os recursos do governo federal, contratando técnicos para prestar assistência aos assentamentos.

Com a liberação de recursos, a cooperativa dos assentados da região de Londrina contratou um engenheiro agrônomo e dois técnicos agrícolas que prestavam assistência aos onze (11) assentamentos da região. Mas como já citado anteriormente, aquele tipo de associativismo foi marginalizado pelo governo federal e os recursos deixaram de ser liberados dificultando a contratação dos técnicos.

Desde 1999, os assentados do assentamento Pó de Serra, bem como os demais assentamentos da região, não estão recebendo assistência oficial. Mas alguns recebem assistência - os que plantam soja e fazem a compra das sementes e insumos de forma casada²⁶ - nas grandes cooperativas. Estas, através de seus técnicos, prestam assistência orientando o processo produtivo.

Os produtores que se inseriram na sericicultura também estão recebendo assistência técnica da COCAMAR. Segundo informações dos assentados, isso só ocorreu no ano de 2002. A partir do ano de 2003, um técnico da EMATER ficará responsável pela assistência na sericicultura. Isso mostra que o poder público transferiu a responsabilidade dos serviços para a iniciativa privada.

4.5 - A Comercialização da Produção e a Cooperativa do MST

No assentamento Pó de Serra, no início a venda da produção era realizada no próprio assentamento, para os atravessadores. Hoje a comercialização se processa com as grandes cooperativas que atuam na região.

²⁶ Sistema na qual é fornecido os insumos, as sementes e alguma assistência técnica para a produção, ficando o assentado ou qualquer outro produtor comprometido a entregar a produção para a cooperativa.

Estas cooperativas, para induzir não só os assentados mas todos os agricultores da região a vender a produção para ela, fazem contrato de compra. Neste sistema, os técnicos da cooperativa efetuam uma pesquisa junto aos assentados para conhecer a área a ser plantada com a soja, propondo um contrato de compra estipulado em números de sacas.

Quem aceita o sistema já sabe no plantio o preço mínimo que pode receber quando entregar sua produção, porém, é obrigado a entregar a quantia estipulada no contrato. Quem não quer correr o risco, só toma conhecimento do preço após a colheita, o que muitas vezes é mais baixo que o recebido por aqueles que fizeram o contrato.

A maioria dos assentados (78,57%) não quis correr o risco de fazer o contrato, por isso só ficou sabendo do preço no dia da venda da produção. O restante (21,43%), correu o risco e fez contrato, conseguindo um preço pouco melhor para a soja.

Os produtores de olericultura, comercializam a produção no CEASA de Londrina. Eles pagam frete para outros produtores do assentamento e da região, proprietários de caminhões.

Em relação à cultura do milho, uma parte da produção é usada para alimentar os animais (vacas, porcos e galinhas), o restante também é vendido para as cooperativas.

A Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (COPRAN) está situada no município de Tamarana junto à Secretaria Estadual do MST. Além de prestar assistência técnica aos assentados ela também objetiva organizar a produção e comercialização dos produtos de seus associados.

A COPRAN, quando de sua fundação, aglutinou assentamentos existentes nos municípios de Londrina, Tamarana, Ortigueira, Arapongas, Alvorada do Sul, Florestópolis e São Jerônimo da Serra . No entanto, cada assentado pode escolher se deseja ou não se associar. Segundo Proscêncio (1999, p. 80),

Assim como em qualquer cooperativa, a lei cooperativista exige que seja cobrada uma taxa, portanto na COPRAN não é diferente. Os sócios fundadores estipularam um valor de cotas partes. Assim, todo novo associado paga o valor correspondente a 35 UFIRs, que deverão ser pagas em 2 anos divididas em 3 parcelas. Uma outra regra imposta pela cooperativa é que não se aceitam sócios individualizados, isolados, mesmo sendo assentado. É necessário que ele esteja dentro de um grupo de produção, um grupo semi-coletivo ou dentro de uma associação e tenha compreensão da luta pela reforma agrária. Todo associado é livre para entrar ou sair da cooperativa no momento em que desejar, tanto é que há assentamentos com 100% das famílias associadas enquanto outros possuem apenas 30%, 50% de associados.

A cooperativa recebeu recursos do governo federal para que montasse sua estrutura e começasse a desenvolver suas atividades tanto na organização da produção como na comercialização da mesma. Com os recursos recebidos, R\$ 548.171,00, foram adquiridos três tratores, uma colheitadeira, todos os equipamentos agrícolas necessários, um caminhão, uma caminhonete, dois carros, uma moto e comprado um terreno próximo a Tamarana, onde foi construída a sede da cooperativa.

No entanto, a COPRAN, devido a má administração da sua primeira diretoria, não conseguiu alcançar todos os objetivos, restringindo-se a prestar assistência técnica às famílias assentadas através de sua equipe ligada ao projeto Lumiar²⁷, conforme já referido.

²⁷ O projeto Lumiar foi criado pelo governo federal para suprir as necessidades, prestando serviços de orientação às famílias de agricultores assentados, uma vez que houve o afastamento dos técnicos da EMATER. Os técnicos do projeto Lumiar são identificados pelos assentados como sendo de movimentos sociais. Isto facilitou a integração técnico-assentado, o que favoreceu a ação da assistência técnica quanto à implantação e desenvolvimento das culturas, pastagens, armazenamento e comercialização, criação de animais, introdução de novas tecnologias e ações de estímulo à organização dos assentamentos.

A COPRAN encontra-se em processo de reestruturação com uma nova diretoria. Segundo o presidente (Sr A.P.B), eles estão se empenhando para colocar a “casa em ordem”. Para isso, já conseguiu junto ao banco do Brasil o refinanciamento das dívidas da cooperativa que começarão a vencer em 30/06/2003. O prazo para a quitação das mesmas é de 15 anos e o valor de cada prestação a ser paga é de R\$ 47.176,08, incidindo sobre esse valor um rebate de 70% se as prestações forem pagas em dia.

Num segundo momento buscarão favorecer a compra de insumos e materiais necessários à produção de forma coletiva para torná-los mais baratos. Também constituem objetivos futuros, desenvolver atividades na linha da industrialização e comercialização da produção.

4.6- Perfil Sócio-econômico dos Assentados

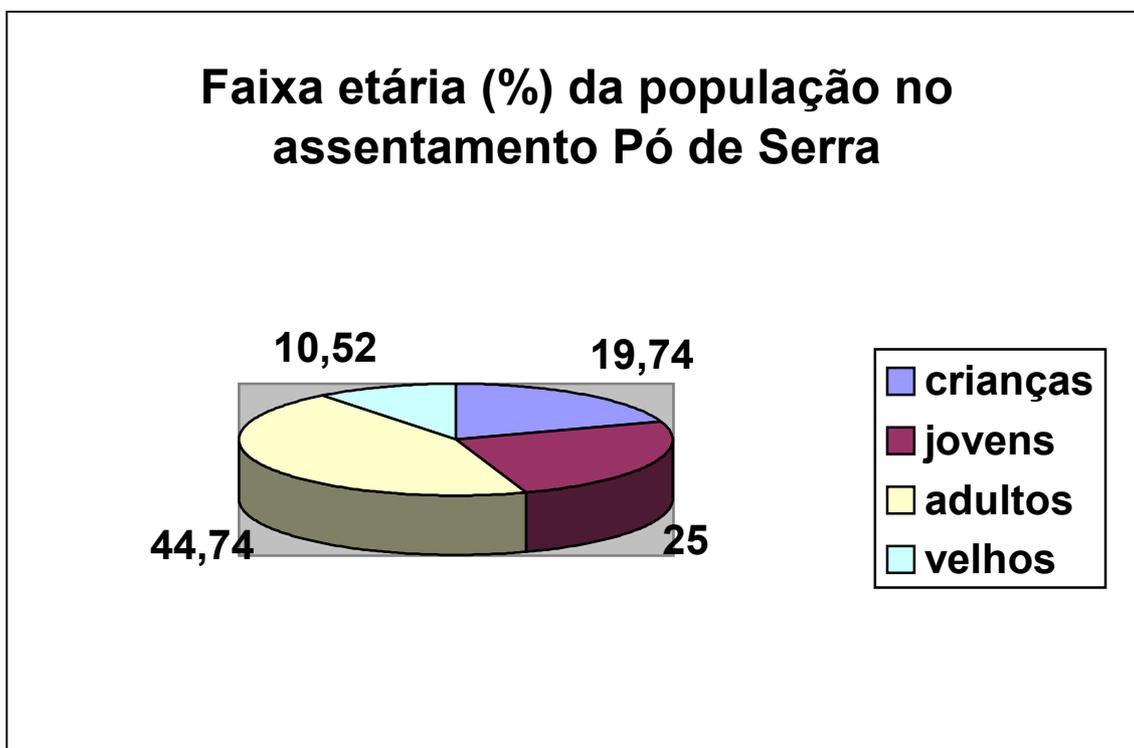
O assentamento Pó de Serra teve nos primeiros anos de sua efetivação uma “troca” ou rotatividade grande de parceiros, contudo lá residem 76 pessoas. Uma grande parte dos jovens ao completarem a maioridade, migrou para o meio urbano antes mesmo de constituir uma nova família à procura de outros meios de vida. A saída destes jovens se deve principalmente às poucas perspectivas de ganhos econômicos na atividade agrícola. A área é pequena para proporcionar renda para toda a família. O fenômeno também deve ser atribuído ao modelo tecnológico adotado no cultivo da principal cultura - a soja - poupadora de mão-de-obra.

O gráfico 3 mostra que as crianças - com até 10 anos de idade - representam 19.74% do número total de pessoas do assentamento. Já os jovens – com

idades entre 10 a 19 anos – perfaziam 25% da população total. Vale lembrar que estes dados são expressivos e têm como justificativa o aumento do número de famílias nos últimos anos, pois alguns lotes, são divididos com filhos casados. Há casos também em que o filho trouxe o pai, quase sempre já velho para morar no lote.

Registrou-se um fato notável que merece ser destacado: após adquirir o terreno, o pai acabou tendo que dividi-lo com outros dois filhos que moravam na cidade. Ambos já casados ficaram desempregados, alugaram suas casas e foram morar no assentamento.

GRÁFICO 3



FONTE: Pesquisa “*in loco*”, maio a julho de 2002.

Em outro caso, no mesmo lote, existem três casas, pois os filhos casaram e não quiseram buscar na cidade uma outra forma de vida, preferiram ficar junto com a família. Como a terra é insuficiente para absorver toda a mão-de-obra

familiar, conforme já mencionado, alguns membros estão buscando outra forma de renda, sobressaindo-se o trabalho assalariado temporário - bóia-fria - nas propriedades

A maior parte (44,74%) do contingente populacional do assentamento encontra-se na idade adulta, ou seja, entre 20 e 59 anos. Esta é a população economicamente ativa do assentamento. Os idosos com mais de 60 anos representam 10.52%. Nesta faixa encontra-se apenas um assentado, os demais (sete pessoas) são constituídas pelos pais dos assentados, que vivem no assentamento junto com os filhos, algumas vezes no mesmo teto e outras em casas separadas.

No assentamento predominam pessoas do sexo masculino. Elas representam 55.26% do número total, ficando o restante, (44.74%) para o sexo feminino.

Quanto ao grau de escolaridade, a pesquisa de campo apontou que todas as crianças em idade escolar encontram-se matriculadas e freqüentando a escola, (tabela 13).

TABELA 13- Grau de instrução dos assentados (%)

Grau de Escolaridade ²⁸	Porcentagem (%)
Analfabetos	16.18
1 ^a série	7.35
2 ^a série	4.42
3 ^a série	5.89
4 ^a série	23.53
5 ^a série	7.35
6 ^a série	10.29
7 ^a série	-
8 ^a série	10.29
1 ^o ano	2.94
2 ^o ano	1.47
3 ^o ano	10.29
Total	100

FONTE: Pesquisa “*in loco*”, maio a julho de 2002

²⁸ Não estão incluídas na tabela as crianças fora da idade escolar em número de 8, ficando desta forma o número total de pessoas reduzido para 68 ao invés de 76 pessoas.

O índice de analfabetos do assentamento Pó de Serra é relativamente alto se comparado aos dados encontrados por (Bavaresco, 1999), em um assentamento do Rio Grande do Sul. Enquanto no assentamento paranaense os índices de analfabetismo passam de 16%, no assentamento gaúcho esses índices foram de apenas 6,7%. No entanto, se comparado a realidade do campo brasileiro, os índices do assentamento em análise não estão entre os piores.

Pode-se notar que um expressivo número de pessoas estudou até a quarta série primário. Este é o caso principalmente das pessoas com idade entre 20 e 40 anos que pararam seus estudos naquele estágio. Segundo os entrevistados, era comum os pais permitirem que seus filhos freqüentasse a escola até alcançar esse nível, devendo daí dedicar-se ao trabalho.

Os índices de pessoas que concluíram a 8ª série e o terceiro ano do ensino médio também podem ser considerados relevantes.

Comentando sobre educação, alguns assentados disseram que se pudessem voltariam a estudar. No entanto, não o fazem devido a distância que os separam da escola. Uma senhora (S.A.A) do assentamento fez o seguinte comentário:

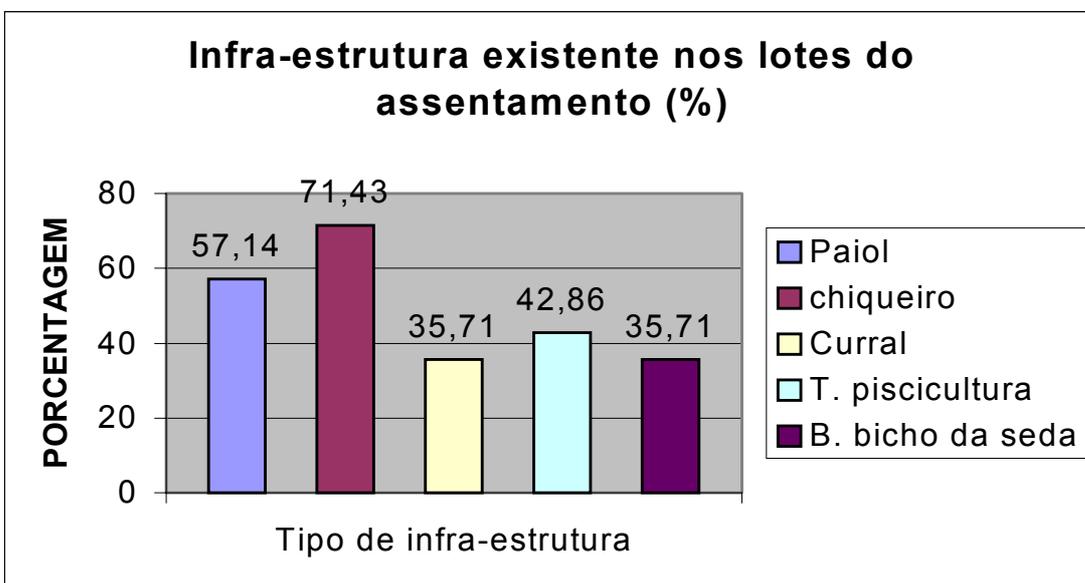
Se eu pudesse o que eu tinha vontade de fazer era continuar a estudar, pois mesmo aqui no sítio o estudo faz uma falta danada [...]. Pra continuar é difícil, pois a gente que é mulher tem que cuidar da casa e da família, além disso é muito longe e muito cansativo trabalhar o dia inteiro e a noite ir estudar.

Com relação a moradia, como já foi comentado anteriormente, foram construídas com recursos recebidos do INCRA, com tamanho médio de 56 m², muitas, no entanto, ampliaram a área. No projeto original as casas possuíam cinco cômodos e eram todas de alvenaria. Todas, inclusive as que foram construídas para abrigar os pais

ou os filhos que se casaram, são servidas com água encanada, luz elétrica, instalações sanitárias e esgoto encanado para fossas sépticas.

No gráfico 4, pode-se verificar alguns dados da infra-estrutura. Consta-se que o paiol está presente em 57.14% dos lotes. São nessas construções simples que são guardados principalmente o milho que serve de alimento para os animais e outros objetos que auxiliam o assentado no dia a dia. O paiol é uma característica marcante na paisagem em áreas onde se desenvolve a agricultura familiar.

GRÁFICO 4



FONTE: Pesquisa "in loco" maio a julho de 2002

Já o chiqueiro está presente em 71.43% dos lotes, ele serve de abrigo para os suínos. A construção é quase sempre bem rudimentar. Dos assentados envolvidos com a criação, apenas dois o fazem para o comércio. Um deles possuía 50 cabeças e uma estrutura melhor organizada (foto 6) sendo o maior produtor do assentamento.

Devido ao tamanho dos lotes, a terra é quase que totalmente aproveitada para práticas agrícolas, sobrando pouco espaço para a pecuária. Apenas os assentados que ficaram com lotes que possuem uma parte mais acidentada, possuem

uma pequena área destinada ao gado, os currais estão presentes em 35.71% dos lotes. As construções também são simples, geralmente de madeira retirada do próprio terreno.

As condições propícias de água no assentamento favorecem a criação de peixes (piscicultura). Contudo, até o presente momento os tanques construídos ainda não foram utilizados para criação de peixes em escala comercial, servindo apenas para suprir as necessidades de alimentação e lazer dos assentados.

Foto 6- Chiqueiro para a criação de porcos



Alguns produtores criam suínos para consumo, comercializando o excedente. Neste lote, a produção destina-se ao mercado.

Já os barracões para a criação do bicho da seda só surgiram na paisagem do assentamento no ano de 2002, eles se fazem presentes em 35.71% dos lotes. As construções são simples. Há um caso em que foi usado até “pau a pique” nas paredes de fundo, pois elas não precisam ser bem fechadas. As paredes laterais são

abertas, havendo uma pequena mureta de aproximadamente meio metro e uma tela de mais dois metros aproximadamente. Por fora da tela, há uma cortina que vai do chão até o teto. O importante é não entrar água para que não molhe as lagartas num primeiro momento e, posteriormente, os casulos, o que pode ocasionar um produto de baixa qualidade e conseqüentemente um menor preço recebido pelo quilo entregue à COCAMAR.

A infra-estrutura do assentamento tem possibilitado uma melhor condição de vida para os moradores, seja em termos de moradia, alimentação, trabalho e escola. A esse respeito, todos os assentados foram unânimes em afirmar que as condições gerais de vida melhoraram significativamente no assentamento.

Mas o que dizer daqueles que compraram o direito do lote, chegando a pagar até R\$ 40.000,00 pelos 4,5 alqueires, que aparentam ser agricultores “capitalizados”, dizer que sua condição de vida melhorou depois da vinda para o assentamento?

Essa dúvida nos foi sanada por um assentado (o SR. J.B.S), chegado recentemente (dois anos) ao assentamento, quando o mesmo assim se manifestou:

Olha, isso aqui é o resultado de uma vida de trabalho como arrendatário em terra dos outros. Aqui agora eu sei que vou poder trabalhar para mim e minha família. Eu sei que apesar de ter pago pelo lote ainda tenho que assumir os compromissos com o banco, mas pra quem sempre no final da colheita teve que dar uma parte para o dono da terra. [...] Agora sei que em pouco tempo pago a dívida e vou poder trabalhar em cima do que é meu.

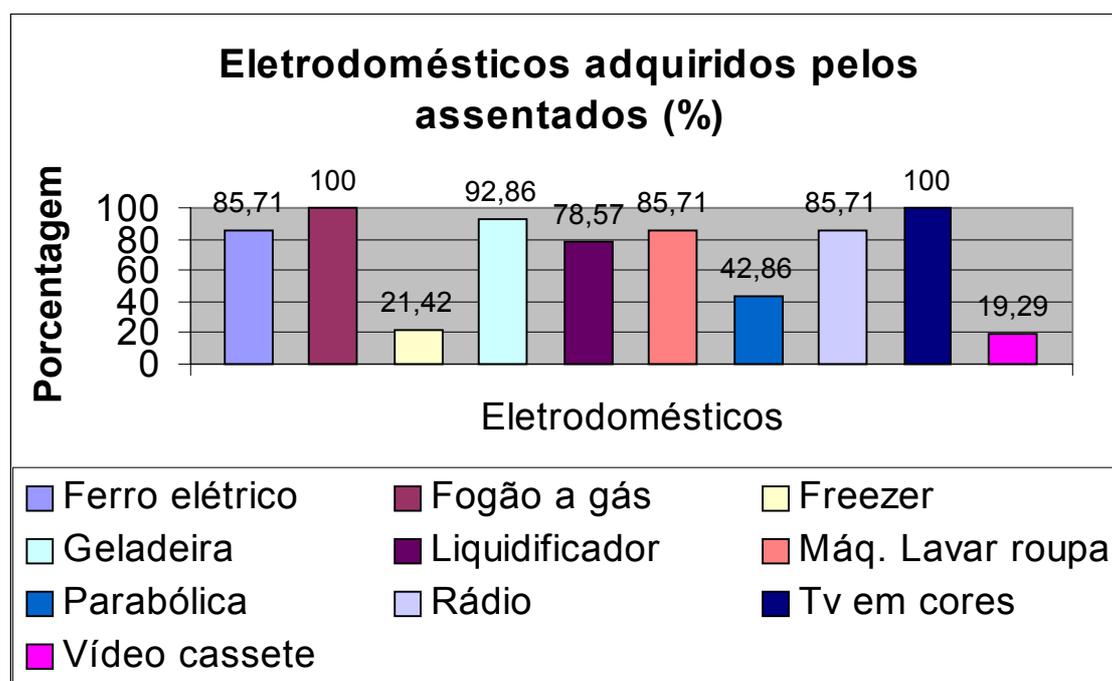
Este assentado, de fato, constitui uma exceção, pois a grande maioria dos que entraram depois da ocupação já tem mais de sete anos como assentado.

Mas outros elementos que podem corroborar para entender a melhoria de vida ocorrida pós assentamento são, por exemplo, a aquisição de eletrodomésticos

que pode ser observada no gráfico 5, onde se constata TV, geladeira, rádio, máquina de lavar roupa, ferro elétrico, liquidificador e fogão à gás presente em quase todas as casas do assentamento²⁹.

Já outros tipos de eletrodomésticos como vídeo, freezer e antenas parabólicas, estão presentes em menor número de casas. Destaque aí para as antenas parabólicas, instaladas em 42,86% das residências, justificando-se pela distância entre as transmissoras, a imagem captada com antena comum é muito ruim, fato que estimula os assentados a optarem pela parabólica.

GRÁFICO 5



FONTE: Pesquisa “*in loco*”, maio a julho de 2002.

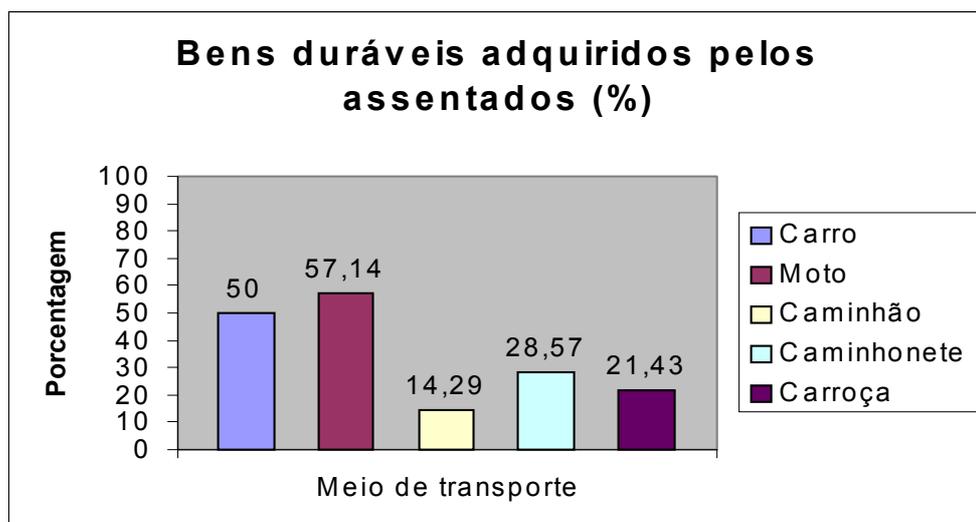
Muito embora não tenha sido indagado o que as famílias possuíam antes, elas informaram que a quase totalidade dos eletrodomésticos foi adquirido após instalar-se no assentamento. Algumas famílias que compraram o direito do lote

²⁹ Para determinar o número de eletrodomésticos, adotou-se como parâmetro a casa do assentado chefe do lote, desta forma tabulou-se o resultado colhido em 14 casas, que aparecem no gráfico 5.

informaram que já possuíam certos eletrodomésticos, como TV preto e branco e fogão à gás, mas que a vida no assentamento possibilitou que os mesmos fossem trocados por outros mais novos.

Outras informações que contribuem para entender a melhoria das condições econômicas dos assentados diz respeito à aquisição de bens materiais duráveis, como por exemplo carros, motos, caminhões e caminhonetes, (gráfico 6). Esses bens foram adquiridos segundo os assentados, graças aos financiamentos, nesse caso, os recursos do PROCERA foram fundamentais, pois os assentados conseguiram a liberação do teto máximo (R\$ 7.500,00 por assentado).

GRÁFICO 6



FONTE: Pesquisa “*in loco*” maio a julho de 2002.

É importante salientar que os assentados não utilizaram os recursos do financiamento para comprar bens duráveis e não duráveis. Entretanto, a utilização dele em determinados ramos da produção, como a compra coletiva dos equipamentos agrícolas, resultou em economia e isto acabou elevando seu padrão de vida, expresso nos veículos motorizados.

Contraditoriamente, percebe-se que as carroças estão presentes em 21,43% dos lotes, mas as famílias que ainda detém este meio, possuem outros veículos motorizados. Elas ainda não se desfizeram dos mesmos, talvez pelo “saudosismo dos velhos tempos”.

Ressalta-se que analisar o quesito renda em qualquer atividade é complexo. Na agricultura, depende de vários fatores - climáticos, econômicos, técnicos, etc.-. Além disso, a renda também sofre variações não só no espaço, mas também no tempo, ela retrata também um momento.

Nesse sentido, não se quer negar a importância da renda no sucesso ou insucesso dos projetos de assentamentos existentes no país. Concordamos com Bavaresco (1999, p. 262), quando afirma que:

[...] o comportamento da renda, por si só, não é suficiente para explicar o desempenho dos parceiros, tendo em vista que ela é consequência do entrecruzamento de uma série de outras variáveis (nem todas passíveis de mensuração, mas que podem ser analisadas do ponto de vista qualitativo), na maioria das vezes pouco consideradas nas análises econômicas de assentamentos rurais.

Portanto, corre-se risco de se fazer análise sobre projetos de assentamento tomando como base apenas o fator renda. De qualquer forma, não se pode esquecer, que um conjunto de fatores podem condicionar a renda, destacando-se: qualidade da terra na qual foi instalado o assentamento; o tamanho dos lotes; a intervenção pública em várias escalas; o modelo tecnológico na qual os assentados desenvolverão o processo produtivo; a distância dos centros consumidores na qual foi implantado o assentamento, dentre outras.

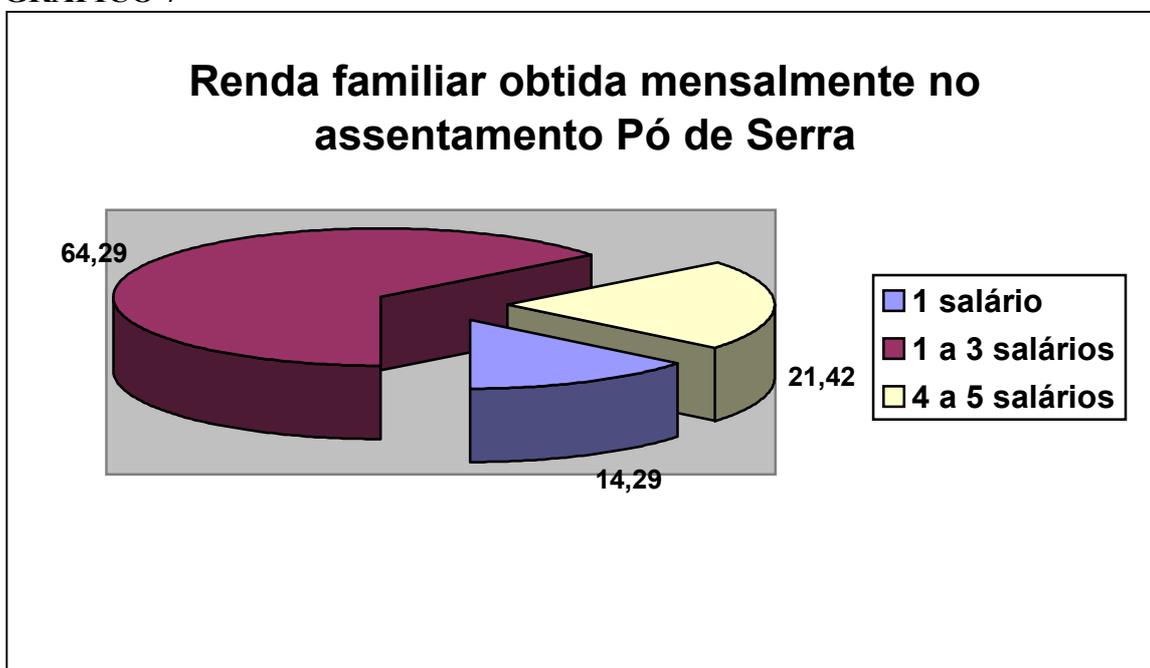
Os dados do assentamento Pó de Serra, refletem um determinado momento (ano agrícola de 2002) da trajetória econômica de um grupo de produtores, podendo ser observado no gráfico 7, que apresenta a renda das famílias assentadas.

Contudo, esta renda não deve ser generalizada, pois cada assentamento tem as suas especificidades.

Contatou-se que as famílias que possuem rendimento melhor são aquelas que diversificam a produção, seja plantando milho, feijão, ou investindo no bicho da seda que utiliza mão-de-obra familiar. A produção de uma única cultura, no caso em questão, a soja, significa maiores custos, podendo, em alguns casos de intempérie climáticas ou de muita oferta do produto no mercado inviabilizar a unidade de produção.

Somando a receita familiar obtida com as atividades desenvolvidas no lote com a do trabalho fora dele, seja como diarista ou como arrendatário de terra, a renda das famílias no assentamento Pó de Serra, gira em torno de 1 a 3 salários mínimos por mês, conforme mostra o gráfico 7.

GRÁFICO 7



FONTE: Pesquisa “*in loco*” maio a julho 2002.

Contudo, não se pode deixar de assinalar que 50% dos assentados possuem outra fonte de renda, obtida com aposentadorias, pensões e aluguéis de casas no distrito de Lerroville. Há ainda o caso de uma assentada que é locatária de um estacionamento na cidade de Londrina, que por se localizar perto de uma casa de show, funciona só em alguns finais de semana. Tais rendas, não foram computadas na elaboração do gráfico.

Indagados sobre a venda da terra, constatou-se que 92.86% das famílias que hoje constitui o assentamento Pó de Serra, não venderiam o lote, sendo registrado algumas manifestações de alguns assentados, que assim se expressaram: *Gasto, vendo tudo menos o lote, apesar de estar difícil se manter. (F.G.S); Pretendo ficar aqui até o resto da vida. (M.M.C); Lutei tanto pra conseguir um pedaço de terra, agora nem em sonho vou vender. (D.O); Se vender, as dificuldades em qualquer outro lugar é pior. (G.A.O); Nossa vida é isso aqui, é a segurança dos filhos (O.S.D).*

Essas declarações refletem bem a intenção de permanência no assentamento. Quando foi indagado se tivessem dinheiro sobrando em que investiriam, a maioria (71.43%), melhoraria a infra estrutura da propriedade, seja construindo tanque para piscicultura, barracões para a criação de frango no sistema integrado, compra de equipamentos para irrigação, plantação de frutas ou arrumando a casa.

Outra parte (21.43%), investiria em mais terra, pois somente a do assentamento não é suficiente para absorver a mão-de-obra familiar. E um assentado (7,14%) comentou que embora o assentamento possua trator, se tivesse dinheiro sobrando, compraria um só para si, pois assim poderia prestar serviços fora, aumentando a renda da família.

Observou-se que os assentados têm interesse em investir no próprio lote, sendo este o desejo dos agricultores familiares sejam eles assentados, pequenos

proprietários, posseiros ou arrendatários de pequenas parcelas de terra. Mesmo com todas as dificuldades eles insistem em permanecer no meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, principalmente a partir da segunda metade do século XX, a agricultura nacional passou por profundas mudanças no seu processo produtivo, devido à penetração do capitalismo no campo. No bojo desse processo, uma parte da população rural foi expropriada, expulsa, obrigada a mudar o seu modo de vida ao qual se encontrava ligada por laços de tradição e sentimentos e levada a se inserir num espaço que lhes era estranho, o meio urbano ou o meio rural em outras regiões do país.

O assentamento rural, objeto do presente estudo, constituiu um exemplo de reinserção e reprodução de vida de um grupo de pessoas que não se omitiram e percorreram o longo caminho de volta para a terra, estando aptos a devolver o caráter produtivo que um dia lhes foi usurpado.

As políticas públicas para a agricultura brasileira excluíram historicamente os pequenos agricultores. Uma parte do segmento foi expropriada dos meios de produção, migrando para as periferias dos centros urbanos. Mas com pouca ou nenhuma qualificação para os serviços na indústria, continuaram a trabalhar como assalariados temporários, representados na figura dos bóias-frias. Eles preferem lutar por melhores salários ou condições mais dignas de trabalho do que engajar-se na luta pela terra. Em muitos casos existe total falta de consciência política tornando-se por isso “presas fáceis” de serem exploradas pelo capital urbano-industrial.

A trajetória dos sem terra que, em 1989, ocuparam uma parte da Fazenda Santa Tereza que hoje constitui o assentamento Pó de Serra, revela que eles, como outros trabalhadores excluídos do processo produtivo, são fruto de políticas

públicas desfavoráveis aos pequenos produtores. Trata-se de um processo de exclusão que já faz parte da história agrária brasileira.

A pesquisa empírica no assentamento Pó de Serra revelou como um “pequeno pedaço de terra”, parte de uma das maiores fazendas do município de Londrina, após ter aproximadamente 2% de sua área desapropriada e distribuída entre 14 famílias, apesar de todas as dificuldades, provocou mudanças sócio-econômicas numa área onde antes não servia nem para a criação de gado. Isso, aliás, ocorre em boa parte das terras do Brasil, contrariando as teses dos setores contrários à reforma agrária. As evidências demonstram que grande parte dos assentamentos tem dado respostas positivas e que em nada se parecem com “favelas rurais”, como são taxados pelos setores contrários à reforma agrária.

Constatou-se que todos os lotes possuem boa infra-estrutura, servida de casa, água encanada, luz elétrica, indicativo de conforto para as famílias. Além disso, os lotes já estão bem estruturados no que diz respeito ao processo produtivo, movidos por diversas especializações para abastecer o mercado e atividades de subsistência.

A produção obtida no assentamento não pode ser equiparada com aquela que é obtida nas modernas fazendas da região. Mas comparando com a situação anterior, quando ainda era parte de uma grande propriedade, fica evidente o aumento da produção e o cumprimento da função social da terra, viabilizando a sobrevivência das famílias assentadas.

O intenso aproveitamento do espaço no assentamento Pó de Serra tende a criar problemas futuros para os assentados, pois não foram deixados os 20% exigidos por lei como área de reserva florestal. Os assentados já foram alertados por técnicos do INCRA que, no futuro, isso poderá comprometer a liberação de financiamentos. A área da reserva é pequena, sendo encontrada nos lotes que possuem

áreas úmidas. No entanto, percebeu-se que os assentados estão mais propícios a transformá-la em tanque de piscicultura do que deixá-las como reserva florestal, como sugerem os técnicos.

Observou-se que o modelo adotado para a liberação de financiamentos baseado na cédula solidária tem provocado dificuldades para os assentados que não podem saldar as dívidas com o banco, pois os recursos foram liberados em nome da associação do assentamento. A inadimplência ainda não aconteceu graças à prorrogação dos financiamentos referentes às safras de 1998/1999 e 1999/2000. No entanto, encontrou-se assentados que, mesmo possuindo o dinheiro para quitar sua parte da dívida, disseram que não pagariam enquanto o assentado X não pagasse sua parte, pois se isso não ocorresse, todos continuariam devedores ou então teriam que “ratear” a parte do assentado mal pagador.

Constatou-se ainda que a aquisição coletiva dos implementos agrícolas trouxe benefícios para todos, mas com a “venda” dos lotes e rotatividade dos moradores está havendo problemas. Os efeitos negativos provocados pela falta de manutenção dos equipamentos agrícolas tenderá a produzir agravantes econômicos e sociais entre os assentados.

A associação de moradores é atuante, e está sempre buscando melhorias para o assentamento. Além dos financiamentos, procura renegociar as dívidas empenhando-se para que os assentados continuem melhorando a condição de vida.

Quanto à produção obtida no assentamento contrariando a grande maioria dos projetos de assentamentos instalados no país e no Paraná, que produzem basicamente os produtos de primeira necessidade - feijão, arroz e milho - o assentamento Pó de Serra tem na soja o seu principal cultivo. Os assentados adotam as

mesmas práticas tecnológicas que os grandes e médios produtores, diferindo entretanto na escala de produção.

A diversificação da produção, tendencialmente, é a melhor forma de aumentar a renda e criar trabalho para a família, tendo em vista que o processo produtivo na agricultura é em grande parte mecanizado. Alguns assentados construíram barracões para criar o bicho da seda. Os assentados estão conseguindo com a sericicultura aumentar a renda familiar, aproveitando principalmente o trabalho das mulheres e crianças.

As condições de vida dos assentados e as características de produção demonstram que as ações governamentais quando bem dirigidas e colocadas em práticas podem superar barreiras existentes. Apesar de cada assentamento do país possuir suas especificidades, a realidade do assentamento Pó de Serra denota que quando a terra cumpre a função social, há ganhos para a sociedade em diferentes escalas.

A organização de assentamentos rurais, certamente, deverá ter continuidade no país. Como se sabe, existem terras suficientes em quantidade e qualidade para todos os que desejarem voltar a produzir, mas para isso é preciso vontade política. Desse modo poderão ser amenizadas as injustiças sociais, as desigualdades, a violência, a miséria e a fome, requisitos básicos para colocar o país na modernidade e inseri-lo no contexto das nações mais desenvolvidas.

Hoje, estão sendo buscadas novas alternativas para a reprodução do homem rurícola brasileiro. Em alguns lugares estão sendo adotadas técnicas utilizadas num passado não muito distante para produzir alimentos com um maior valor agregado, para atender determinados nichos de mercado. Nesse sentido, os assentados poderão como alternativa futura enquadrar-se em alguma nova forma de praticar uma agricultura

menos onerosa e mais rentável, possibilitando sua reprodução enquanto pequenos produtores.

Uma saída para os produtores rurais que não conseguiram acompanhar o ritmo da modernização poderá ser a produção orgânica. Os resultados maléficos da revolução verde sobre a saúde dos produtores e consumidores sobre o meio ambiente e sobre a renda dos agricultores é um fato inquestionável. Atualmente, em todo o mundo, busca-se uma alimentação mais saudável e este mercado tende a aumentar e pode ser uma alternativa de produção não só para os assentamentos rurais, mas também para a agricultura familiar de modo geral.

Outra alternativa a ser buscada para melhorar a renda pode ser a inserção da mão-de-obra na pluriatividade³⁰. Neste sentido, como atividade não agrícola, destaca-se a agroindustrialização e o artesanato, que agregam valores aos produtos e o turismo rural. No assentamento Pó de Serra tendo em vista que alguns lotes tem sua área banhada pelo lago da represa do Fiú, construída para geração de energia, e muito procurada por pessoas nos finais de semana para pescarias, poderá se constituir uma alternativa econômica, fortalecendo a economia local, regional e nacional, demonstrando a viabilidade econômica e principalmente social dos projetos de assentamentos.

³⁰ É a expressão de inúmeras formas de trabalho, sobretudo combinações entre trabalhos agrícolas com outros do ramo industrial, fora ou dentro da propriedade.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto. O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro dos anos 90. **Cadernos de CEAS**, Salvador, n. 167, p. 21-31, jan./fev. 1997.

BATISTA, Ederval Everson. **A questão da posse e uso do solo**. o exemplo do assentamento Pari-Paró. 1996. (TCC em Geografia) Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

BAVARESCO, Pedro Antônio. Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do assentamento Annoni (fase IV) no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO *et al.* (Orgs). **Agricultura Familiar**. Passo Fundo: Ediupf, 1999, p.251-309.

BERGAMASCO, Sônia M; NORDER, Luís A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**.- São Paulo: Brasiliense, 1996. – (Primeiros Passos, 301)

BROIETTI, Marcos Henrique. **O bóia-fria e a (de)formação do espaço agrário de Florestópolis – PR**. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

BRUM, Argemiro J. **Reforma agrária e política agrícola**. Ijuí: UNIJUÍ . 1988.

CARMO, Maristela Simões do. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In. FERREIRA, Angela D. Damasceno *et al.* **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. UFPR, 1998, p. 215-238.

Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. **Revista**. São Paulo, 1996.

CORRÊA, Fernando Avelino. **História da região Três Bocas no norte do Paraná**. São Paulo: (s.e.), 1991.

CORRÊA, Valquíria Kruger. **Transformações sócio-espaciais no município de Tijucas (SC): o papel do Grupo Usati-Portobelo**. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

DELGADO, Guilherme da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985.

DIVISÃO da fazenda Três Bocas. **Jornal Paraná – Norte**, Londrina, 17 maio. 1936.

EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Estudo do quadro natural do projeto de assentamento fazenda Santa Tereza (Pó de Serra) – Lerroville**. Londrina, 1994.

FAO/INCRA. **Diretrizes de políticas agrárias e desenvolvimento sustentável**, Brasília. FAO/INCRA, 1994.

_____. **Principais indicadores socioeconômicos dos assentamentos da reforma agrária.** Rio de Janeiro: FAO/PNUD/Mara, 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis, Vozes. 2000.

_____. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Reforma Agrária**, Campinas: v.28, n. 1/3, p.1-12, jan./dez.1998.

_____. A modernização no campo e a luta dos sem terra. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, n.1, 1996.

_____. **MST: formação e territorialização.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERREIRA, Ângela Duarte D. **Movimentos sociais no meio rural paranaense.** Curitiba: SEAG, 1982.

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GORGEN, Frei S. A; STÉDILE, J.P. **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

IBGE. **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo Agropecuário - Paraná: 1970. Rio de Janeiro, 1975. v. 3, t.19.

_____. Censo Agropecuário - Paraná: 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1985. v. 2, t.3.

_____. Censo Agropecuário - Paraná: 1985, Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. Censo Agropecuário - Paraná: 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IPARDES. **Redação e editoração.** Curitiba: Ed. UFPR, 2001.

JARRETA, Maria Helena. **Contribuição para uma análise de um espaço norte paranaense: a área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná.** Londrina, caracterização e evolução da região – 1930/1980. 1982. Monografia, Cesulon, Londrina.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

KAGEYAMA, A. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural ao complexo agroindustrial. In: DELGADO, G. C; GASQUES, J.C; VILA VERDE, C.M: (Orgs). **Agricultura e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 1990, p . 113-223.

ELLER, Cecília César (coord). **Atlas do município de Londrina;** Londrina: 2000.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Companhia de Desenvolvimento de Londrina. **Perfil de Londrina:** 1996. Londrina, 1996.

LOPES, Ana Yara Nania Paulino. **Pioneiros do capital:** a colonização do Norte Novo do Paraná. 1982. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **A chegada do estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Reforma agrária:** o impossível diálogo. São Paulo: EDUSP. 2000.

MEDEIROS, Leonilde (Org). **Assentamentos rurais:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

MERCER, Edmundo Alberto. **Toca Mercer, um livro só para nós.** (s.e.:s.n.) Edição comemorativa do seu 1º aniversário. 1/10/1978.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORO, Dalton Áureo. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural no Norte do Paraná.** 1991. Tese (doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

MÜLHER, N. L. Contribuição ao estudo do norte do Paraná: In. LIMA, Fausto C. **Londrina:** Renovação Urbana. Trabalho. 1978. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Arquitetura) - Universidade Mackenzie, São Paulo.

NETO, Francisco Graziano. **Questão agrária e ecologia:** crítica da moderna agricultura. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NETO, Luís Bezerra. **Sem terra aprende e ensina:** estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas: Autores Associados, 1999.

NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e agricultura no Brasil:** política agrícola e modernização econômica brasileira: 1960- 1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

NEVES. Delma Pessanha. **Assentamento rural:** reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A agricultura camponesa no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A Geografia das lutas no campo.** São Paulo: Contexto, 1988.

_____. A Geografia e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 1999, p. 63-110.

_____. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v.25, n. 49-50, p.15-58,1995.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PROSCÊNCIO, Patricia A. **No descompasso da reforma agrária: união camponesa – Tamarana**. Londrina, 1999. Monografia (Bacharel em geografia). Universidade Estadual de Londrina.

REINTEGRAÇÃO de posse é concedida aos índios Kaingangues. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 jul.1982.

ROMEIRO, Adhemar Ribeiro. Reforma Agrária e Distribuição de Renda. In. STÉDILE, João Pedro *et al.* **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

_____. (Org). **Reforma agrária: produção emprego e renda o relatório da FAO em debate**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SANTOS, Gilberto. Três Bocas. **Folha de Londrina**, Londrina, 15 jul. 1996. caderno 1, p. 1996.

SANTOS, Rubens Rodrigues dos. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**. Londrina, (s.n.). 1975.

SAUER, Sérgio. **Reforma agrária e geração de emprego e renda no meio rural**. São Paulo: ABET, 1998.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. Tese (Doutorado em Geociências e Ciências Exatas) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

SILVA, Diânice Oriane de. **Posse e uso da terra no Brasil: o caso do assentamento Água da Prata (Apucarantina)- Tamarana**. 1998. Monografia (Bacharel em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

SILVA, José Gomes. A reforma agrária no Brasil. In: STÉDILE, J. P. (Coord). **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: ED / UFRGS, 1994. P. 165- 192.

_____. **Reforma agrária brasileira na virada do milênio**. Campinas: ABRA, 1996.

_____. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: a estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. Mas, qual reforma agrária? **Revista Reforma Agrária**, São Paulo, ano 17, n.1, p. 11-60, abr./jul. 1987.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRS, 1999.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro; Zahar, 1980.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: ed. UFRGS, 1994.

_____. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997. (Espaço e Debate)

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias**. 1997. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal do Paraná.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

VILLA, Marco Antônio. **Canudos: o povo da terra**. São Paulo: editora Ática, 1995

ANEXOS

6- Quais foram as dificuldades enfrentadas no acampamento?

II- Assentamento

7- Como foi o processo de regularização da terra e a divisão dos lotes?

8- Comente sobre a construção da infra-estrutura e o apoio recebido?

a) Infra-estrutura

8.1

Casa

8.2

Energia

elétrica

8.3 Estradas

8.4 Escola

8.5
Centro
comunitário

b) Apoio recebido

8.6
Auxílio

8.7
Recursos

8.8
Instituições

8.9
Custos

9- Comente sobre a estrutura organizacional dos assentados nos primeiros tempos?

10- E atualmente?

11- Quais atividades econômicas foram desenvolvidas nos primeiros tempos?

12- E atualmente?

13- Poderia comentar sobre o sistema de produção: cultivos/criação para o mercado?

a) soja

b) Sericicultura

c) Gado leiteiro

14 - Comente sobre as técnicas e os implementos agrícolas utilizados?

a) curva de nível

b) adubos

c) defensivos

d) trator

e) rotação de culturas

15- E em relação ao calendário agrícola, o que se faz em cada etapa e quais as técnicas utilizadas?

III_ A associação de moradores

16- Fale sobre o histórico da associação de moradores?

17_ Para que serve a associação?

18- Existe normas para vender ou comprar um lote?

19- O que mudou no assentamento após a constituição da associação?

20 - Quais as conquistas da associação para o assentamento?

a) Financiamentos

Tipo

Quando

Forma de pagamento

Valor

No que foi aplicado

Individual ou coletivo

b) Recursos

Tipo

Quando

Forma de pagamento

21- Quais as maiores dificuldades enfrentadas pela associação?

22- Como elas podem ser superadas?

IV- Dependência externa do assentamento

23- Quem presta assistência técnica ao assentamento?

24- Quais são os insumos mais comprados?

25- Em relação à comercialização, quem são os compradores e qual a forma de pagamento?

ANEXO 2**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ASSENTADOS****I_ Identificação**

N.º do lote _____

1- Nome do entrevistado? _____

II- Trajetória de vida dos assentados

2- Origem da família?

3- Antes de serem assentados eram?

 Proprietários Parceiros Arrendatários Assalariados Outra profissão. Qual? _____ onde _____

4- Porque entrou no movimento de ocupação da terra?

III_ A terra conquistada e os sistemas de produção

5- Como era o lugar quando se instalaram no assentamento?

6- O que trouxe na bagagem: (mudança, ferramentas, animais)

7- Quais foram as primeiras plantações e cultivos?

8-Qual a finalidade?

() Subsistência

() Comércio

() Os dois

9-Em seu lote, qual a área destinada a:

Agricultura _____

Pecuária _____

Florestal _____

Área úmida _____

10-Os sistemas de produção

ASSENTAMENTO PÓ DE SERRA: OS ATUAIS SISTEMAS DE PRODUÇÃO – 2000 E 2001					
Tipos de cultivos	Área Plantada	Quantidade colhida/ano agrícola em sacas de 60 Kg		Finalidade	
		2001/2002		Subsistência	Comércio
Arroz					
Feijão					
Milho					
Soja					
Amora					
Trigo					
Mandioca					

11-Criações

TIPO	N.º DE CABEÇAS	FINALIDADES	INSTALAÇÕES
Bovinos			
Caprinos			
Suínos			
Galináceos			
Peixes			
Eqüinos			
Bicho da seda			

12-Os bovinos são destinados a:

() leite

() Engorda

13-Quantos litros de leite tira por dia, e qual o destino?

14- Quanto à utilização de sementes, insumos e defensivos, o que utilizou nas ultimas duas safras?

- | | | |
|---------------------------------|---|-------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> uréia | <input type="checkbox"/> adubo orgânico | <input type="checkbox"/> fungicida |
| <input type="checkbox"/> sal | <input type="checkbox"/> adubo químico | <input type="checkbox"/> herbicida |
| <input type="checkbox"/> ração | <input type="checkbox"/> adubo verde | <input type="checkbox"/> inseticida |
| <input type="checkbox"/> vacina | <input type="checkbox"/> calcário | <input type="checkbox"/> outros |

15-Técnicas usadas no cultivo:

- irrigação
 rotação de culturas
 curva de nível
 adubação verde

V_ Organização do trabalho

16-Pessoas da família que trabalham na propriedade? O que cada um faz.

17-A propriedade consegue absorver toda a mão-de-obra familiar?

- Sim Não

18-Se negativo, onde trabalham e o que fazem?

19-Contrata assalariado temporário, em que época, para quê?

27-Característica da moradia

Alvenaria Madeira Mista

28- Estado de conservação

Bom Regular Ruim

29-Número de cômodos da casa

30-Quais eletrodomésticos possui:

geladeira freezer parabólica
 Rádio vídeo ferro elétrico
 TV fogão à gás liquidificador
 Maquinas de lavar roupa motor elétrico outros _____

31-Qual veículo possui?

charrete carro caminhão
 moto trator outros

32-A propriedade possui

Paiol
 Chiqueiro
 Curral
 Tanque de piscicultura
 Barracão de bicho da seda

33-A casa possui instalação sanitária?

Sim Não

34- Qual o destino dos dejetos?

Fossa séptica Céu aberto

35-Associações que participa?

Sindicato
 COPLAN
 Outros

Vantagens _____

36-Quais são as atividades de lazer da família?

37-A família vai com frequência ao médico/dentista?

38-Possui outra fonte de renda além da obtida no assentamento (aposentadoria, aluguel), justifique?

Sim Não

39-Qual a renda da família?

- Menos de 1 salário mínimo
 1 salário mínimo
 de 1 a 3 salários mínimos
 de 4 a 5 salários mínimos
 de 6 a 10 salários mínimos
 Mais de 10 salários mínimos

40-Se pudesse, venderia o lote, Por quê?

Sim Não

41-O que significa esta terra para sua família?

42-O que tem a dizer sobre a vida no assentamento, aspectos positivos e negativos. O que poderia ser feito para melhorar?

43-O que acha da política do governo para os assentados?

44- Se tivesse dinheiro sobrando em que investiria?

44- Quais os planos para o futuro para a família?

45- É de sua vontade acrescentar algo mais sobre o que conversamos?

EXPEDIENTES
ASSIGNATURAS
Por ano... 135000
Por sem. 10.000
Pagamento
adiantado

Paraná - Norte

Redactor propietario: H. PUIGGARI

Gerente: GEORGE F. GIULIANO

Esta publicação
é feita por
meio de
uma máquina
para a impressão
de caracteres
em qualquer
linguagem.

ANO
II

LONDRINA (Estado do Paraná), 17 de Maio de 1936.

NUMERO

DIVISÃO DA FAZENDA TRES BOCCAS

Realizou-se a 11 do corrente, ás 12 horas, na fazenda do abastado agricultor sr. Arnaldo Bulle, a segunda diligencia da divisão do imóvel "Tres Boccas" — vasta extensão territorial de 80 mil alqueires, situada neste município e nos de Iatubá e Tibagy.

Presidiu a audiência especial no imóvel o dr. Abelardo Fernandes, juiz de direito da comarca de Tibagy, secretariado pelo sr. Osirio Franco de Castro, escrivão do civil da mesma comarca. A diligencia correu na melhor harmonia, apesar dos acalorados debates sobre complexas questões de facto e de direito que foram suscitadas, sendo a mesma diligencia encerrada depois das 12 horas da madrugada do dia seguinte.

Os peritos pediram o prazo de trinta dias, para apresentação dos laudos, sendo o mesmo prazo marcado ao agrimensor para a elucidação requerida, a qual deve ser prestada sobre pontos de importancia, em resposta a cerca de vinte quesitos, formulados pelo dr. Clovis Botelho Vieira, advogado dos promoventes e da maioria dos interessados, entre os quaes se acham o Banco do Brasil e os dois importantes fazendeiros deste município, Arnaldo Bulle e Alvaro de Godoy.

Estiveram presentes a diligencia, além das pessoas acima citadas, o agrimensor dr. Victor Garbarino, os peritos de Roberto Affonso da Costa e Cél Borba de Branhio Campello, promotor publico da comarca de Tibagy; coronel Guatácara Borba, curador á lide; drs. Rocha Lopes e Ostilio Cesar de Souza Araújo, advogados em Tibagy; dr. Boanerges do Amaral Gugel, advogado em São Paulo; dr. Carlos Browne, engenheiro em São Paulo e representante do Banco do Brasil; sr. Basílio de Siqueira, representante da Cia. de Terras Norte do Paraná; coronel Nenê Sobrinho, dr. Leopoldo Sefrin, João Sefrin, Manoel Pinto Ricardo, Victor Garbarino, comendador Carlos Tommasi, importante industrial em São Paulo e fazendeiro neste município; os srs. Arnaldo Bulle, Alvaro de Godoy e muitas outras pessoas, cujos nomes não poderios conseguir.

Tratando-se de um imóvel como é o "Tres Boccas", de grande extensão de terras férteis, o andamento e breve conclusão que se espera, do processo divisorio, é uma noticia auspiciosa para este importante município, cujo progresso e consequente desenvolvimento, tocam os limites do maravilhoso.

Cláudio Camargo do Amaral

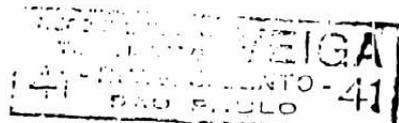
Tabellão, Oficial do Registro de Imóveis, Escrivão do Civil e mais auxílios

DO TERMO E COMARCA DE TIBAGI

1.º OFÍCIO
ESTADO DO PARANÁ

Certifico, a pedido verbal de pessoa interessada e para fins de direito, que revendo em meu Cartório os quatorze volumes da ação de divisão judicial do imóvel TRÊS BOCAS, promovida pelo Juízo de Direito desta Comarca, a requerimento de Joaquim Ferreira Lobo e neto Sobrinho e Francisco Corrêa, deles, às fls. 3.039 usque 3.050, consta a sentença homologatória da aludida divisão, proferida em data de 30 de outubro de 1941, pelo doutor José Pacheco Junior, meritíssimo Juiz de Direito desta Comarca. CERTIFICA, mais, que os condôminos do imóvel dividendo: Dr. Gustavo Avelino Correia, Manoel Gomes dos Santos e Uscavo Gomes dos Santos foram, pela mencionada sentença, adjudicados quinhões com as áreas de sete mil e cem alqueires e setenta e um centésimos de alqueire (7.100,71 alqs.), oitocentos (800) alqueires e oitocentos (800) alqueires, respectivamente. CERTIFICA, finalmente, que o bacharel hostilício César de Souza Araújo funcionou na referida ação na qualidade de advogado dos sobre-ditos condôminos: Dr. Gustavo Avelino Correia, Manoel Gomes dos Santos e Uscavo Gomes dos Santos. Todo o referido é verdade do que dou fé. Eu, Cláudio Camargo do Amaral, Escrivão, a dactilografiei e subscrevo.

Tibagi, 20 de maio de 1941
Cláudio Camargo do Amaral



Posses do Cedro recorre à Justiça para não entregar terra

Em grupo, os vinte posseiros considerados grandes na gleba do Cedro, em São Jerônimo da Serra, requereram à Justiça Federal a manutenção de posse de 260 dos 822 alqueires reclamados pelos índios kaingang, isto considerando outro recurso impetrado (agravo de instrumento) anteriormente e ainda não julgado, contra a ação de reintegração de posse movida pela Funai.

Enquanto estes grandes realfirmavam ontem a decisão de não saírem da gleba, a não ser por sentença judicial, a Funai iniciava a retirada das primeiras das 76 famílias de pequenos posseiros a serem realocados na Fazenda Apucarantina, distrito de Tamarana, em Londrina. A maior parte delas foi permitido retirar as casas desde que, do total, quinze previamente escolhidas pelos índios sejam devolvidas — em pontos que eles acham estratégicos para assumir o controle da gleba. Os posseiros que deixarem as quinze casas, serão indenizados pela Funai, segundo a informação.

O QUE A JUSTIÇA DECIDIU

Dentre os vinte posseiros que recorreram à Justiça, está o vereador Manoel



Neco Rocha: "Os posseiros consideram as grandes ficam aguardando decisão da Justiça"

(Neco) Rocha. Ele informou que foi contratado o advogado Valfrido Barbosa dos Santos, que deve ter ingressado na Justiça Federal, em Curitiba, já há alguns dias, solicitando a manutenção de posse, tendo em vista agravo de instrumento interposto anteriormente por seus filhos.

O agravo de instrumento, conforme a

"Folha" já informou a respeito, deverá ainda ser apreciado pelo Supremo Tribunal Federal e suspender a execução de sentença favorável a ação de reintegração de posse dos 822 alqueires do Cedro suscitada pela Funai. Se a Justiça disser na terra a gente sair, a gente sai. Então, nós continuamos", disse ontem Neco Rocha.

detentor de 80 alqueires, nos quais se encontram 180 cabeças de gado, alguns porcos e meeiros, porcos, plantações diversas e benfeitórias. Segundo ainda Neco Rocha, o advogado Valfrido Barbosa, contratado para defendê-los, disse que, independentemente do recurso, ia propor à Funai uma permuta das terras do Cedro por aquelas da Fazenda Apucarantina. Isso para que os índios assumissem a gleba na Fazenda Apucarantina e deixassem o Cedro aos posseiros, grandes e pequenos.

Entre os vinte posseiros que passaram procuração visando ao recurso da manutenção de posse, ontem foi possível relacionar os seguintes: Manoel Rocha, Parailio Martins, José Rêni Pereira, Manoel Bezerra dos Santos, Olímpio de Pontes, José Jacinto Leão, Paulo Bueno Rodrigues, Joel Bueno Rodrigues, Jorge Pereira de Souza, Manoel Panema da Silva, Roque Sampaio, Bento Martins, Antonio Pereira, Benedito Barbosa e Osvaldo Alves Bueno.

Segundo Neco Rocha, funcionários do Inra avisaram que "nos não temos direito a nada e que vá melhor a gente sair". Porém, afirma que a decisão é de não sair e manter as posses ocupadas.

ANEXO 7

180

188	185	187	09	11	96
Se. J.			185.25		
0-10-34			09/10-96		

PORTARIA INCRA/SR-09/Nº 64 , DE 17 DE SETEMBRO DE 1996.

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria INCRA/P nº 127, de 13 de junho de 1996, publicada no D.O.U. de 14 de junho de 1996,

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento visando dar destinação ao imóvel denominado FAZENDA SANTA TEREZA (PARTE) - QUINHÃO 13 OU PÓ DE SERRA/TRÊS BOCAS, compreendido pelos lotes nºs 01,02,03,04,44,58,59 e 60, GLEBA 1- B com área total de 154,1540 ha, localizado no Município de Londrina, no Estado do Paraná, desapropriado para fins de Reforma Agrária através do Decreto de 20 de Janeiro de 1994 e cuja a imissão de posse se deu em 02 de Setembro de 1996; e

CONSIDERANDO que a análise procedida no Processo INCRA/PR/Nº 21500 001536/96-42, pelos órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional, decidiu pela regularidade da proposta, de acordo com a Instrução SEASC/Nº 07/88, RESOLVE:

- I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado FAZENDA SANTA TEREZA (PARTE) - QUINHÃO 13 OU PÓ DE SERRA/TRÊS BOCAS, compreendido pelos lotes nºs 01,02,03,04,44,58,59 e 60, GLEBA 1-B, com área total de 154,1540 ha (Cento e cinquenta e quatro hectares, quinze ares e quarenta centiares), localizado no Município de Londrina, no Estado do Paraná, cujo auto de Imissão de Posse se deu em 02 de Setembro de 1996, no Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício de Londrina/PR, e que prevê a criação de 14 (Quatorze) unidades agrícolas familiares e a implantação de infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento da comunidade rural, de conformidade com o Plano Preliminar, elaborado pela SR-09/Z;
- II - Criar o Projeto de Assentamento PÓ DE SERRA, Código Sipra PR 0123000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Assentamento;
- III - Autorizar à Divisão de Assentamento a promover as modificações e adaptações que, no curso da execução, se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto;
- IV - Determinar à Divisão de Assentamento que encaminhe cópia deste ato, ora aprovado, para a Diretoria de Assentamento, para fins de registro, controle, distribuição e publicação do mesmo no Diário Oficial da União;
- V - Determinar à Divisão de Assentamento que participe aos órgãos de Meio Ambiente, Federal e Estadual, bem como à Funai, o Projeto ora criado; e
- VI - Determinar à Divisão de Assentamento que registre as informações referentes ao Projeto de Assentamento ora criado no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - Sipra.


 MARIA DE OLIVEIRA
 SUPERINTENDENTE REGIONAL
 INCRA/PR



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

2ª VARA FEDERAL DE LONDRINA/PR

Av. do Café, 543 - CEP: 86.038-000
Fone: (043) 329-5779 / Fax: 337-5467
Telex: 433220

OFICIAL / CONTROLE / DATA

1469, 1041, 17/05

MANDADO DE IMISSÃO NA POSSE

O DR. GILSON LUIZ INÁCIO, Juiz Federal Substituto desta 2ª Vara de Londrina, Seção Judiciária do Estado do Paraná, na forma da lei etc.

MANDA, a qualquer Oficial de Justiça avaliador desta Vara, a quem for este apresentado, expedido nos autos de *DESAPROPRIAÇÃO* Nº 94.2012793-1 em que é expropriante o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA e expropriados IVO LEÃO FILHO e JANDIRA FRANCA DE LEÃO, indo por mim assinado, e em seu cumprimento, proceda a *IMISSÃO* da expropriante, através de seu representante legal, na posse do imóvel rural denominado de "Fazenda Santa Tereza (parte) - Quinhão 13" ou "Pó de Serra / Três Bocas", compreendido pelos lotes nºs 01, 02, 03, 04, 44, 58, 59 e 60, Gleba I-B, com área de 154,1540 ha (Cento e cinquenta e quatro hectares, quinze ares e quarenta centiares), situado nesta cidade, objeto de parte da Transcrição nº 14.838, do Livro 3-AI, do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício de Londrina; conforme descrição anexa por cópia, constante dos autos às fls. 03 e 04, e despacho de fls. 216.

CUMpra-se NA FORMA DA LEI

DADO E PASSADO nesta cidade de Londrina, em 14 de agosto de 1996, indo conferido e devidamente assinado pelo Diretor de Secretaria


LÚCIO GONÇALVES LOPES
Diretor de Secretaria

ANEXO 9

TAMARANA/LONDRINA,
aos 12 de abril de 1.935

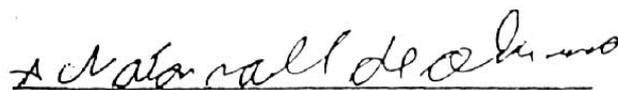
AO
EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE REGIONAL ADJUNTO DO INCRA
NO PARANÁ

Prezado Senhor,

EU, NATANAEL DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado no Distrito de Tamarana, Londrina - Estado do Paraná, portador da cédula de identidade RG nº 7.214.713-8 SSP/PR, venho respeitosamente requerer a Vossa Excelência minha desistência do lote nº 09 do Assentamento Fô de Serra.

Aproveito para indicar o Sr. HORBERTO AFONSO para assumir o referido lote, bem como todos os encargos financeiros que virão desta data em diante.

Atenciosamente.



Natanael de Oliveira

ANEXO 9A

TAMARANA,
aos 12 de abril de 1.935

AO
EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE REGIONAL ADJUNTO DO INCRA
NO PARANÁ.

Prezado Senhor,

Vimos por meio deste encaminhar a Vossa Senho-
ria Ata de reunião e ofício de desistência do lote na área denomi-
nada Pó de Serra, do Sr. NATANAEL DE OLIVEIRA e indicação do grupo
do Sr. NORBERTO AFONSO R.G. nº 1.979.897 e C.P.F. nº 367.463.479-15
para substituí-lo.

O grupo aceita o Sr. NORBERTO AFONSO para su-
bstituir o Sr. NATANAEL DE OLIVEIRA, sendo aceito pelo INCRA, esta-
mos propondo para trocar o nome no projeto sócio econômico realiza-
do pela EMATER-PR e que se encontra nesta superintendência Regio-
nal do INCRA.

Sem mais para o presente momento, agradecemos.

Atenciosamente.

L. G. G. G.
Engº Agrº LUIZ GANASSIN
Extensionista Municipal

D S W 9 / 2

← 17/04/95

ANEXO 9B

184

TAMARANA, aos 11 de abril de 1.995

Reunião dos Assentados do Pó de Serra para discutirem e acertarem a transferência da posse do Sr. NATANALL DE OLIVEIRA para o Sr. NORBERTO AFONSO, CPF: 367.463.479-15 RG: 1.979.897.

Nesta reunião ficou acordado pelos demais integrantes do assentamento que hora assinam o presente documento e aceitam o Sr. NORBERTO AFONSO e família para fazer parte do grupo do assentamento Pó de Serra.

Neste ato solicitamos a EMATER, para gestionar junto ao INCRA a troca do respectivo nome aqui acordado entre todos que assinam a presente lista.

NOME:

CPF

maria Joazeira Leite ^{Reg.} 5.505.257-3

Manoel Francisco de Lima ^{Reg. geral} 1.204.068-5

Gilmar Passos ^{Reg. geral} 5.964.007-7 CPF, 76.264.2629 01

José de Oliveira Dias 5.505.241-5 CPF 0185234-7

Regina de Almeida de Oliveira

Teófilo de Oliveira 0.585-699-9 CPF 999400

Eudes de Oliveira 5.986-576-6

Dilso De Oliveira ^{Reg. geral} 5.296.178-5

Daniel de Oliveira 1.364.350 , 065292288 02

Devonete Cydineide de Oliveira

Abraão Barbosa dos Santos ^{Reg.} 3.766.578-